

MARINALVA DE OLIVEIRA GOMES DA SILVA

**SEXUALIDADE E GÊNERO: o (re)velado no
cotidiano da escola**

Orientadora: Maria Rodrigues de Souza

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Instituto de Educação**

**Lisboa
2015**

MARINALVA DE OLIVEIRA GOMES DA SILVA

**SEXUALIDADE E GÊNERO: o (re)velado no
cotidiano da escola**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 27 de julho de 2015, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº: 269/2015, de 22 de junho de 2015, com a seguinte composição:

Presidente:

Prof. Doutor António Teodoro - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Arguentes:

Prof.^a Doutora Maria Odete Emygdio da Silva - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Vogais:

Prof.^a Doutora Rosa Serradas Duarte - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientadora:

Prof.^a Doutora Maria Rodrigues de Souza - Faculdades Integrada de Patos - PB

Coorientador:

Prof. Doutor Óscar Conceição Souza - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração

Instituto de Educação

Lisboa

2015

As informações sobre sexualidade só serão educativas quando tiverem o endereço postado corretamente. E com o remetente identificado e devidamente qualificado.

Rosely Sayão

Dedico
a todos os intelectuais que
seduzem e são seduzidos pelo conhecimento
e, em especial, aos que se debruçam sobre os estudos acerca da
sexualidade humana,
na esperança
que os saberes construídos conduzam a vivência da sexualidade
direcionadas ao amor e ao prazer.

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai João Gomes Pedro e minha mãe Cleonice de Oliveira Gomes, arquitetos do meu ser, por terem me concebido e estimulado a minha formação.

A todos os meus professores e professoras desde a mais tenra idade, incorporados nesta dissertação, sêmen da intelectualidade que ao longo do percurso me seduziram na busca incessante pelo saber.

Aos meus filhos Romildo Junior, Juliana e Rodolfo, expressão maior de amor, na esperança de que os papéis sociais e sexuais vividos por homens e mulheres na sociedade conduzam a uma convivência mais igualitária.

Aos irmãos José, Josias, Josué e às irmãs Marizete, Marizélia, Maricélia, com quem na trajetória possível aprendi na vivência da afetividade, testemunhando sonhos, curiosidades e conflitos emanados da infância e adolescência.

Aos educadores que trilham caminhos no chão da escola compartilhando sonhos e desafios.

Aos adolescentes fontes de inspiração, observação, aprendizagem, ensinamentos, possibilitando que o velado seja revelado na pesquisa.

Ao marido, Romildo Barbosa, parceiro no exercício da sexualidade, pelo companheirismo, pela compreensão das minhas ausências e compartilhamento de amores, conflitos, alegrias, tensões, saberes e prazeres.

À orientadora Professora Doutora Maria Rodrigues, ao coorientador Professor Doutor Óscar Conceição de Sousa e à Professora Doutora Vaneide Lima Silva, pelos ensinamentos e afetuosidade.

Aos colegas pesquisadores e pesquisadoras Neuma Gomes, Matilde Soares, Maria Lila, Walter Cunha, Raimundo Paulino e Marcos Barbosa, pela contribuição e cuidado na tessitura dos fios dessa teia, dando colorido ao tecido feito por muitas mãos, cabeças, corpos imbuídos de diferentes significações, intenções, polaridades afetivas, escrevendo e inscrevendo-se nas intervenções da escritura, em uma geografia pessoal, compartilhando diversos olhares, visando à produção de novos saberes.

A Deus, pela fé que me faz perseverante para trilhar os caminhos por vezes tortuosos.

RESUMO

Este estudo trata da sexualidade e gênero no contexto de uma escola pública localizada no município de Nova Cruz/RN. A questão central da pesquisa é investigar qual a concepção dos adolescentes acerca da sexualidade e tem como objetivo compreender como a sexualidade e as relações de gênero são manifestadas por alunos e alunas no contexto escolar. A visão epistemológica ancora-se em Michel Foucault com a História da Sexualidade, bem como Giddens e Heilborn com as contribuições dos seus estudos sobre sexualidade e gênero. A pesquisa foi realizada junto ao corpo discente, tendo como instrumento de investigação a aplicação de um questionário semiestruturado, que viabilizou a coleta de dados e a análise da pesquisa. Portanto, entende-se que informações do ponto de vista científico são fundamentais para a ampliação de conceitos e desmistificação de tabus e crendices, no que se refere a gênero, consciência corporal, elevação da autoestima, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não planejada e violência sexual. Por fim, conclui que as concepções reveladas pelos sujeitos da pesquisa são pautadas em dúvidas e questionamentos acerca da sexualidade o que nos possibilita perceber a necessidade de institucionalização da Educação Sexual na escola.

Palavras-chave: sexualidade, gênero, educação sexual, escola.

ABSTRACT

This study deals with sexuality and gender in the context of a public school located in the city of Nova Cruz/RN. The main question of the research is to investigate which is the conception of adolescents about sexuality and its aim is to understand how sexuality and gender relations are expressed by students in the school context. The epistemological vision is based in Michel Foucault with the history of Sexuality, as well as Giddens and Heilborn with contributions from his studies of sexuality and gender. The survey was conducted by the student body, having as research instrument the application of a semi-structured questionnaire that contributed to data collection and the research analysis. Therefore, it is understood that the information from a scientific point of view are fundamental to enlarge concepts as also the demystification of taboos and superstitions concerning to gender, the body awareness, the elevation of the self-esteem, prevention of sexually transmitted diseases, unplanned pregnancy and sexual violence. Finally, I conclude that the conceptions revealed by the subject of the survey are based on questions and concerns about the sexuality which enables us to perceive the need for institutionalization of Sexual Education in school

Keywords: sexuality, gender, sex education, school.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Acquired Immunological Deficiency Syndrome
DIREDD	Diretoria Regional de Educação
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
HIV	Human Immunodeficiency Virus
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MFC	Movimento Feminista Contemporâneo
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA COM SEUS OBJETIVOS E QUESTÕES

NORTEADORAS 10

CAPÍTULO 1

A SEXUALIDADE: VELANDO-SE E REVELANDO-SE NO CONTEXTO ESCOLAR ... 15

1.1. CONTEXTO HISTÓRICO 16

1.2. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - UM REFERENCIAL QUE

CHEGA À ESCOLA 22

1.3. SEXUALIDADE 26

1.4. GÊNERO 30

1.5. ADOLESCÊNCIA 36

1.6. ESCOLA 41

1.7. EDUCAÇÃO SEXUAL 45

1.8. O SILENCIAMENTO DA HISTÓRIA DE GÊNERO: FRAGMENTOS DA ESCRITA
DAS MULHERES 48

CAPÍTULO 2

TRAÇANDO O PERCURSO ESTRATÉGICO DA PESQUISA 53

2.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO 54

2.2. TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA 55

2.3. TIPO DE PESQUISA 55

2.4. CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS 58

2.5. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA 60

2.6. INSTRUMENTO DA PESQUISA 61

2.7. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS 62

2.8. AMOSTRAS E PROCEDIMENTOS 63

CAPÍTULO 3

A SEXUALIDADE REVELADA NA VISÃO DOS ALUNOS ADOLESCENTES 64

3.1. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS JUNTO AOS

SUJEITOS DA PESQUISA 65

CONCLUSÕES 95

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 100

APÊNDICES I

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Percentual de idade dos alunos-sujeitos.....	65
Gráfico 02 - Média de idade dos alunos respondentes	66
Gráfico 03 – Sexo dos adolescentes respondentes	67
Gráfico 04: Opinião dos adolescentes quanto à idade certa para o início da sexualidade	68
Gráfico 05 - Opinião dos adolescentes quanto à idade específica para terminar a sexualidade	69
Gráfico 06 - Concepção de sexualidade dos alunos-sujeitos.....	71
Gráfico 07 - Com quem você gosta de conversar assuntos relacionados à sexualidade?	73
Gráfico 08 - O que é virgindade para você?	74
Gráfico 09 – O que significa relação sexual?	75
Gráfico 10 - A quem cabe prevenir a gravidez e as DSTs?.....	77
Gráfico 11: Quem você acha que deve ter a iniciativa sexual?	78
Gráfico 12 – As músicas com temática erótica induzem à sexualidade?	80
Gráfico 13 – Os professores falam nas suas salas sobre sexualidade?	83
Gráfico 14 – Aprende alguma coisa na escola sobre sexualidade?	84
Gráfico 15 – Temas que a escola desenvolve.....	86
Gráfico 16 - O que você sabe sobre DSTs?.....	87
Gráfico 17 - Quem deveria abordar a temática da sexualidade com os jovens?	88
Gráfico 18 – A escola deveria desenvolver atividades/projetos de educação sexual?	89
Gráfico 19 – Qual a disciplina que deveria desenvolver atividades/projetos de educação Sexual?	91
Gráfico 20 – Quais as principais dúvidas que possui sobre sexualidade?.....	93

INTRODUÇÃO

APRESENTAÇÃO DA TEMÁTICA COM SEUS OBJETIVOS E QUESTÕES NORTEADORAS

Sou o intervalo entre o meu desejo e aquilo que os desejos dos outros fizeram de mim.

(Álvaro de Campos)

Durante o século XX e o limiar do século XXI, constata-se no Brasil movimentos em prol da ampliação do acesso ao exercício dos direitos e respeito à diversidade pelos cidadãos e cidadãs. Persistem as atitudes e convenções sociais discriminatórias e preconceituosas difundidas em toda a sociedade que são produzidas e reproduzidas nos recônditos da vida social, sendo a escola um deles, cujos desafios necessitam ser superados.

A sexualidade e o gênero constituem-se em elementos da pesquisa no âmbito de uma escola pública do Ensino Fundamental, tendo como ponto de partida pesquisar acerca da concepção de sexualidade e gênero para alunos e alunas.

A partir dos anos 90, as pesquisas demonstram que houve um aumento do rejuvenescimento da fecundidade no País, onde, cada vez mais cedo, as jovens se tornam mães, geralmente, solteiras. Esses detalhes foram constatados em mães de 15, 16 e 17 anos. De acordo com os últimos censos, esses índices crescem consideravelmente nas camadas socioeconômicas desfavorecidas, sendo expressivos entre as jovens com menos número de anos de escolarização. Embora esses números se intensifiquem nas zonas urbanas, é mais evidente na zona rural, conforme afirmam Abramovay, Castro e Silva (2004).

Esse contexto reflete o comportamento dos jovens no que se refere à vivência do sexo desprotegido, à gravidez não planejada, ao aborto, à violência, à prostituição, ao aumento do índice de contaminação de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e de ‘Human Immunodeficiency Virus’ (HIV) em mulheres mais jovens, entre outros aspectos. Nesse sentido, necessário se faz instalar o debate, levantando a seguinte questão central da pesquisa: Qual é a concepção dos adolescentes acerca da sexualidade? A partir desta indagação, outras surgiram, tais como: Que espaços poderiam contribuir com o desenvolvimento de programas de educação sexual? Que temáticas deveriam ser trabalhadas com estes jovens? Que profissionais estariam dispostos a trabalhar este tema na escola?

Muitas são as inquietações. Ao focar a temática da sexualidade, descortina-se o debate sobre gênero. Assim sendo, a intenção desta pesquisa é trilhar caminhos de intervenção, possibilitando o trânsito entre o que acontece no contexto escolar e as construções teóricas, com vistas à articulação dialógica entre o que é vivenciado na escola e a academia, por exemplo, constituindo-se este trabalho na busca de encontrar respostas para os questionamentos que emergem no espaço educativo.

A sexualidade, no universo escolar, é tópico polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores (alunos, pais, professores e diretores, entre

outros), assim como os tabus e interditos que social e historicamente cercam temas que que lhe são relacionados (Abramovay, Castro & Silva, 2004. p. 33).

A problemática para o desenvolvimento desta pesquisa surgiu a partir da realização de um trabalho de intervenção pedagógica realizada no ano de 2009, referente à Educação Sexual, desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Rosa Pignataro, em Nova Cruz/RN, junto aos adolescentes, onde se observou que nem a família nem a escola têm respondido às perguntas dos alunos no que se refere à sexualidade. Isso motivou a busca de construção de um espaço para atender às indagações, evitando que a formação desses conceitos pelos jovens se dê de forma equivocada, fora do espaço familiar ou do ambiente escolar.

Logo, este estudo objetiva compreender como a sexualidade e as relações de gênero são manifestadas por alunos e alunas no contexto escolar. Para alcançar este objetivo, procura-se a) investigar as percepções de alunos e alunas adolescentes sobre as questões relativas à sexualidade humana e de gênero na escola; b) analisar dados quantitativos obtidos juntos aos alunos e alunas respondentes sobre a temática da sexualidade; e c) compreender a partir desta análise o que significa para esses adolescentes a referida temática.

Fundamentada nas respostas atribuídas pelos sujeitos e ancoradas no referencial teórico que dá suporte a pesquisa empírica, iremos traçar o panorama do problema e fazer uma análise dos dados para, *a posteriori*, saber se o nosso objetivo foi alcançado.

A seleção dos teóricos que fazem parte do *corpus* do trabalho se deu motivada pelo pensamento contemporâneo desses autores, que nos ajudam a compreender o fenômeno educativo em questão, o qual tem se configurado, nestas últimas décadas, de uma complexidade que requer o envolvimento de pais, escola e comunidade, uma vez que são os jovens estudantes que estão no centro do debate, ou pelo menos deveriam estar, levando-se em conta que o pensamento científico desenvolve-se em função dos anseios da sociedade, na busca de compreender e responder as indagações que surgem no cotidiano.

Faz-se necessário ressaltar que, no decorrer dos estudos realizados, elegemos outros pensadores que têm contribuído para a construção deste trabalho, desde que atendam às nossas preocupações de pesquisa, não limitando-nos, mas norteando a investigação empírica e possibilitando uma interlocução entre os aportes teóricos e a *práxis*.

Historicamente, o estudo da sexualidade tem focado diversas abordagens e diversos autores, sobretudo nos dois últimos séculos. Dentre eles, podemos referir aos estudos de Foucault (1984, 2009) com a História da Sexualidade, Giddens (1993, 2005) com as

contribuições relativas aos estudos sociológicos da contemporaneidade, e Heilborn (2006) acerca da sexualidade e gênero. Estes autores dedicaram-se a pensar a sexualidade a partir de novos e diferentes olhares.

A visão epistemológica desta pesquisa ancora-se, em parte, na teoria de Foucault, onde possibilita lançar um olhar às práticas reais e locais, entrelaçando as relações entre discursos e saberes de um lado, e instituições e poderes de outro, enfocando, sobretudo, a história das instituições disciplinares, entre elas a escola.

Além dos referenciais teóricos já citados, faz-se necessário ainda sublinhar um estudo organizado por Júlio Groppa Aquino, que faz uma discussão pertinente acerca da problemática da sexualidade na escola. Esse autor, no referido estudo, apresenta “um conjunto de reflexões fundamentais sobre as múltiplas possibilidades de manejo teórico e prático das manifestações da sexualidade no cotidiano escolar, desde a psicanálise até a análise histórica ou biológica” (Aquino, 1997, p. 9).

No que toca ao aspecto metodológico da pesquisa, o instrumento utilizado se constitui na elaboração e aplicação de um questionário junto aos alunos e alunas da escola em estudo, possibilitando a coleta e o tratamento dos dados, cujas informações tiveram um peso substancial para o desenvolvimento do estudo em causa.

O primeiro capítulo faz um recorte do processo histórico e suas teorias envolvendo a sexualidade nas diversas nuances articuladas às questões de gênero. Discorre sobre a educação sexual na escola pública, abordando o silenciamento da história da mulher, dando ênfase aos conceitos, mitos e preconceitos que cercam o estudo da sexualidade e as relações de gênero.

O segundo capítulo traz uma reflexão que circunda os caminhos trilhados no desenvolvimento da pesquisa, retratando um estudo relacionado à sexualidade e gênero em uma escola pública, por meio da aplicação de um questionário semiestruturado que possibilitou a coleta de dados e informações, viabilizando a análise da pesquisa.

O terceiro capítulo evidencia as opiniões de alunos e alunas que estão simbolizadas a partir dos gráficos e tabelas, que apresentam as concepções concernentes aos questionamentos acerca da sexualidade e gênero. Aborda, também, o caráter arenoso e provisório do entendimento que se tem a respeito da sexualidade presentes no cotidiano sob a ótica das experiências e iniciativas vivenciadas no dia a dia, assim como a análise e a discussão dos resultados, possibilitando a visualização da pesquisadora em relação ao objeto em estudo.

Portanto, a conclusão deste trabalho denota esclarecimentos relativos à problemática da sexualidade e gênero do ponto de vista dos adolescentes no espaço educativo, revelando as proposições, limites e desafios que circundam o tema.

Referenciando os dados coletados, é importante enfatizar a necessidade que os alunos têm de informações e formações que contribuam para ampliar o debate e tornar público, desnudando os preconceitos, estigmas e interdições, concorrendo para eleger a escola como espaço possível de diálogo, já que há um divórcio na relação conhecimento sobre sexualidade e a finalidade da formação dos adolescentes. Sendo assim, salientamos que é premente a institucionalização da Educação Sexual na escola.

CAPÍTULO 1

A SEXUALIDADE: VELANDO-SE E REVELANDO-SE NO CONTEXTO ESCOLAR

Somos sujeitos porque desejamos, sonhamos, imaginamos e criamos na busca permanente da alegria, da esperança, de uma sociedade mais justa, da felicidade a que todos temos direito. Este é o drama de permanecer VIVO...fazendo educação!

(Madalena Freire, 1992)

A problemática da sexualidade tem sido investigada, nestas últimas décadas, pelas mais diversas perspectivas e diferentes abordagens, bem como nos mais variados campos do conhecimento acadêmico e científico. Neste estudo, centramos a nossa pesquisa sobre sexualidade no campo da educação e, em especial, na educação escolar.

Muitos estudos têm priorizado este tema no campo da psicologia, da sociologia, dentre outros, porém, apesar do enfoque deste trabalho ser pedagógico, não significa dizer que não dialoguemos com os demais campos, sabendo que cada vez mais, tanto no contexto escolar como no científico, a interdisciplinaridade está presente e tem contribuído para as ciências de um modo geral e para a sociedade em particular.

O que apresentamos neste capítulo trata-se da revisão bibliográfica e do referencial teórico que sustentará a presente pesquisa, que aborda em um primeiro momento um recorte histórico da temática e do contexto em que está inserida, destacando-se a Declaração dos Direitos Sexuais que referenciam os direitos no exercício da sexualidade; analisamos os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) elaborados pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), enquanto referenciais que apresentam as linhas norteadoras para o Ensino Fundamental; aborda também a sexualidade, o gênero, a adolescência, a escola, a educação sexual e o silenciamento da história de gênero: fragmentos da escrita das mulheres, elementos constitutivos deste trabalho que possibilitam uma reflexão acerca da problemática que a envolve.

1.1. CONTEXTO HISTÓRICO

Falar de sexualidade ainda é um desafio para a atualidade, mesmo sabendo que desde a história da antiga civilização eram marcados nos livros bíblicos aspectos relacionados a essa temática, tendo como exemplo a história de Onam,

cujo irmão morreu sem ter filho no seu matrimônio, foi obrigado a casar com Tamar. A Viúva pelo costume dos Judeus, quando uma mulher se casa pertence a toda família do marido, já que havia sido comprada, no caso de falecimento do marido caso a viúva ficasse sem engravidar, cabe ao irmão mais novo a responsabilidade de tornar a viúva, esposa e criar o primeiro filho, como se fosse filho do morto (Gênesis Cap. 38 v. 6 – 10, apud Jarussi, 1971).

Com relação ao pensamento religioso, ressalta-se que o exercício da sexualidade, nesse contexto, era vista de forma pecaminosa, sendo negada essa prática como forma de

prazer, totalmente proibida naquela época, prevalecendo a questão da procriação humana como referência para o desenvolvimento das gerações.

Nesse sentido, a vivência da sexualidade centrava-se apenas no aproveitamento do sêmen com vistas à perpetuação da espécie. Assim, a mulher era tida como objeto de uso para a sociedade da época, a sua subjetividade não era considerada, não tendo o direito de expressar seus sentimentos. Ela era, pois, submetida a uma repressão rigorosa e um silenciamento profundo.

O período histórico compreendido pelos séculos XV e XVI foi marcado por profundas transformações sociais, econômicas, políticas e religiosas: a definitiva passagem da economia à base de troca para a economia monetária, o florescimento do comércio, a organização do sistema bancário, as grandes navegações e descobrimentos, o desenvolvimento das cidades, a perda por parte da Igreja do monopólio de explicação dos fenômenos naturais e humanos, o declínio do poder dos senhores feudais e da Igreja (Albertini, 1997, p. 54).

Na Idade Média, prevalecia o pensamento autoritário da igreja católica no sentido de condenar as práticas relacionadas à sexualidade, tendo como exemplo a masturbação. Trata-se da sexualidade não como uma ação subjetiva da vida humana, mas com uma imposição espelhada em uma concepção judaico-cristã.

Nos séculos XVII e XVIII, houve uma nova reformulação no modo de compreender o corpo humano, não apenas no sentido de representação, mas na sua força e utilidade física. A mecânica do poder atinge o homem na sua maior potencialidade de ação: o corpo, que se transforma, esteja ele inserido no exército, na escola, na fábrica ou em qualquer outra instituição. Para Foucault (2009), o poder se exerce, penetra e age nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem e no corpo. A partir dessa perspectiva de investigação do homem moderno, pode-se inferir que existe um saber sobre o corpo que controla suas forças.

Nesse contexto, o domínio do discurso sobre o sexo sofre transformações com a divisão da igreja e o estado, com vistas à regulamentação da conduta sexual, ancorando-se ao domínio do estado. Este passa a preocupar-se com o controle demográfico e as questões econômicas.

A medicina do século XVIII, ao buscar caução científica da biologia, deslocou o plano de análise da sexualidade humana, examinando-a ao lado da sexualidade animal, considerando-a assim, sem maiores obstáculos, como fenômeno natural. Ora, o sexo, como fenômeno da natureza, tem função evidente, qual seja a propagação da espécie. Logo, o exercício da sexualidade passou a ser vinculado à função reprodutora (Souza, 1997, p. 14).

Para compreender esse contexto, o autor enfatiza o conhecimento biológico sobre a sexualidade ao considerar que ela é um fenômeno natural. Sendo assim, ele faz um paralelo entre o sexo humano e o sexo animal.

Até o final do século XVIII, quem estabelecia quais seriam os comportamentos e as práticas sexuais ditas normais era a igreja. Mas, a partir do século XIX, com os avanços científicos, uma nova era foi inaugurada. O uso de microscópios cada vez mais sofisticados tornou possível conhecer melhor os mecanismos da reprodução dos seres vivos e, em especial, dos seres humanos. Os estudiosos, na medida em que avançavam em seus conhecimentos, iam também formulando hipóteses e opiniões a respeito da sexualidade. E essas opiniões não correspondiam às ideias defendidas pela igreja.

No início do século XX, em especial, as mudanças se tornaram mais contundentes no modo como a sociedade ocidental entendia a sexualidade humana. Essas mudanças aconteceram, em grande parte, graças aos estudos de Sigmund Freud. Esse médico austríaco – que viveu entre 1856 e 1939 – foi um dos primeiros a considerar a sexualidade humana não apenas como atividade biológica. Ele a relacionou também com outros aspectos da vida, como, por exemplo, a estruturação da personalidade do indivíduo, sua família e a sociedade com a qual convive. Com todas essas mudanças começa a ficar claro que a sexualidade envolve também os aspectos psíquicos e culturais dos indivíduos.

Não resta dúvida de que os achados freudianos são múltiplos e abrangem várias áreas da dimensão humana. Por exemplo: a importância das motivações inconscientes, a ocorrência de uma sexualidade infantil espontânea, a relevância dos primeiros anos de vida para a estruturação da personalidade, o papel dos sonhos na vida psíquica, a concepção de religião como uma construção ilusória humana, o antagonismo básico entre o livre desenvolvimento da sexualidade e a civilização. De forma global, pode-se afirmar que Freud descobriu a existência de um ser complexo, muito mais complexo que a psicologia científica do século XIX, centrada na ideia de consciência, podia imaginar (Albertini, 1997, p. 56).

Em meados do século XX, inéditas e importantes informações sobre sexualidade foram divulgadas com a publicação dos resultados das pesquisas realizadas pelo biólogo americano Alfred Kinsey, que descobriu que os hábitos sexuais da população americana eram muito variados e não se limitavam ao sexo heterossexual e a excitação dos órgãos sexuais. Esses trabalhos foram muito discutidos e deram uma valiosa contribuição na compreensão da construção da sexualidade humana que, além das influências biológicas, as práticas sexuais variam de acordo com a época e a cultura em que se vive, assim como de acordo com a etapa da vida desses indivíduos.

No que se refere à distinção entre sexualidade e sexo, é preciso entender que a sexualidade é um dos temas mais comentados atualmente, pois atrai a atenção e curiosidades das pessoas. As mais variadas opiniões sobre esse assunto propagam-se nos meios de comunicação como televisão, revistas, filmes, internet e nas rodas de conversa entre amigos.

Ao nos referirmos à sexualidade, uma infinidade de conceitos vem à tona, incluindo-se erotismo, sensualidade e pornografia, gerando, assim, certa polêmica. Contribuindo para esclarecer essas diferenças, entende-se que

sexo é relativo ao fato natural, hereditário, biológico, da diferença física entre o homem e a mulher e da atração de um pelo outro para a reprodução. Sexualidade é um termo do século XIX, que surgiu alargando o conceito de sexo, pois incorpora a reflexão e o discurso sobre o sentido e a intencionalidade do sexo (Guimarães, 2002, p. 23-24).

O termo sexualidade apareceu pela primeira vez no século XIX. Antes se conhecia apenas sexo, termo que indicava a atividade que as pessoas faziam com a intenção de obter prazer ou de procriar. O surgimento desse termo representou uma ampliação de significados atribuídos ao sexo e passou a incluir a esfera subjetiva na vida das pessoas. Embora já conte com mais de um século, ainda há dúvidas relativas à diferenciação do significado de sexo e de sexualidade.

Daí surge o conhecimento científico relacionado à sexualidade, que teve como apoio o conhecimento biológico traduzido na concepção de Freud (1997^a), apud Souza (1997) em contraposição às antigas civilizações.

O novo paradigma da educação aponta a centralidade do processo para o cerne da escola, buscando responder aos desafios da heterogeneidade. Assim sendo, faz-se necessária a existência de um movimento de renovação pedagógica que venha contribuir para o enfrentamento de novos desafios, desembocando num redimensionamento da ação educativa e elegendo como referência as relações sociais presentes no ambiente escolar.

A escola foi a instituição que a humanidade criou para socializar o saber sistematizado e é julgada pela sociedade como necessária à sua veiculação. Por outro lado, a escola não deve ser pensada como fortaleza da infância, como instituição que enclausura seus alunos para melhor prepará-los. Conforme afirma Bock, Furtado e Teixeira (2002, p. 265), “É preciso articular a vida escolar com a vida cotidiana; articular o conhecimento escolar com os acontecimentos do dia-a-dia da sociedade”. Desta feita, necessário se faz que a escola considere o aluno como sujeito de sua própria história, que tem dúvidas e se inquieta na tentativa de compreender a si mesmo e o mundo que o rodeia.

A escola, enquanto espaço desencadeador do processo de ensino e aprendizagem tem demonstrado que os seus atores têm-se inquietado com a temática da sexualidade. Considerando que esta é algo inerente ao ser humano, a preocupação ocorre devido as grandes mudanças comportamentais observadas nas últimas décadas.

O comportamento sexual humano é cheio de significados – ou seja, os humanos usam e expressam sua sexualidade de variadas formas. Para os humanos a atividade sexual é mais que biológica. É simbólica, refletindo quem somos e as emoções que estamos experimentando. Como veremos, a sexualidade é complicada demais para ser inteiramente atribuível a traços biológicos. Deve ser entendida no sentido das significações sociais nas quais os seres humanos estão inscritos (Giddens, 2005, p. 116).

Sabe-se que a complexidade circunda o tema em foco. Segundo Morin (2003, p. 38) “A complexidade é a união entre a unidade e a multiplicidade – desafios de nossa era planetária”. No entanto, necessário se faz enfrentar o desafio, ao tratar de Educação Sexual, dimensionando-se a sexualidade como algo intimamente ligado à vida e à saúde e que se expressa do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade, intrínseca ao bem estar e engloba as diversas dimensões de homens e mulheres.

Sexualidade é uma dimensão inerente da pessoa e está presente em todos os atos de sua vida. É um elemento básico da personalidade, que determina ao indivíduo um modo particular e individual de ser, manifestar, comunicar, sentir, expressar e viver o amor. Sexualidade é auto-identidade, é a própria existencialidade (Maia, 1994, p. 209).

Ela nos envolve como um todo e influi em nossos sentimentos, afetos, emoções e em nossa maneira de ser, sendo construída a partir da interação dos sujeitos e as estruturas sociais. Assim sendo, o desenvolvimento satisfatório da sexualidade é condição imprescindível para o desenvolvimento pessoal, interpessoal e social, constituindo-se nesse cenário os direitos sexuais em direitos humanos universais fundamentados na liberdade, dignidade e igualdade entre todos os homens e mulheres.

Consideramos importante destacar a Declaração dos Direitos Sexuais citado por Peres et al (2000) e aprovada durante o XV Congresso Mundial de Sexologia ocorrido em Hong Kong – China – entre 21 e 27 de agosto de 1999, na Assembleia Geral da *Association for Sexology*:

- 1. O DIREITO À LIBERDADE SEXUAL** – A liberdade sexual diz respeito à possibilidade dos indivíduos em expressar seu potencial sexual. No entanto, aqui

se excluem todas as formas de coerção, exploração e abuso em qualquer época ou situações de vida.

2. **O DIREITO À AUTONOMIA SEXUAL, INTEGRIDADE SEXUAL E A SEGURANÇA DO CORPO SEXUAL** – Este direito envolve a habilidade de uma pessoa em tomar decisões autônomas sobre a própria vida sexual num contexto de ética pessoal e social. Também inclui o controle e prazer de nossos corpos livres de tortura, mutilação e violência de qualquer tipo.
3. **O DIREITO À PRIVACIDADE SEXUAL** – O direito às decisões individuais e aos comportamentos sobre intimidade desde que não interfiram nos direitos sexuais dos outros.
4. **O DIREITO À IGUALDADE SEXUAL** – Liberdade de todas as formas de discriminação, independentemente do sexo, gênero, orientação sexual, idade, raça, classe social, religião, deficiências mentais ou físicas.
5. **O DIREITO AO PRAZER SEXUAL** – prazer sexual, incluindo autoerotismo, é uma fonte de bem estar físico, psicológico, intelectual e espiritual.
6. **O DIREITO À LIVRE ASSOCIAÇÃO SEXUAL** – significa a possibilidade de casamento ou não, ao divórcio, e ao estabelecimento de outros tipos de associações sexuais responsáveis.
7. **O DIREITO ÀS ESCOLHAS REPRODUTIVAS LIVRES E RESPONSÁVEIS** – É o direito em decidir ter ou não ter filhos, o número e tempo entre cada um, e o direito total aos métodos de regulação da fertilidade.
8. **O DIREITO À INFORMAÇÃO BASEADA NO CONHECIMENTO CIENTÍFICO** – A informação sexual deve ser gerada através de um processo científico e ético e disseminada em formas apropriadas a todos os níveis sociais.
9. **O DIREITO À EDUCAÇÃO SEXUAL COMPREENSIVA** – Este é um processo que dura a vida toda, desde o nascimento, pela vida afora e deveria envolver todas as instituições sociais.
10. **O DIREITO A SAÚDE SEXUAL** – O cuidado com a saúde sexual deveria estar disponível para a prevenção e tratamento de todos os problemas sexuais, preocupações e desordens.

Estas diretrizes nos mostram a importância que elas trazem para se pensar as questões da sexualidade, fundamentalmente, no contexto atual. Nesta perspectiva, cabe salientar que estes são os direitos que fundamentam a vivência da sexualidade com

responsabilidade, compreendendo que esta se desenvolve ao longo da vida, trazendo em seu bojo marcas relacionadas à diversidade cultural. Sabendo que as concepções nos diferentes espaços geográficos apresentam visões diversificadas da sexualidade, surge a necessidade de referenciais que respaldem o sistema educativo brasileiro.

Novos atores, novos direitos, novas mediações e novas instituições redefinem o espaço das práticas cidadãs, propondo o desafio da superação da marcante desigualdade social e econômica da sociedade brasileira, com sua consequência de exclusão de grande parte da população na participação dos direitos e deveres (Brasil, 2002, p. 20).

Para tanto, traremos para a presente reflexão a temática da sexualidade segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais, enfocando os referenciais teóricos e metodológicos que respaldam as linhas norteadoras para o ensino fundamental da educação básica brasileira.

1.2. PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS - UM REFERENCIAL QUE CHEGA À ESCOLA

No alvorecer do século, irradiado pela globalização, avanço da tecnologia da informação e dos meios de comunicação, destacam-se as diversas formas de comportamentos e vivências humanas, permeadas por conflitos, contradições e ambivalências no universo de homens e mulheres. Há uma expressiva crise dos modelos sociais para a construção da identidade, especialmente no que concerne ao aspecto social.

A conjuntura mundial e brasileira revela a necessidade de uma educação básica voltada para a cidadania, na perspectiva de oferecer aos alunos um ensino de qualidade. Neste sentido, a escola carece redefinir o seu papel no que se refere ao que, quando, como e para que ensinar e aprender, com vistas a garantir o acesso aos conhecimentos indispensáveis para a sua formação. Assim, apresentamos os referenciais nacionais comuns ao processo educativo que norteiam o Ensino Fundamental da educação brasileira.

A sociedade brasileira carrega uma marca autoritária: já foi uma sociedade escravocrata, além de ter uma larga tradição de relações políticas paternalistas e clientelistas, com longos períodos de governos não democráticos. Até hoje é uma sociedade marcada por relações sociais hierarquizadas e por privilégios que reproduzem um altíssimo nível de desigualdade, injustiça e exclusão social (Brasil, 2002, p. 20).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) compreendem um conjunto de documentos, com vistas a uma nova estruturação curricular para o ensino brasileiro,

elaborados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), na década de 90, a partir de propostas advindas de relatos e reflexões de educadores das secretarias municipais e estaduais de educação, com representação da comunidade escolar e sociedade civil, na perspectiva que aconteçam mudanças significativas no sistema educativo.

Desse modo, as ideias e conceitos de democracia, cidadania e autonomia permeiam os PCNs e apontam a relevância de temas que transversalizam o currículo escolar, tais como: Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Meio Ambiente, Ética e Trabalho e Consumo. Isso possibilita a entrada na sala de aula de temas que podem ser discutidos, refletidos e incorporados ao processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo vínculo entre os conteúdos sistematizados e os conhecimentos prévios dos alunos.

Os temas transversais, sendo considerados de urgência social e abrangência nacional, visam favorecer aos alunos a compreensão da realidade e a participação social no intuito de intervir no contexto para modificá-la.

A transversalidade refere-se a um conjunto de temas que se propõem a interagir metodologicamente nas demais áreas de conhecimento, enquanto que a interdisciplinaridade questiona a fragmentação do conhecimento através dos conteúdos veiculados nas disciplinas que compõem as diversas áreas.

Vale ressaltar que a proposta da transversalidade está intimamente articulada à concepção de interdisciplinaridade, ambas imersas no ato pedagógico de ensinar e aprender, onde a aprendizagem se concretiza através da articulação entre conteúdos escolares e saberes prévios advindos da prática social e construídos a partir de novos significados e expectativas que o aluno tem da escola, do professor e de si mesmo, implicados por suas motivações e interesses.

Nesta perspectiva, o conceito de conhecimento revela-se como resultado de um processo complexo de modificação, reorganização e construção, utilizado pelos alunos para assimilar e interpretar os conteúdos.

Assim, a Orientação Sexual foi incluída como tema transversal, possibilitando a legitimação e a interação às demais áreas de conhecimento. Nesse sentido, a sexualidade, de acordo com a legitimidade dos Parâmetros Curriculares, se instaura na escola.

A importância dada pelos PCNs às questões relativas à temática da sexualidade mostra quão grande é a preocupação que se deve ter ao tratá-la, pois há de convir que este tema permeie e perpassa todos os contextos, especificamente o educativo. Dessa forma, é possível verificar nos PCNs (Brasil, 2002, p. 292) que “a sexualidade no espaço escolar não

se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela invade a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles”.

É de se entender, portanto, que as situações vivenciadas nas escolas referentes à sexualidade estão nas atitudes em sala de aula, nos corredores, no pátio, no refeitório e na convivência social entre alunos, educadores e demais envolvidos, por isso expressam a necessidade de informações, esclarecimentos, estudos incorporados ao trabalho educativo, estabelecendo vínculos entre a sociedade e a escola.

E esta escola, a nosso ver, deseja uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, conforme os PCNs (Brasil, 2002, p. 292). É necessário reconhecer que ela desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem estar e que englobe as diversas dimensões do ser humano.

Os referidos PCNs ainda nos trazem alguns conceitos de sexualidade e, a partir dos quais, possibilita-nos ampliar a compreensão do nosso objeto de estudo. Dentre as diversas concepções, conforme o documento citado assegura que a

Sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado de outros aspectos da vida. A sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais que isso, é a energia que motiva encontrar o amor, contato e intimidade, e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico. (OMS apud Brasil, 2002, p. 295).

Segundo Peres et al. (2000), a Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua a saúde sexual e reprodutiva como sendo a integração dos elementos somáticos, emocionais, intelectuais e sociais do ser social, por meios que sejam positivamente enriquecedores, e que incrementem a personalidade, a comunicação e o amor.

Tais concepções destacam, fundamentalmente, a relevância do tema para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, quando apontam os PCNs (Brasil, 2002, p. 295) que “a sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas”.

A relevância ocorre em função dos aspectos físicos, psicológicos e sociais que estão circunscritos na vida destes jovens adolescentes e, em consequência de tudo isso, torna-os

mais emancipados e mais autônomos nesse sentido. Tal como afirma Giddens (1993, p.199), “a sexualidade é um terreno fundamentalmente de luta política, além de ser também um meio de emancipação.” Constitui-se em espaço político enquanto campo onde são estabelecidas relações de poder, emanados da opressão existente na sociedade, retratada nas instituições, através das regras, interditos, preconceitos e proibições, originando a repressão sexual. A emancipação sexual implica em uma reorganização social, emocional, psíquica, favorecendo mudanças no comportamento humano. Trata-se da democratização e da autonomia da pessoa como uma necessidade de manifestar e vivenciar o amor, a felicidade, o prazer como nuances referentes à subjetividade.

Nesse contexto, no qual as diversas relações se estabelecem, as expressões da sexualidade aparecem, assim como a intensificação das vivências amorosas, como pontos centrais e de extrema relevância na vida dos adolescentes, segundo os PCNs (Brasil, 1998). A sensualidade e a malícia estão presentes nos seus movimentos e gestos, nas roupas que usam, na música que produzem e consomem, na produção gráfica e artística, nos esportes e humor por eles cultivado.

Nesse sentido, podemos afirmar que o comportamento expresso pelos adolescentes nos leva a crer que a sexualidade está presente na vida das pessoas nos diferentes espaços e dimensões, mesmo sabendo que no âmbito educativo há um mecanismo que amortece as descargas de explosão, atenuando os ruídos provocados pelos atores que o compõe, especificamente os alunos.

A escola trilha os caminhos da pedagogia do silêncio, ainda resiste em matricular os corpos por inteiro dando ênfase apenas a cognição, quando insiste em uma metodologia voltada para o aspecto puramente cognitivo, não considerando as habilidades procedimentais, atitudinais, centrando-se apenas nas conceituais.

É preciso ousar, no sentido pleno desta palavra, para falar em amor sem temer ser chamado de piegas, de meloso, de a-científico, senão de anticientífico. É preciso ousar para dizer cientificamente que estudamos, aprendemos, ensinamos, conhecemos nosso corpo por inteiro. Com sentimentos, com as emoções, com os desejos, com os medos, com as dúvidas, com a paixão e também com a razão crítica. Jamais com esta apenas. É preciso ousar para jamais dicotomizar o cognitivo do emocional (Freire, 1994, p. 10).

Essa reflexão nos permite visualizar ainda a escola enquanto espaço de reprodução e não de construção de saberes e nega através de suas práticas pedagógicas os princípios sociais e políticos de cidadania. Esta entendida como resultado de histórias sociais vivenciadas pelos grupos. No entanto, o desafio concentra-se em implementar um projeto de educação

comprometida com o desenvolvimento das múltiplas capacidades do aluno que possibilite a intervenção na realidade com vistas a transformá-la.

1.3. SEXUALIDADE

A sexualidade é um tema de muita complexidade, sobretudo quando é tratado no campo da pesquisa. Existe uma vasta produção e discussão nas diversas abordagens e nas áreas do conhecimento, seja nas ciências da natureza, seja nas ciências sociais e humanas. Pretendemos tratar esta temática e tentar compreendê-la a partir dos condicionantes sociais e das relações sociais (pedagógicas) presentificadas no contexto escolar e, em especial, no da sala de aula concretamente. Isso também não significa dizer que não possamos fazer outras ligações com outros campos do conhecimento, como é o caso das ciências biológicas, entre outras, o que certamente pode contribuir para elucidar as questões que pretendemos dar respostas nesta investigação.

Falar da 'sexualidade' como uma experiência historicamente singular suporia, também, que se pudesse dispor de instrumentos suscetíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade (Foucault, 1984, p. 10).

Desde então, residir a natureza de uma das especificidades humanas é o que tem sido muito discutido, em especial no século passado, nos contextos históricos e sociais, no âmbito das sociedades, sobretudo as ocidentais. O discurso sobre sexualidade causa expectativa, seja em qualquer contexto em que se esteja e, ainda, quando nos referimos aos adolescentes, suscita ainda mais a sensação e por que não dizer a conflitos que perpassa pela mente destes, que, em sua grande parte, está ou deveria estar em sala de aula, mesmo considerando os dados educacionais referentes à inserção e a permanência do alunado, na faixa etária obrigatória que a legislação formaliza, conforme a Lei 9394/96 (LDB).

No dizer de Abramovay, Castro e Silva (2004), a sexualidade é uma das dimensões do ser humano que envolve gênero, identidade sexual, orientação sexual, erotismo, envolvimento emocional, amor e reprodução. É experimentada ou expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, atividades, práticas, papéis e relacionamentos.

Ainda para Heilborn (2006), a sexualidade, enquanto objeto de estudo, está inserida em um campo de preocupações associada à regulação da reprodução biológica e social das

populações. Onde percebemos a ampliação do campo de estudo da referida temática, que tem ganhado outros espaços de investigação e não só nas ciências da natureza, como no campo das ciências sociais e humanas e, em especial, na educação.

A juventude vem ocupando, nas duas últimas décadas, um lugar de significativa relevância no contexto das grandes inquietações que assolam a comunidade mundial, tanto no campo da educação quanto no da saúde, demonstrando preocupação com problemas que vêm atingindo os jovens de todo o planeta, como temas relacionados à saúde sexual e reprodutiva, a gravidez precoce, o aborto e as DSTs e ‘Acquired Immuno Deficiency Syndrome’ (AIDS), segundo Castro, Abramovay e Silva, (2004, p. 33).

Pensando a sexualidade no campo da educação, como dizem os referidos autores, a sexualidade é tópico polêmico, considerando a multiplicidade de visões, crenças e valores dos diversos atores (alunos, pais, professores e diretores, entre outros).

A sexualidade é um termo demasiado polissêmico e de tamanha ambiguidade em qualquer campo do conhecimento onde seja discutido. Em se tratando do senso comum, na maioria das vezes que tal palavra é mencionada, associa-se diretamente ao conceito de sexo, relacionado diretamente ao ato sexual e à satisfação da necessidade biológica de obter prazer, que todo ser humano traz consigo desde que nasce. Este entendimento articula-se às práticas sexuais vividas pelos seres humanos e a evolução dos conceitos ao longo da história da humanidade.

O aparecimento da sexualidade nos humanos faz aparecer o amor como relação de liberdade, gratuidade e mútua doação entre os parceiros. A sexualidade-amor é a força mais poderosa de modelagem das existências e de geração de sentido para a vida que historicamente conhecemos (Muraro & Boff, 2002, p. 43).

A sexualidade, por sua vez, inclui o sexo, a afetividade, o carinho, o prazer, o amor ou o sentimento mútuo de bem querer, os gestos, a comunicação, o toque e a intimidade. Compreende, também, os valores e as normas morais que cada cultura elabora sobre o comportamento sexual. E acrescenta, ainda, que apesar da abrangência maior da sexualidade, merecem ser devidamente considerados o papel e o valor do sexo.

Nesse sentido, Machado (1995) faz uma análise da sexualidade, como um modo de as pessoas se encontrarem e fazerem deste encontro um momento muito agradável e prazeroso, cheio de atos carinhosos e tornando as pessoas muito íntimas e ligadas entre si.

Entendemos ser imprescindível a clarificação destas concepções para o desenvolvimento do nosso estudo. Por ser um tema considerado complexo por muitos,

percebe-se que falar de sexo e suas variantes no contexto da escola e, em especial, na sala de aula requer formação profissional e pedagógica específica que habilite didaticamente para tratar as questões aí imbricadas.

Michel Foucault dedicou-se ao longo da sua produção acadêmica e científica a estudar, entre tantas, a temática da sexualidade. Ele consegue fazer a diferença entre sexualidade e sexo quando afirma que o discurso de sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança e às relações interindividuais, assim

parece que na moral antiga, salvo alguns preceitos que valem para todo mundo, a moral sexual sempre faz parte do modo de vida, ele próprio determinado pelo status que se recebeu e as finalidades que se escolheu (Foucault, 1984, p. 75).

Tal como enfatizamos, o tema da sexualidade, hoje, tem sido muito discutido, seja no ambiente da academia, seja em todos os espaços sociais tanto formais como não formais. Mas essa discussão, muitas vezes, não tem trazido resultados que o dignifique como relevante para nossas vidas e em especial para a do jovem que está em idade escolar e que precisa compreender os dois ângulos que o tema referido oferece. Um deles assegura o conhecimento sistematizado, pelo menos, está nos Temas Transversais dos PCNs (Brasil, 2001) e o outro se vê muito claramente pela divulgação das mídias que, certamente, é mais bem recebido pelos jovens como fonte de informação.

Para clarificar este entendimento, podemos citar como exemplo a programação da televisão onde geralmente são exibidas variadas cenas de sexo e relacionamentos que nem sempre são representadas de modo real e saudável para as pessoas, concorrendo para uma formação de opinião permeada de preconceitos, estereótipos com ausência de informações de teor correto, do ponto de vista científico.

Porém, sabemos que tratar da sexualidade não é algo tão simples como se imagina, pois necessita de um aprofundamento por parte do educador, que permita desnudar as diversas facetas que têm revestido a sua complexidade.

É através da pesquisa que buscamos ampliar os conhecimentos do ponto de vista empírico, articulando os saberes na visão de quem se preocupa com ele, entre muitos, sociólogos, psicólogos e, em nosso caso, evidencia-se a nossa formação em pedagogia, incluindo leituras e observações feitas no ambiente de trabalho, que nos dão um suporte para a compreensão geral do tema em estudo.

Embora nosso objeto de estudo não seja a sexualidade no campo da medicina, consideramos importante ressaltar a temática nesse contexto para nos subsidiar a compreender o que pensam os jovens sobre isso no campo educacional. No entanto, trazer a sexualidade no âmbito da medicina, entendemos que

A sexualidade no âmbito da medicina só emergia quando a saúde ou a disfunção orgânica entrava em jogo; o comportamento sexual propriamente dito estava longe de constituir nela um tema de preocupação. Mesmo quanto a seus aspectos orgânicos, desde o século IX, Avicena obrigava-se a advertir. “... não é indigno para o médico ocupar-se de assuntos venéreos” (Souza, 1997, p. 13).

Tem sido importante, para o nosso trabalho, fazer esse recorte sobre as diversas concepções de sexualidade, sobretudo para a compreensão do nosso objeto e as diferentes perspectivas, tais como citada acima. Entendemos que o tema da sexualidade necessita de maior atenção e precisamos trazê-lo para dentro da escola pela porta da frente, sem medo dos olhares avessos dos profissionais, de um modo geral, e dos alunos que nela se encontram. É importante entender a concepção e, por conseguinte, a concepção da sexualidade, pelo fato de ela fazer parte da formação humana.

O ser humano está impregnado de sexualidade tanto no biológico quanto no emocional afetivo. Essa energia se manifesta nos comportamentos, nos encontros com o outro. (...) isso implica no desenvolvimento de uma filosofia frente à sexualidade pressupondo uma visão holística da pessoa como ser sexuado (Souza, 1999, p. 19).

É diante e a partir desta percepção de ser humano que buscamos compreender o nosso objeto de estudo neste trabalho, o qual, não obstante não ter a intenção direta de desenvolver ações educativas, procura ter uma perspectiva de viabilizar, essencialmente por parte do corpo discente da escola em análise, uma compreensão que contribua efetivamente para uma formação mais humana e mais cidadã, servindo, assim, para a formação desses adolescentes.

Nesse sentido, os conhecimentos relativos à sexualidade estão intimamente relacionados ao exercício da cidadania, pelo respeito por si e pelo outro, e articulados às questões de gênero, posicionando-se como categoria necessária para uma melhor compreensão da temática em estudo.

1.4. GÊNERO

A concepção de gênero se refere às diferenças entre papéis masculinos e femininos atribuídos a homens e mulheres, respectivamente, no entorno social. Dessa forma, as desigualdades presentes nas relações sociais e papéis sexuais que homens e mulheres desempenham não são naturais, mas socialmente construídos. A diferença social se fez e, ainda se faz, a partir da convivência humana.

Na linguagem corriqueira, própria de nossa vida cotidiana, sexo e gênero são muitas vezes utilizados como sinônimos, como palavras que se referem às diferenças constitutivas de homens e mulheres, de machos e fêmeas. Contudo a construção do gênero, como categoria de análise da realidade, supõe, na sociedade ocidental contemporânea, o seu distanciamento do termo sexo. Este passa, então, associar-se a interpretações biológicas, enquanto o gênero procura resgatar o caráter histórico e cultural dos diferentes significados masculinos e femininos presentes nessa sociedade (Vianna, 1997, p. 119).

A questão de gênero, hoje, tem sido muito discutida e suscitada inúmeras investigações no âmbito da ciência de um modo geral e da educação em particular. Compreender tal questão tem sido uma das funções mais complexa para o conhecimento científico, devido a um conjunto de fatores e a problemática que o envolve, sobretudo o contexto da educação e mais precisamente o da escola.

Para Vieira (2007), o gênero tem sido um dos principais elementos organizadores das relações sociais. Ele influencia a forma como homens e mulheres se percebem – em aspectos tão diversos como as competências próprias, as tarefas mais adequadas a uns e a outras ou mesmo os interesses supostamente condizentes com a sua pertença biológica – e o modo como avaliam as outras pessoas.

Conceito repleto de muita complexidade e discussões, nem sempre frutífera seja onde quer que esteja sendo discutida, merece ser refletido por parte dos responsáveis pela formação de jovens e crianças em idade escolar, no caso o docente que está a lecionar na educação básica.

Observa-se que a família continua a ser vista como o contexto de socialização por excelência, haja vista que

...é com a família que o indivíduo passa mais tempo, com especial incidência nas primeiras etapas do desenvolvimento e é em boa parte no espaço simbólico da interação familiar que ocorre de forma lenta e muitas vezes pouco explícita, a transmissão de geração para geração dos estereótipos reguladores do comportamento, facto que é susceptível de afectar projectos de vida, percursos individuais e modos de relacionamento interpessoal (Vieira, 2007, p. 7).

A possível influência direta das práticas de educação familiar sobre o desenvolvimento das diferentes dimensões do gênero nas crianças não deve ser vista, no entanto, de um modo linear e unidirecional, segundo Vieira (op. cit.). Esta afirmação nos faz entender que tais questões são difusas e que merecem ser sempre revistas e discutidas no âmbito da sociedade e, em especial, da escola.

Segundo Louro (1997), há de se entender que, no momento atual, tem-se presenciado as mais diversas relações, e nos mais variados contextos e uma das questões em causa perpassa todo um conjunto de lutas que envereda pelo movimento de luta pela igualdade, sobretudo de gênero e nesse debate pergunta-se o que seria considerado normal e o que seria diferente.

Quando afirmamos que as identidades de gênero e as identidades sexuais se constroem na relação com o outro, queremos significar algo distinto e mais complexo do que uma oposição entre dois pólos; pretendemos dizer que as várias formas de sexualidade e de gênero são interdependentes (Louro, 1997, p. 49).

Ainda pode se compreender que gênero é um conceito que se refere à construção social do sexo anatômico. Ele foi reproduzido para diferenciar a dimensão biológica da social e baseia-se no raciocínio de que há machos e fêmeas na espécie humana, mas a maneira de ser homem e de ser mulher é realizada pela cultura. Assim homens e mulheres são frutos da realidade sociocultural na qual estão inseridos e não apenas do natural.

A anatomia herdada, o sexo, foi tomada como destino por milhares de anos, sendo entendido como um fato implacavelmente dos comportamentos no curso da vida. No entanto, sabemos que em suas evidências óbvias o sexo não é uniforme e os comportamentos sexuais têm significados diferentes para cada um, podendo os mesmos gestos e aversões, conforme o desejo individual e a visão mítica cultural (Guimarães, 2002, p. 32).

Quando estamos falando em gênero na sociedade humana, necessariamente, também falamos em divisão de trabalho e essa primeira divisão se faz em função do sexo numa visão biológica: fêmea ou macho. Como as características de concepção, gestação, o parto e a amamentação são inatos ao corpo da mulher. Foi preciso atrelar-se a essa característica biológica a função primordial da vida da mulher na sociedade, cabendo a ela, até certo ponto, a missão de parir, cuidar da prole e dos afazeres domésticos em prol do zelo para com a sua família.

Por outro lado, ao homem, portanto, cabia a função de prover a família trabalhando fora de casa. Além de ser o provedor, nesse tipo de sociedade patriarcal, o homem tomava

para si as atividades importantes como política, ciência, educação, artes e cultura de um modo geral. Com isso, a tomada de decisões sobre o rumo das nações estava sempre a cargo dos homens, sendo as mulheres relegadas a um segundo plano, não tendo, assim, uma voz ativa, nem mesmo em se tratando de sua vida pessoal, pois ficava a cargo dos seus pais e, depois, a dos seus respectivos maridos a decisão sobre o destino de suas vidas.

O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípio e de divisão sexualizantes. Esse programa social de percepção incorporada aplica-se a todas as coisas do mundo, antes de tudo, ao próprio corpo em sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos, conformando-a aos princípios de uma visão mítica do mundo, enraizada na relação arbitrária de dominação dos homens sobre as mulheres, ela mesma inscrita, com a divisão do trabalho, na realidade da ordem social (Bourdieu, 1999, p. 19/20).

O espaço público restringia-se aos homens como cidadãos, enquanto as mulheres eram excluídas desse processo por um longo tempo, permanecendo confinadas ao ambiente doméstico. Havia uma diferença no trabalho de homens e mulheres, denominando-se de divisão sexual do trabalho.

É de se notar, entretanto, nestas desigualdades entre homens e mulheres, deste ponto de vista, que tais desigualdades eram concebidas como naturais pela sociedade, e, portanto, perpetuadas de geração em geração, o estereótipo de que o homem era o sexo forte e a mulher o sexo frágil.

Historicamente, a luta pela igualdade de direitos foi fomentada pela Revolução Francesa no final do século XVIII, que tinha como lema a igualdade entre os cidadãos, levando as sociedades a perceberem que, mesmo vivendo nas mais diferentes regiões do planeta, todos faziam parte da espécie humana e tinham os mesmos direitos. Esse reconhecimento subjetivo levou muito tempo para se concretizar com as transformações no campo profissional e social, dando à mulher uma pseudo-igualdade de direitos.

No final da década de 1870, o governo brasileiro abriu as instituições de ensino superior para a entrada das mulheres. Em 1887, se formou a primeira médica brasileira Rita Lobato Velho Lopes. No campo do direito, apenas em 1889 permitiu-se pela primeira vez que uma advogada brasileira fosse admitida nos tribunais.

O movimento chamado de feminismo teve início na metade do século XIX com a finalidade de garantir os mesmos direitos a homens e mulheres, se espalhou pela Europa, Estados Unidos e chegou ao Brasil, onde as reivindicações das mulheres giravam em torno do direito à educação, ao trabalho e acesso ao voto. Segundo Carrara et al (2009), “O movimento feminista é considerado por importantes analistas sociais como responsável pelas grandes

mudanças ocorridas na segunda metade do século XX”. Essa manifestação teve como consequência o alargamento das oportunidades sociais e possibilidade de superação dos impedimentos com vistas à conquista da autonomia.

O movimento sufragista, originado nos Estados Unidos e na Inglaterra nas primeiras décadas do século XX, reuniu mulheres a fim de lutar através de manifestações públicas pela igualdade de direitos até então negados e denunciar como as discriminações atingiam sua qualidade de vida.

A participação política da mulher ocorreu com o voto feminino, graças ao empenho de profissionais de direito, medicina e engenharia em contato com as feministas de outros países, que por meio de congressos e intercâmbios reivindicavam o direito de votar e escolher seus representantes, assim como candidatar-se a um cargo eletivo. Vale destacar que

No Brasil, somente em 1932, com a promulgação de um novo Código Eleitoral, é que a mulher passaria a ter direito de voto e de representação política. Antes disso, é conhecido um único caso de participação política feminina: em 1928, no Rio Grande do Norte, Alzira Soriano foi eleita a primeira prefeita da América do Sul. Muitas mulheres se candidataram à Constituinte de 1934, como Bertha Lutz, mas apenas Carlota Pereira de Queirós conseguiu se eleger. No antigo Distrito Federal (RJ), Almerinda Farias Gama foi a única mulher a votar como delegada na eleição dos representantes classistas para a Assembleia Nacional Constituinte (Carrara et al, 2009, p. 67).

Em 1975, a ONU declara como o Ano Internacional da Mulher, levando as mulheres brasileiras a se organizarem em torno de outros movimentos sociais importantes, como direito de negros, homossexuais ou questões como ecologia e liberdade política, e voltarem a travar novas batalhas como combate a violação contra a mulher e a promoção dos direitos reprodutivos. É importante lembrar que na década de 60 havia um clima de liberação sexual, com a descoberta da pílula anticoncepcional e a pressão social para que as pessoas vivessem mais livremente sua sexualidade.

Entretanto, diante de tantos avanços científicos e tecnológicos, continuamos nos defrontando com muitas desigualdades entre homens e mulheres impedindo o desenvolvimento de sociedades mais igualitárias e justas. De acordo com o sociólogo e escritor alemão Dieter Otten (Veja, 2003), ao longo da história da humanidade, os massacres, homicídios e latrocínios são de responsabilidade quase exclusiva dos homens.

Atualmente não é diferente, o crime organizado, o turismo sexual, o abuso de crianças e o vandalismo das torcidas esportivas, especialmente no futebol, são domínios masculinos por excelência. Por outro lado, a mídia vem apontando a emergência de que poderíamos chamar de um novo modelo de macho, capaz de dividir tarefas domésticas,

manifestando carinho e afeto pelos filhos e amigos, participando de reuniões escolares, podendo ser simpatizante dos movimentos de defesa do meio ambiente e não dispensando os cuidados com a aparência.

Não se pode esquecer que a globalização evolui progressivamente trilhando caminhos de interculturalidade, cruzando valores, reproduzindo democracias em todo o mundo, com foco na valorização da vida de homens e mulheres nas diversas etapas de desenvolvimento.

Necessário se faz referendar valores e preceitos herdados da tradição judaico-cristã que dividiu e hierarquizou os papéis sociais e sexuais de homens e mulheres na sociedade, influenciando deveras no comportamento até os dias atuais, desvelando-se a identidade de gênero a partir de como estes são, sentem e fazem para serem considerados femininos e masculinos.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes funcionando como sistemas de percepção, de pensamento e de ação (Bourdieu, 1999, p. 17).

Salientamos aspectos que geraram expectativas sociais em torno do comportamento como apropriados aos membros de cada sexo. Aos homens, historicamente, foram sacralizadas condutas, tais como: lógica, independência, criatividade, experiência sexual, combatividade, competitividade, entre outros. Em contrapartida, os papéis sociais e sexuais das mulheres repousam na submissão, inocência, dependência, emoção, intuição, graça, controle dos impulsos sexuais e ainda sedução.

Nessa perspectiva justifica-se a presença masculina inclinada para o mundo social, a ciência, a política e a economia, enquanto que as ações desenvolvidas no universo feminino restringiam-se ao âmbito doméstico, a casa, aos filhos e ao marido. Consequentemente, nas sociedades ocidentais, as mulheres sucumbiam ao direito de gerenciar a sua própria vida e menos ainda participar das decisões relacionadas aos destinos da sociedade a que elas pertenciam.

Apesar dos modelos do passado direcionados ao masculino e feminino, a juventude vivencia experiências diversas que têm como parâmetro os papéis que os adultos, homens e mulheres desempenham atualmente na sociedade, tendo, como exemplo, mulheres que além de assumirem atividades domésticas assumem funções executivas, políticas, entre outras.

Enquanto que homens realizam tarefas domésticas, ainda que seja um baixo índice, estas transformações apontam para mudanças de práticas, estilos de vida.

Nestes tempos de contemporaneidade, a sociedade vem discutindo os problemas que envolvem as diferentes classes sociais, buscando dar lugar às minorias, que, de fato, o correto seria conceituá-la de maioria, devido a grande parte da população envolvida. Portanto, o gênero tem tido o seu lugar nesse emaranhado de questões principalmente quando se fala de multiculturalidade.

As questões de diferenças entre os humanos e do respeito que se deve ter para com eles têm se constituído um dos problemas bem evidentes no contexto, sobretudo o atual e, em especial, os de ordem epistemológica para se compreender o que é o “gênero”.

O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque ele oferece um meio de distinguir os papéis sociais e sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (Scott, 1992a). Esta mesma pesquisadora acrescenta que, apesar do fato dos (as) pesquisadores (as) reconhecerem as relações entre o sexo e os papéis sexuais, estes (as) não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do gênero coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade (ibidem, 1992a).

Portanto, toda discussão que gira em torno da problemática da sexualidade envolve muita cautela, seja logo a partir da concepção de gênero, bem como todos os aspectos intimamente ligados ao contexto escolar, em especial no diálogo com os jovens alunos adolescentes. Daí a razão de apresentar tais conceitos, uma vez que eles sustentarão o nosso estudo que é de extrema importância teórica e epistemológica.

No seu uso mais recente, ainda adverte a autora que o gênero parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo (ibidem, 1992a). Neste mesmo estudo, a palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades.

Muito embora este estudo esteja centrado na questão da sexualidade no contexto da escola, consideramos importante a contribuição do estudo de gênero, pois possibilita o esclarecimento de modo a se compreender a inter-relação entre os dois polos, fazendo um

recorte histórico da discussão, mesmo que de forma breve, mas relevante para o debate em causa.

A sexualidade vem sendo compreendida como produto de diferentes cenários, e não apenas como derivada do funcionamento bio-psíquico dos sujeitos. A ênfase sobre cenários socioculturais alude a premissa de que, se há características distintas entre os homens e mulheres no tocante a vida sexual e na interface desta com a esfera reprodutiva, elas devem-se a uma combinação de fenômenos que reverberam nos corpos como efeitos de processos complexos de socialização dos gêneros. Desse modo há estreito e inexplicável imbricamento entre sexualidade e gênero (Heilborn, 2006, p. 35).

Vivemos em uma cultura que tem demonstrado desejo com vistas a uma nova ordem social imbuída de valores como a justiça, a igualdade, a equidade e a participação coletiva de homens e mulheres na vida pública e política. Desta feita, vale ressaltar que a questão do gênero cada vez se torna mais discutida, contudo ainda é necessário concretizar mudanças significativas numa dimensão de política pública.

As intervenções das novas maneiras do fazer político, no que se refere ao campo da sexualidade, precisam estar imbuídas nas regulamentações do Ensino Público, legitimando o conhecimento como necessário para a formação do ser humano. Nessa perspectiva, elegemos alunos e alunas da escola pública como sujeitos, na intenção de iniciarmos um diálogo onde seja possível introduzirmos esse objeto de estudo.

1.5. ADOLESCÊNCIA

Ao dimensionarmos os múltiplos aspectos que se inscreve no mundo do sujeito humano, evidencia-se que, uma das fases mais observáveis da vida é a adolescência. Há algumas controvérsias em se definir as categorias ou faixas etárias do ser humano e, nesse caso, estamos nos referindo à passagem da idade da criança à fase adulta que se denomina por adolescência. O termo adolescência se origina do latim: *adolescere* que significa tornar-se ou vir a ser.

A adolescência é uma fase relevante na vida do ser humano, considerada como período de transição, de experiências e potencialidades que, convertidas em uma perspectiva de mudança favorece a socialização e construção de sua identidade, designando-se como uma categoria social e historicamente definida e referenciada pela sociedade.

A puberdade caracteriza-se pelas muitas modificações biológicas que ocorrem nesta etapa no corpo das meninas e meninos. Para a menina, a mais marcante acontece quando

ocorre a primeira menstruação – menarca. Nos meninos, quando acontece a primeira ejaculação involuntária ou polução noturna. Estes eventos na vida de moças e rapazes correspondem ao anúncio de que seus corpos estão prontos para reproduzirem, paralelas a todas estas mudanças físicas, vale salientar, ainda, as psicológicas e sociais próprias da adolescência.

A integração entre as dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sensíveis, cada uma se expressando e interferindo na outra, necessita ser explicitada no estudo do corpo humano, para que não se reproduza a sua concepção de conjunto fragmentado. Com o mesmo cuidado devem necessariamente, ser abordados as transformações do corpo que ocorrem na puberdade, os mecanismos da concepção, gravidez e parto, assim como a existência de diferentes métodos contraceptivos e sua ação no corpo do homem e da mulher (Brasil, 2002, p. 318).

A adolescência designa uma etapa da vida que tem um caráter de generalidade nos aspectos biológicos e fisiológicos, porém, já no que tange aos processos de desenvolvimentos emocionais, intelectuais, assim como os significados simbólicos, vão se desenhando e contornando diferentemente de acordo com o lugar em que vivem e o papel que desempenham a partir das condições econômicas e culturais: de raça, etnia e gênero que estes assumem socialmente.

Em outro enfoque, entendemos que a adolescência constitui um período da vida onde se manifesta a interação entre os aspectos sociais, culturais e biológicos, além de um potencial para o desenvolvimento de novas habilidades e oportunidades que se configuram no conjunto de características que dão unidade ao fenômeno dessa fase do desenvolvimento, conforme Silva e Pereira, (2009).

Esta constatação se faz importante, não só porque evidencia um período também de socialização no qual vai se constituindo por meio das interações entre os indivíduos. Podemos, também, remeter às crianças como no dizer de Cerezer e Outeiral (2011) ao afirmarem que as crianças e os adolescentes necessitam, para um desenvolvimento saudável, de limites tais como espaço e tempo, onde poderão exercer sua criatividade, explorar seus potenciais e transgredir em segurança para si e para os outros.

Nesse sentido, é importante ressaltar os contributos que os conceitos de adolescência e juventude podem nos trazer para a compreensão do nosso objeto. Ao tentarmos conceituar a adolescência e juventude, nos deparamos com diversas possibilidades nos remetendo posteriormente ao entendimento que a definição é marcada pelo contexto histórico e cultural no qual o adolescente está imerso.

Argumentar que a adolescência se constitui em uma fase da vida em que as transformações hormonais interferem acentuadamente no comportamento nos parece superado, nos inclinando a compreender que as vivências destes adolescentes se caracterizam como construções sociais, resultados da forma que tais pessoas se organizam em sociedade.

Nesse enfoque, é importante destacar a legislação brasileira que classifica a fase infantil as pessoas de 0 a 11 anos, enquanto os sujeitos na faixa etária de 12 a 18 anos são denominados adolescentes. No entanto, a OMS, que anteriormente considerava a etapa adolescente entre 10 e 19 anos, atualmente define esta fase as pessoas que se encontram com idade entre 10 e 24 anos, faixa etária esta que adotamos neste trabalho.

Nesta perspectiva, este aumento está relacionado às transformações sociais e econômicas que permeiam o contexto globalizado, onde no mundo do trabalho foram ampliadas as suas especificidades e acrescida à divisão de tarefas. Houve um crescente aumento do número de instituições e suas regras, exigindo maior extensão e complexidade da aprendizagem.

A fase da adolescência é geralmente concebida como uma preparação para a vivência da etapa adulta, no que concerne à socialização e maturidade (maturação dos órgãos sexuais, força física e capacidade intelectual). Ao ser estendida, ganhou mais importância e visibilidade, tornando capaz de desempenhar as funções de produção (ingresso no mundo do trabalho), reprodução (constituir família, gerar filhos) e participação (nas decisões que regulam a sociedade).

Destaca-se nesta discussão a possibilidade de engessamento do conceito quando limitamos etariamente esta fase que intermedia a fase infantil e a fase adulta, ao mesmo tempo em que vislumbra a compreensão que os adolescentes vivenciam neste período. Para Brasil (2005), trata-se de “um complexo processo de crescimento e desenvolvimento biopsicossocial”.

Imbricados neste processo, revelam-se os marcadores sociais delineando o perfil do jovem nas diferentes formas de estarem no mundo, referenciadas pelas classes sociais diversas as quais pertencem, com base nas origens e trajetórias familiares, nas relações de gênero estabelecidas, nos estilos de vida do local, concorrendo para a construção das subjetividades individuais.

Segundo Malik (2002, p. 63), “apreendemos a adolescência como uma etapa evolutiva dominada pela busca da verdade – sobre si próprio, sobre os outros, sobre o Mundo

– que impulsiona o jovem na forma como se confronta com a vida”. Sendo assim, o perfil do jovem brasileiro não pode ser traçado uniformemente.

Com relação às questões de gênero, Faraco [et al] (2004), ao delinear o papel da mulher, ressalta que historicamente ela vivenciava a fase da adolescência de modo diverso, já que para as mulheres, filhas das classes burguesas, a juventude era fugaz: elas costumavam casar aos 14 anos. A educação iniciava aos 7 anos, visando prepará-las para o casamento, para gerir o ambiente doméstico e ostentar algum brilho na vida social. A presença nas festas e bailes tinha o objetivo de encontrar o futuro marido. Uma das questões que permeava esse universo era a busca da equação entre os namoros e a manutenção da “pureza” socialmente exigida: casar virgem era fundamental.

Fazendo um paralelo em relação ao papel do homem no que se refere à vivência da sexualidade nesse período, nota-se a distância de como acontecia a iniciação sexual para meninas e meninos. Segundo Furtado (2010, p. 80), “Ao menino que está entrando na puberdade é exigido que demonstre sua virilidade, ou seja, que é homem de verdade, o que se concretiza ao manter relações sexuais com mulheres”. Assim sendo, nas práticas sexuais, aqui exemplificadas denota a desigualdade de direitos na vivência dos papéis sociais e sexuais de homens e mulheres.

Ao tratar dos adolescentes e suas famílias, no que diz respeito ao sentido da escola em suas vidas, os argumentos propagados, enquanto espaço de ascensão social, não mais se justifica com tanta ênfase. A difusão da escolarização formal concorre para a qualificação da mão-de-obra e, por outro lado, há restrição no campo de trabalho ocasionado pela expansão das tecnologias da informação, suprimindo as oportunidades de trabalho para a maioria dos jovens.

No tocante ao estilo de vida dos adolescentes, as condições sociais, culturais e econômicas determinam o papel e o lugar que esse jovem irá ocupar na sociedade. Nesse sentido, as desigualdades sociais estão a influenciar no modo como se vive. Os filhos de trabalhadores de baixo poder aquisitivo ingressam cedo no mundo da produção (trabalhar, sustentar a si próprio e a outros), por vezes sendo privados do direito de frequentar regularmente a escola, espaços de lazer, dentre outros, comprometendo a qualidade de vida.

Ao buscar compreender o processo de desenvolvimento da adolescência, constata-se quão é complexa. Vale ressaltar a relevância que o grupo de amigos desempenha neste período, concorrendo para o amadurecimento psicológico e formação da identidade social.

Devemos lembrar que para os jovens é de extrema importância pertencer a um grupo onde todos, em tese, têm as mesmas aspirações, gostam das mesmas coisas e comportam-se de maneira similar. Por isso, a evolução psicosssexual dos membros do grupo acontece seguindo os mesmos passos. É ainda relevante lembrar que durante a adolescência é mecanismo comum a desavença com os genitores até como uma forma de autoafirmação, sendo o grupo de extrema valia no apoio emocional entre os adolescentes (Vitiello 1993, p. 17).

Na interação com o grupo de amigos, o adolescente vivencia influências positivas tais como: estabelecimento de limites e regras, confronto, reforço da legitimação da identidade, afetividade, relação de troca, aceitação, cooperação, identificação nos medos, despertar do senso ético etc.

Poderá ocorrer, também, riscos e sofrer influências negativas, como: faltar as aulas, uso de drogas, promiscuidade, rebeldia, alcoolismo, medos de censura ou rejeição (sentimento de pressão), como também a diversidade de crenças, conceitos e valores advindos de cada família dos companheiros, que por vezes são incompatíveis com os da própria família.

A ambiguidade persiste nesta paisagem, quando associamos a juventude a situações de risco, crise, desordem, violência, irresponsabilidade, contrapondo-se ao modelo que retrata desejo, beleza, vigor físico e consumo divulgados pela mídia.

Ao focar a participação juvenil, ressalta-se a defesa do direito ao bem estar individual e coletivo, a promoção da saúde a partir do conhecimento de suas vulnerabilidades, com vistas à diminuição da incidência das DSTs e do HIV/AIDS no grupo de jovens e adolescentes. Assim sendo, assegurar o bem estar de todos implica em ressignificar os direitos individuais e coletivos, frisando os limites éticos e as liberdades civis, em cada atividade humana referente aos temas atrelados à vida pública.

Visualizamos as etapas em que crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos vivenciam, referenciadas pelas características e particularidades que são inerentes a cada fase. Desta feita, evidenciamos a legitimação dos direitos conferidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei 8069/90), abrindo um leque de possibilidades dos adolescentes professarem o protagonismo juvenil, ao assumir o papel de autor e ator de sua vida.

Na perspectiva de construirmos uma sociedade democrática desejamos que o adolescente vivencie a cidadania por meio da participação ativa, construtiva e solidária no contexto político, social e econômico, na resolução de problemas existentes na escola, comunidade e na sociedade, em busca da autonomia e construção de um projeto de vida.

Enquanto espaço dialógico, à escola tem sido atribuída geralmente o papel de preparar para o exercício da cidadania, no entanto, percebe-se que na realidade esta tem

enfrentado muitos desafios, especificamente no que concerne à negação da visibilidade de sujeitos concretos, incorporados em um determinado contexto e tempo histórico.

1.6. ESCOLA

A escola tem sido estudada nas mais diferentes perspectivas e abordagens, e também tem sido palco de diversas pesquisas por se encontrar nela sujeitos que a constituem, dentre eles professores, alunos e demais responsáveis diretos pelo seu funcionamento.

Pensar a escola nos dias atuais não tem sido tarefa fácil, devido a sua complexidade e os fatores que estão implicados em seu eixo, uma vez que a sua função foi, ao longo dos séculos, centro de socialização do conhecimento sistematizado e espaço pedagógico onde é produzido saberes. Lá é também lugar de construção de subjetividades e de humanização.

...mulheres e homens, somos os únicos seres que, social e historicamente, nos tornamos capazes de aprender. Por isso, somos os únicos em quem aprender é uma aventura criadora, algo, por isso mesmo, muito mais rico de que meramente repetir a lição dada. Aprender para nós é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito (Freire, 2011, p.68).

Mesmo com as modificações dos costumes e valores, ocorridas no final do século passado e início deste, ainda perduram discriminações arraigadas, por vezes conscientes, outras inconscientes, referentes ao gênero e à sexualidade no âmbito educativo.

A escola como espaço de construção e sistematização de conhecimentos não pode negar a cultura construída fora de seus muros. No entanto, “Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade a escola produz isso.” (Louro, 1997, p. 57). Ela exerce uma ação distintiva, delimita espaços e reafirma o que espera o que cada um deva ou não fazer. Ela divide, institui diversos sentidos a diversos sujeitos.

Desta feita, percebe-se que nem a família nem a escola têm respondido as indagações feitas pelos adolescentes acerca da sexualidade.

A sexualidade é como um fantasma que ronda as cercanias e os interiores da escola e da sala de aula. Não é o único, sabemos disso. Mas é, sem dúvida, um daqueles que, quanto mais se busca erradicar, mais assombra a cada esquina. E isso, há séculos, ao que indica a história (Guirado, 1997, p. 25).

Ao direcionarmos o olhar para a escola, enxergamos um ambiente que reflete diferentes culturas advindas das diversas vivências dos atores nela inseridos, revelando

relações conflituosas, coercitivas e consensuais, que se fazem e refazem dinamicamente, de forma dialética, desencadeando num processo de aprendizagem coletiva, as quais englobam as múltiplas concepções expressas de maneira participativa, provocativa e por vezes resistindo à diversidade de entendimentos. Dessa forma, concorre paradoxalmente para a criação de um código comum desvelando-se numa resistência da cultura escolar, na perspectiva da cristalização de práticas conservadoras.

A escola que temos hoje em muito se assemelha ao papel que esta assumia no passado, pois se deve ter em conta o contexto em que esteve inserida historicamente. O interior da escola é retratado pelo engessamento dos corpos, quadriculamento dos espaços, toques para entrada e saídas, disciplinarização dos conhecimentos, conteúdos descontextualizados, divisão do tempo escolar específico para as aulas, carteiras enfileiradas e a avaliação processa-se de forma tradicional.

Essa realidade evidencia que quem não se adéqua às normas estabelecidas e os que não aprendem os conteúdos recebem as punições cabíveis que têm como consequência o fracasso e o insucesso escolar, desencadeando em uma negação do que se propunha o projeto de democratização e universalização da escola pública.

Segundo Aquino (2002), o jovem gosta da escola e não da sala de aula, pois é nos corredores, pátio, quadra esportiva, refeitório que os alunos conversam, se tocam e brincam ‘livres’ dos olhares de repreensão dos profissionais que nela atua.

É importante ressaltar que a escola nem sempre existiu e com isso apontam-no como uma criação social do homem (Bock, Furtado & Teixeira, 2002). Estes autores sublinham, fundamentalmente, que foi só a partir da Idade Média que a educação tornou-se produto da escola. No entanto, é nesse contexto histórico marcadamente pelo domínio da elite que a escola desenvolvia-se, ora como uma instituição social especializada, que atendia aos filhos das famílias de poder na sociedade e ora como lugar de aprendizado da guerra, das atividades cavaleiresca, do saber intelectual humanístico ou religioso (Ibidem, 2002).

Mas é só no contexto das revoluções do século XIX que a escola passou por transformações, sendo a principal delas a tendência a universalização, ou seja, ela deveria atender a todas as crianças da sociedade - pelo menos em tese (Ibidem, 2002). Estes autores ainda esclarecem que foi com a Revolução Industrial que a escola ganhou importância e ampliou suas funções.

Esses mesmos autores identificam alguns fatores de mudança com o aparecimento da escola, tais como o desenvolvimento da industrialização, a família e a luta pela sua

democratização. Estes aspectos acabam por contribuir, em grande medida, pela sua universalização, favorecendo de certa forma para que

a escola adquirisse as características que possui hoje em nossa sociedade: uma instituição da sociedade, trabalhando a serviço desta sociedade e por ela sustentada a fim de responder as necessidades sociais e, para isso, a escola precisa exercer funções especializadas (Bock, Furtado & Teixeira, 2002, p. 263).

A percepção do panorama escolar das últimas décadas do século XX enuncia a crise que atravessam os sistemas públicos de ensino, ocasionada pelos embates travados no percurso da ditadura militar, contexto histórico vivenciado pela sociedade brasileira. A esta crise são atribuídos diversos sentidos que consistem no apego ao passado, remetendo-se à escola enquanto reprodutora das classes e hierarquias sociais, inculcadora das ideologias dominantes, assumindo papel preponderante na manutenção do modelo social vigente.

Nota-se, porém, que a crise da escola não é um problema exclusivamente da nação brasileira, mas de várias nações do mundo, desembocando no entendimento que esta crise articula-se a exaustão do projeto de modernidade e extrapola os muros da escola, sendo atingida pelo meandro da globalização econômica e cultural e a expansão das tecnologias da informação.

O quadro do ensino é emoldurado pela crise, vista na forma de ruptura de equilíbrio, como resistência à modernidade e como exacerbação das contradições sociais. Na medida em que esta se constitui a partir dos conflitos, contradições, bloqueios e tensões, a sua dissolução efetiva-se a partir das mudanças, adaptações, forças travadas no seio do espaço educativo. Esta se caracteriza pela dissipação de antigos modelos e a ausência de modelos inovadores, desencadeando nos educadores uma sensação de desamparo e solidão, em sua prática pedagógica.

Os profissionais da educação, antes desejosos de uma escola transformada e transformadora, são envolvidos por uma aura de impotência, por sentirem-se de alguma forma responsáveis pela reprodução das desigualdades, perdendo o encantamento e embrenhando-se pelos caminhos da incerteza.

Atribui-se a crise da escola à democratização do acesso a sua universalização, consequência das lutas travadas advindas dos movimentos reivindicatórios por transformações sociais, incluindo a acessibilidade da população à escola, considerando que esta se caracteriza como elitista, seletiva, meritocrática, que atendia a uma minoria elitizada e, por isso, tanto seduzia a maioria excluída da população, ansiosos para dela fazer parte.

O modelo secular da escola enfrenta o desafio de possibilitar a apropriação de saberes universais, com vistas a um currículo unificado, sob a égide intencional de traduzir os interesses da unidade nacional, direcionado para uma população tida como despreparada, onde não são consideradas suas condições culturais e as diferenças referentes ao gênero, etnia e classe social.

A escola tem características próprias, visando ao atendimento específico que lhes é proposto pela sociedade, no sentido de possibilitar o desenvolvimento das capacidades humanas enquanto instrumento viabilizador de apropriação de saberes.

O saber escolar é entendido como o conjunto dos conhecimentos selecionados entre os bens culturais disponíveis, enquanto patrimônio coletivo da sociedade, em função dos seus efeitos formativos e instrumentais. Longe de ser caracterizado como conjunto de informações a serem depositadas na cabeça do aluno, o saber escolar constitui-se em elemento de elevação cultural, base para a inserção crítica do aluno na prática social de vida (Libâneo, 2002, p. 13).

Nesse contexto, a sociedade espera que o homem consciente do seu papel, enquanto agente transformador, possa agir no sentido de desmistificar conceitos ultrapassados e construir novos conceitos sob diferentes perspectivas e abordagens.

É importante entender que, nesse prisma, o papel social da escola é de contribuir com a formação de cidadãos livres, conscientes e autônomos, comprometidos amorosamente com a qualidade de vida, contribuindo para a solidificação de uma sociedade mais justa e igualitária.

A escola é uma organização em que suas experiências requerem um espaço e um tempo, para se organizar e direcionar suas atividades. Dentro desse espaço ocorrem experiências diversas; pela diversidade de sujeitos com diferentes culturas, memórias e suas histórias (Dalbério, 2009, p. 63).

A escola também se constitui em espaço de interação, onde os estudantes se encontram conversam, trocam ideias, namoram, tornando-se um ambiente interativo de diálogo e comunicação, que também estimula vontades e descobertas sexuais. A díade sexualidade/escola, segundo Aquino (1997, p.7), “é no imaginário dos pais, educadores um ingrediente exótico de uma receita, ao final, indigesta, se configurando em um campo de tensão, instabilidades e acentuado mal-estar”. A sexualidade involuntariamente se inscreve no cotidiano do estabelecimento escolar, abrindo, desse modo, espaço para as possíveis intervenções.

Exemplo disso? As pichações nos banheiros, nas carteiras, os bilhetes trocados, as mensagens insinuantes. O que dizer, então, dos olhares á procura de decotes arrojados, braguilhas abertas, pernas descobertas? E aquele(a) professor(a), ou colega de sala, para sempre lembrado(a) como objeto de uma paixão juvenil? (Aquino 1997, p. 9).

Portanto, é premente enfatizar a democratização dos saberes enquanto um processo que se dá a partir dos princípios didático-pedagógicos, condizentes com os anseios dos estudantes matriculados na escola pública. Nesse sentido, a diversidade que o contexto apresenta deve ser considerada e articulada, principalmente nos seus aspectos políticos, sociais e culturais.

A praticabilidade da escola condiciona diferentes concepções de homem e sociedade, evidenciando o papel da escola e da aprendizagem na construção intelectual e moral do educando, de modo a salientar a importância das forças de mudanças que emergem da própria crise, com vistas a uma reestruturação na instituição escolar.

Em síntese, o modelo da instituição educativa que nos é apresentado precisa tratar de uma pedagogia capaz de assegurar o acesso e a permanência do aluno na escola, garantindo-lhe a articulação de suas necessidades, dos saberes culturais em consonância com os saberes científicos. Portanto, essa junção se dá no interior da escola em uma perspectiva de melhoria na qualidade da educação.

Ao lançarmos o olhar para o estreitamento da distância entre o que a escola oferece e o que os alunos desejam aprender, evidenciamos a possibilidade de tratarmos da sexualidade por vias da Educação Sexual, por entender que os conhecimentos inerentes a sua formação contribuiriam para a compreensão do Corpo: matriz da sexualidade; das Relações de Gênero e a Prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS, entre outras temáticas necessárias que venham clarificar as dúvidas e, por conseguinte contribua para formular novas perguntas.

1.7. EDUCAÇÃO SEXUAL

A educação sexual assume ares de fugidia, plural no sentido de possibilitar diversos ângulos visionários devidos, sobretudo, a sua abrangência. No contexto escolar, em primeiro lugar, a impressão que se faz é de uma disciplina da grade curricular. Em segundo, pode ser compreendida a partir de uma visão mais geral, na qual pode se depreender que todo ser humano tem uma formação conceptual concernente à sexualidade, cristalizando-se na

realidade que este vivencia, considerando as formas de vida, de ideologia e modelos sociais, inclinando-se ao confronto de interpretações em busca do que está mais próximo e do que acreditamos ser a verdade. Salientando que se aprende até mesmo nas repressões sofridas e silêncios impostos nos grupos sociais do qual fazemos parte.

Muitos estudos têm direcionado no sentido de se compreender a perspectiva dos jovens estudantes sobre a sexualidade e isto tem gerado diversas discussões, uma vez que tratar desse tema envolve aspectos éticos, culturais e porque não dizer morais.

Vale esclarecer que neste estudo é adotado o termo Educação Sexual, referente às intervenções didático-pedagógicas mencionadas, diferenciando-se da expressão utilizada pelos PCNs que é Orientação Sexual.

Educação sexual é mais apropriada por que é coerente com a concepção do método de educação, no qual o educando participa do processo de ensino e aprendizagem como sujeito ativo e não como receptor do conhecimento, informações e/ou orientação (...) é um termo que está em consonância com as estratégias consolidadas fundamentais nesse processo, quais sejam: 'debate aberto', discussões e educação através da participação em lutas sociais (Figueiró, 2006, p. 48).

A Educação Sexual vem sendo reconhecida, pela maioria dos professores, como necessária e importante no processo formativo dos alunos (Figueiró, 2004). Esta pesquisadora, num estudo sobre educação sexual na escola, aborda aspectos relevantes e traz contributos que nos ajudará a compreender a problemática em causa no nosso estudo.

Conceitos como o de educação e sexualidade, nos dias atuais, tem-nos levado a uma compreensão cada vez mais difusa, devido às ambiguidades que estão inerentes às referidas definições. Seja no campo das ciências sociais e humanas, seja no das ciências da natureza, essa relação entre a educação e a sexualidade denota-se uma verdadeira sensação de insegurança sobre o compreender as questões que a permeiam. E a educação sexual, como se pode definir tal assertiva? O que seria de facto a educação sexual?

São questões que merecem ser discutidas nos vários âmbitos e contextos, especificamente no da família e da escola, parceria que deveria estar, em qualquer parte da sociedade, como uma das relações sociais mais eficazes para a humanização do homem.

Em se tratando da relação entre a família e a escola, nos dias atuais, percebe-se que há uma tendência a apenas dizer que a família deve estar na escola, mas é preciso que fiquem claro os papéis de ambos os grupos sociais. De um lado está a família que muitas vezes culpa a escola por não desenvolver bem a sua função, e de outro, a escola que, em grande parte,

culpa a família por não ter dado uma educação imbuída de princípios que contribua para que os alunos sistematizem os conhecimentos formais quando chegam à escola.

No Brasil, a história da educação sexual tem sido marcada por avanços e recuos. No início do século XX, pela influência das correntes médico-higienistas em voga na Europa, surgem as primeiras ideias sobre educação sexual que apregoavam o combate à masturbação e às doenças venéreas, visando também à preparação da mulher para o exercício do papel de mãe e esposa, estes autores afirmam que

Ainda que a aproximação sexualidade e escola seja feita com reservas na literatura especializada, por outro lado, defende-se tal união, uma vez que tendo o conhecimento, o desenvolvimento da inteligência e o verbo como eixos, a escola pode colaborar para colocar em outro patamar o tratamento da sexualidade (Abramovay, Castro & Silva, 2004, p. 37).

Essa discussão tem sido bem vinda e aceita, muito embora precise ser problematizada no contexto escolar e que envolva não só os docentes, mas os pais e todos os que direta ou indiretamente constituem a comunidade educativa.

A escola, sendo também um espaço que deveria congrega os pais dos alunos, tem possibilidade de colaborar para que a família reflita sobre como vem ou não lidando com a temática da sexualidade no que concerne à prevenção, relações não discriminatórias, ética de convivência inclusive nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reprodução de tabus e intolerâncias (ibidem, 2004).

Segundo Vitiello (1997), a educação sexual é a parte do processo educativo especificamente voltado para a formação de atitudes referentes à maneira de viver a sexualidade. Desse modo, atentamos para a contextualização de temas relacionados à sexualidade, DSTs, cidadania, participação dos direitos humanos, relação de gênero, diversidade sexual, raça e etnia. A intervenção desses temas deve exigir uma abordagem pedagógica que seja composta por afetividade, sentimento, reflexão, emoção e informação. Esse conjunto de fatores possibilita a diversidade de conteúdos e atividades com base científica, tendo como fundamento a pesquisa e o desenvolvimento da cultura dentre outras informações contidas na música, na poesia, nos textos jornalísticos, dentre outros.

Na concepção de Figueiró (2004), a Educação Sexual tem a ver com o direito de toda pessoa de receber informações sobre o corpo, a sexualidade e relacionamento sexual e, também, com o direito de ter várias oportunidades para expressar sentimentos, rever seus tabus, aprender, refletir e debater para formar sua própria opinião, seus próprios valores.

Ainda nesse contexto, percebemos que

a informação sobre o sexo destinada à criança, por meio de manuais de educação sexual, se apoia na fisiologia do aparelho genital, de forma tal que qualquer criança percebe que um livro educativo explica tudo, menos (felizmente) o prazer (ou a angústia) do exercício da sexualidade (Souza, 1997, p. 20).

Concordamos que tais manuais, em sua grande parte, não são explicativos e nem elaborados em bases conceituais e que, de fato, não correspondem ao que o adolescente deveria saber sobre a sexualidade e o seu exercício, como salienta a autora. E isso, no âmbito da educação escolar, nos convida a pensar sobre a relação entre a escola e a sexualidade.

Analisar a relação entre sexualidade e escola é praticamente equivalente a articular os polos de uma antítese. A escola tem-se mostrado persistentemente refratária ao impacto do que foi chamado por Reich de “revolução sexual”. Os adolescentes sabem que “é proibido namorar na escola” e as propostas de educação sexual parecem patinar, não conseguindo se impor (Pinto 1997, p. 43).

Como podemos perceber, há dificuldade por parte da escola em desenvolver um trabalho em educação sexual, considerando a proposta no campo da transversalidade. Necessário se faz assumir uma visão positiva do exercício da sexualidade, uma ideologia educacional que apresente o exercício da sexualidade como algo de bom e positivo, como um caminho de busca da felicidade.

1.8. O SILENCIAMENTO DA HISTÓRIA DE GÊNERO: FRAGMENTOS DA ESCRITA DAS MULHERES

Consideramos ainda importante para o estudo em causa destacar a origem e uma breve história da escrita no tocante às mulheres no contexto e na defesa da causa do feminismo, para se compreender as questões de gênero no mundo contemporâneo, assim como fazer uma ponte de tais contribuições para o universo da escola. Os fios que teceram a história das mulheres sinalizam como marco a 1ª Convenção para o Direito das Mulheres ocorrida nos dias 19 e 20 de julho de 1848, em Sêneca Falls, Nova Iorque. Esse evento foi consequência do fato que aconteceu na Convenção Mundial contra Escravidão ocorrida em Londres, em 1840, quando as delegadas foram impedidas de participar, restando a estas a posição de meras observadoras.

Dentre estas mulheres encontravam-se as americanas Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott, que, em resposta anos depois, organizaram a Convenção de Sêneca Falls. Assim sendo, percebe-se que o movimento feminista erigiu da luta contra a escravidão de

africanos e seus descendentes, caracterizando historicamente como o início da luta “para libertar as mulheres de sua dependência e reformular as ideias predominantes de domesticidade”, segundo Gay (1988, p. 143) citado por Gonçalves (2006, p. 16).

Nesse recorte, busca-se configurar o entrelaçamento das relações de gênero no contexto histórico, levando-se em conta que o pensamento científico desenvolve-se em função dos anseios da sociedade, na busca de compreender e responder as indagações que surgem no cotidiano.

Para Giddens (2005, p. 114), as transformações erigidas pelo movimento feminista, na década de 70, desencadearam estudos a fim de compreender “como se criam, se sustentam e se transformam os padrões e as desigualdades de gênero” no seio da sociedade. O questionamento aporta na tentativa de compreender a origem das diferenças entre o homem e a mulher, cabendo, aqui, fazer um destaque acerca da diferença entre sexo e gênero. Nesse contexto, sexo é entendido pelos sociólogos como as diferenças anatômicas e fisiológicas que expressam os corpos femininos e masculinos. Em contraposição, gênero refere-se às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres, relacionando-se ao que é socialmente construído em relação à masculinidade e feminilidade.

Estudos sociológicos considerados das diferenças e desigualdades de gênero posicionaram-se por vezes contraditórios. Num primeiro entendimento, sustenta-se em uma concepção biológica que interfere nas diferenças de comportamentos entre homens e mulheres. Num segundo entendimento, o olhar é lançado na relevância social e no aprendizado das funções de gênero. A terceira posição dos estudiosos refere-se ao conceito de que sexo e gênero não se fundamentam em uma base biológica, mas são construídos socialmente. Ensaia-se o gênero, socialmente reproduz-se, faz-se e refaz-se em milhares de pequenas atividades durante a vida, constituindo-se num desafio compreender como se originam, se solidificam e se transformam os padrões e as desigualdades na sociedade.

Nessa direção, o mundo contemporâneo não comporta o pensamento em torno de verdades absolutas e estagnadas, porque tudo muda permanentemente, somos seres de mudança.

Noutro enfoque, Giddens (2005) salienta ainda que muitos observadores creem que as transformações econômicas e sociais estão provocando uma crise de masculinidade, decorrente dos avanços das sociedades contemporâneas, ocasionados pelas modificações no âmbito social e cultural, tendo por consequência as mudanças nas relações de gênero, no que

concerne à atribuição de diferentes papéis sexuais e identidades sociais de homens e mulheres.

Por outro lado, Scott (1994), em um dos seus estudos sobre as questões de gênero no Brasil, salienta a importância que se deve dar ao tema e ao fato de alinhar-se, entre as pioneiras que perceberam a necessidade de ultrapassar os usos descritivos de gênero, para construir uma epistemologia mais radical. Assim, ela busca no pós-estruturalismo, particularmente em algumas abordagens associadas a Michel Foucault e Jacques Derrida, as ferramentas para a sua elaboração teórica e como método de análise elegeu a desconstrução, tal como teorizada por Derrida.

As primeiras acepções teóricas do termo gênero surgiram para explicar e, de certa forma, denunciar como as sociedades partem das diferenças biológicas entre os dois sexos para organizar as modalidades da vida social. Para Scott (1992b), gênero é uma relação socialmente construída a partir das diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de designar as relações de poder entre homens e mulheres. O seu conceito de gênero parte de dois pressupostos básicos e analiticamente distintos.

O primeiro pressuposto ressalta o gênero como elemento constitutivo das relações determinadas pelas diferenças de sexo, ou seja, como representação simbólica. Para melhor explicar sua posição, a autora considera a existência de quatro elementos, ou campos de construção de gênero, os quais podem não operar, necessariamente, de modo simultâneo ou dependente.

Destaca, inicialmente, os símbolos culturalmente disponíveis que evocam várias e até contraditórias representações da feminilidade e da masculinidade. Esses símbolos estão em contato com o ser humano até mesmo antes do seu nascimento e são postos para que as crianças construam suas representações sociais do masculino e do feminino. O evento da ultrassonografia permite que se saiba o sexo da criança, serve também como elemento de cristalização, por exemplo, da cor rosa para a menina e azul para o menino.

O segundo campo de construção é organizado pelos conceitos dominantes sobre feminino e masculino, que não admitem a temporalidade dos fatores sociais, passando a reproduzir imagens estereotipadas sobre mulheres e homens. São normas que podem ser explicitadas por meio das leis, por exemplo, o poder pátrio, assim como as normas implícitas repassadas por meio da educação, da religião, da tradição e dos costumes.

Como representantes do terceiro campo de construção estão as instituições, principais organizadoras das relações de gênero, como a igreja, a escola, a justiça, entre outras, que favorecem a permanência da representação binária dos gêneros.

O quarto campo, o da subjetividade, nos permite fazer a diferença entre nós e os outros. É o campo da construção da identidade de gênero. Podemos deduzir, então, que os três primeiros campos produzem as pessoas, ou como indica Louro (1997) que as práticas sociais e as instituições são constituídas e constituintes dos gêneros.

O segundo pressuposto evidencia o gênero como constitutivo de poder. Explica Scott (1992a, p. 16) que, mesmo não sendo o único espaço onde se dão as relações de poder, o gênero é um “campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado (...) o conceito de gênero estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social”.

Ao lançar o olhar no tripé gênero, sexualidade e educação, Louro (1997) traz uma relevante contribuição favorecendo uma revisão das teorias elaboradas pelas/os estudiosas/os feministas, sugerindo um pensamento multifacetado que leva em conta as representações sociais e dissipando a ideia dicotômica: feminino em oposição ao masculino; razão/sentimento; teoria/prática; público/privado etc.

A contribuição teórica da autora está relacionada à desconstrução dos conceitos tradicionais das relações de poder entre os gêneros e na existência de múltiplas identidades erigidas a partir dos diversos marcadores sociais. Focaliza pontos relevantes que abrangem as questões de gênero: a linguagem, a sexualidade e a sala de aula, o homossexualismo, a construção da imagem da professora e do professor, a relação da construção de identidades de gênero e a questão social. Enfoca, também, as desigualdades presentes nas relações sociais e papéis sexuais que homens e mulheres desempenham, como não sendo naturais, mas socialmente construídas.

Apresenta o conceito de gênero historicizando o contexto em que foi gestado Movimento Feminista Contemporâneo (MFC), discorrendo acerca da distinção e relação com a sexualidade e o sexo, observando que estas concepções modificam-se “não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos – étnicos, raciais, de classe que a constituem” (Louro, 1997, p. 23). Desperta a atenção para a invisibilidade da mulher, mostrando que isso foi construído a partir de discursos que a negavam como sujeito, ressaltando a importância do estudo das

feministas que demonstravam e denunciavam a ausência feminina nas ciências, nas letras e na arte.

A autora ressalta a dinamicidade e plasticidade do conceito de gênero articulado a sexo e sexualidade, reconstituindo-se histórico e socialmente a partir das relações entre homens e mulheres, dos discursos e das representações sociais, o que engendra as identidades dos sujeitos.

No tocante às identidades, destacam-se as sexuais e de gênero. A primeira refere-se às maneiras como vivenciam a sua sexualidade, seja com “parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. E a segunda, onde os sujeitos se identificam social e historicamente como masculinos e femininos, construindo suas identidades de gênero” (Louro, 1997, p. 26).

Conceitos estratégicos como o público e o privado, o biológico e o mental, a natureza e a cultura, a razão e as paixões, o sujeito e o objeto que envolve todas as dualidades das relações de gênero, tanto na medida em que estão determinadas, como no processo em que estão se transformando e sendo transformadas.

Evidencia-se, portanto, a complexidade das relações de poder que perpassam as questões de gênero, enfocando o silenciamento, o submetimento, a opressão das mulheres e a vitimação feminina – culpa da mulher por sua condição social hierarquicamente subordinada num quadro onde retrata um homem dominante versus uma mulher dominada.

Estas ideias são apresentadas sobre a construção escolar das diferenças de gênero, onde a escola é dotada de estruturas opressivas e repressivas, produzindo a diferença e permeando o inconsciente coletivo, prevalecendo uma concepção autocrática onde não é respeitada a diversidade, contribuindo para a escolarização dos corpos e das mentes, como forma de instituir as desigualdades sociais e sexuais na escola.

Pensar no âmbito da história a temática de gênero desemboca nas possibilidades da mudança no tempo, prevendo a articulação na história do conhecimento obtido na prática social, por meio da interpretação do cotidiano de seres humanos individuais concretos.

Dessa forma, o contexto em que homens e mulheres estão imersos se constitui espaço de construção social, dentre estes, a escola enquanto universo de mudança e de resistência, possibilitando aos pesquisadores e historiadores evidenciar como as relações de gênero perpassam os currículos escolares e as práticas educativas.

CAPÍTULO 2

TRAÇANDO O PERCURSO ESTRATÉGICO DA PESQUISA

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outro, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

(Chartier,1999)

A presente pesquisa é de cariz quantitativo, visto que apura opiniões dos entrevistados, por meio de um questionário. E como é possível efetuar análises feitas ela comporta aspectos de natureza qualitativa. Dessa forma, cabe ainda dizer que as pesquisas ancoradas nesse paradigma, valorizam as informações dos sujeitos, as quais refletem os significados e sentidos atribuídos a determinados fenômenos.

2.1. DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA E OBJETIVOS DA INVESTIGAÇÃO

Dentro do contexto da problemática na qual está inserido o nosso objeto de estudo, entendemos que o comportamento dos jovens no que se referem à educação sexual na qual se circunscrevem os mais variados aspectos, tais como o da gravidez não planejada, o aborto, a violência, a prostituição, o que tem vindo a acarretar o aumento do índice de contaminação de DSTs e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA) em mulheres mais jovens, entre outros aspectos. Nesse sentido, necessário se faz instalar o debate em torno da temática supracitada, o que nos levou a levantar a seguinte questão: Qual a concepção dos adolescentes acerca da sexualidade? Esta foi a pergunta de partida que norteou o nosso percurso investigativo.

Dessa forma, muitas são as inquietações cuja motivação para o desenvolvimento do estudo tem nos implicado a realizá-lo. Nesse contexto, ao focar a temática sexualidade, descortina-se o debate sobre as questões de gênero. A intenção, portanto, é trilhar caminhos de intervenção, possibilitando o trânsito entre o que acontece no contexto escolar e as construções teóricas, com vistas à articulação dialógica entre o que é vivenciado na escola e a academia, por exemplo, constituindo-se este trabalho na busca de encontrar respostas para os questionamentos que emergem no espaço educativo.

Os objetivos, tanto o geral como os específicos, delineiam-se como algo que se deseja alcançar. O objetivo geral consiste em compreender como a sexualidade e as relações de gênero são manifestadas por alunos e alunas no contexto escolar. Como objetivos específicos, procuramos a) investigar as percepções de alunos adolescentes sobre as questões relativas à sexualidade humana e questões de gênero na escola; b) analisar dados quantitativos obtidos juntos aos alunos respondentes sobre a temática da sexualidade; e por fim, c) compreender a partir destas análises o que significa para esses alunos a referida temática.

É a partir da resposta ao problema e do alcance dos objetivos que se constituiu nosso trabalho, procurando, por meio da pesquisa empírica e do seu referencial teórico-metodológico, chegar aos resultados da investigação. Tema, problema, problemática e

objetivo definidos, precisos e claros são partes essencialmente relevantes para o desenvolvimento da pesquisa e acreditamos que buscamos contemplar o que, de fato, pretendíamos com a sua realização.

2.2. TRILHANDO OS CAMINHOS DA PESQUISA

O olhar estratégico que lançamos para a efetivação dessa pesquisa implica em uma abordagem metodológica que nos permitiu compreender as questões de investigação ora colocada, as quais se configuraram como suporte teórico ao nosso percurso investigativo, tendo em vista que o objeto em apreço possui um teor eminentemente social, produto e produtor da ordem simbólica.

As questões metodológicas norteadoras desta investigação englobam os procedimentos eleitos para trilhar os caminhos da pesquisa também em uma abordagem quantitativa e qualitativa, no que diz respeito ao mundo dos significados das ações e das relações humanas.

A pesquisa qualitativa se preocupa com o processo dos fenômenos estudados e não simplesmente com os resultados, tendo como características básicas a interpretação dos fenômenos, pelo pesquisador. O pesquisador é tido como instrumento essencial da pesquisa e seu quadro de referência, seus valores e sua postura estão presentes na análise feita dos dados, o que imprime nela uma margem de subjetividade (Figueiró, 2006, p. 32).

Diante disso, elegemos como procedimentos realizáveis, visando a dar conta do objeto em foco, a revisão bibliográfica, aplicação de questionário e, em consequência, tratamento e análise dos dados coletados, a partir das informações recolhidas junto aos educandos sobre o gênero e a sexualidade no cotidiano escolar.

A revisão bibliográfica consistiu da consulta a estudiosos que deram aporte teórico à pesquisa, e contribuiu para responder as questões propostas. Após o levantamento da pesquisa de campo, foram realizadas as análises fundamentadas no parecer dos teóricos elencados.

2.3. TIPO DE PESQUISA

Este trabalho é classificado como estudo de natureza descritiva e como uma estratégia de estudo de caso com abordagem quantitativa, tendo como finalidade coletar e discutir informações advindas do contexto pesquisado, levando em consideração os objetivos traçados, o que ocasionou um conhecimento mais aprofundado do tema. Mediante isto, nos

apoiamos em autores especializados como aporte teórico-metodológico que sustentam o nosso trabalho.

Gil (2008, p. 28), define pesquisa como “o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”. Ele conceitua pesquisa descritiva como objetivo primordial para descrição das características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

No entanto, Gil (2008, p. 28) esclarece que as pesquisas descritivas têm por objetivo “estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental”. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem a estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que se registra, sendo incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. Também é de se notar que as pesquisas descritivas são aquelas que visam descobrir a existência de associações entre variáveis, como, por exemplo, as pesquisas eleitorais que indicam a relação entre preferência político-partidária e nível de rendimentos ou de escolaridade.

Gil (2008, p. 28) refere que as pesquisas descritivas, juntamente com as exploratórias, “são as mais utilizadas pelos pesquisadores sociais voltados para a atuação prática, sendo as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais e partidos políticos”.

Na esteira de Cooper e Schindler (2003, p. 136), o estudo descritivo “pode ser simples ou complexo; pode ser feito em diversos ambientes, não importando a forma, podendo exigir tantas habilidades de pesquisa quanto um estudo casual, e deve-se insistir nos altos padrões de planejamento e execução”. O estudo descritivo mais simples se refere a uma questão ou hipótese com uma variação na qual perguntamos ou declaramos algo a respeito de tamanho, forma, distribuição ou existência de uma variável.

No que se refere ao estudo de caso, Vergara (2007) afirma que este está circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas estas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país, tendo caráter de profundidade e detalhamento.

Gil (2008, p. 57) ainda relata que “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. De acordo com Yin (2005, p. 32) citado por Gil (Ibidem, p. 58), o estudo de caso é um “estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência”, sendo utilizado com frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, visto servir a pesquisas com diferentes propósitos, tais como na exploração de situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos, para descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação e explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Em outro enfoque, Fachin (2006, p. 45) caracteriza estudo de caso como sendo um estudo intensivo, levando-se em consideração, principalmente, a compreensão, como um todo, do assunto investigado. Ele enfatiza que quando o estudo é intensivo, podem até aparecer relações que, de outra forma, não seriam descobertas.

Em outra perspectiva, Fachin (Id. Ibid.) argumenta que, além de ser importante para detectar novas relações, alguns estudos podem ser auxiliados pela formulação de hipóteses e com o apoio da estatística. Como auxiliares, podem ser usados o formulário ou a entrevista e, em casos excepcionais, o questionário como instrumento de pesquisa, sendo sua principal função a explicação sistemática dos fatos que ocorrem no contexto social e que geralmente se relacionam com uma multiplicidade de variáveis, cujos dados são representados sob a forma de tabelas, quadros, gráficos estatísticos e por meio de uma análise descritiva que os caracterizam.

E a abordagem quantitativa, segundo Marconi e Lakatos (1995, p. 283), a metodologia quantitativa é vista como a “descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação”. Ainda na perspectiva de Marconi e Lakatos (Ibidem), a análise quantitativa se efetua com toda informação numérica resultante da investigação, que se “apresentará como um conjunto de quadros, tabelas e medidas”.

Na perspectiva de Marconi e Lakatos (Ibidem, p. 284), a pesquisa quantitativa “lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados e é considerada pesquisa *hard*”. Nesse mesmo sentido, Goldemberg (2002, p. 61), citado por Marconi e Lakatos (Id. Ibid.), afirma que os métodos quantitativos “simplificam a vida social limitando-a aos fenômenos que podem ser enunciados” e acrescenta que “as abordagens quantitativas sacrificam a

compreensão do significado em troca do rigor matemático”, sendo que a amostragem, no método quantitativo, reduz as amostras, sintetizando os dados de forma numérica, tabulando-os.

Tendo em conta o nosso estudo se caracterizar como um estudo de caso, de natureza descritiva e de abordagem quantitativa, a coleta de dados serviu de base para analisar as dimensões propostas nos objetivos específicos. A pesquisa quantitativa envolve a coleta sistemática de informação, normalmente mediante condições de muito controle, além da análise dessa informação, mediante procedimento estatístico (Tomasi, 1997).

A primeira intenção consiste em elucidar a questão da percepção dos alunos-sujeitos acerca da sexualidade e gênero, e as variáveis estudadas configuraram-se como as categorias de análise do estudo, cuja abordagem é quantitativa. Nesse contexto, apropriemos das palavras de Staw (1997), apud Roesch (1999, p. 131), quando diz que a pesquisa quantitativa é apropriada para avaliar determinadas variáveis, como as de gênero, idade, entre outras.

Por vezes, a pesquisa exige uma plurimetodologia, mesclando métodos e técnicas que levem a concretização dos objetivos. Desta forma, fazer uma oposição entre métodos quantitativos e qualitativos se constituem em um equívoco, como se o real fosse compreendido ou de uma forma ou de outra. Porém, para desvelar a realidade que nos é apresentada, faz-se necessário lançar olhares em várias direções na perspectiva de ser entendida a partir de seu movimento, onde o empírico seja pensado e compreendido dialeticamente.

2.4. CAMPO EMPÍRICO E SUJEITOS

A pesquisa foi realizada em uma escola pública, fundada em 1912, pelo decreto de nº 262, na cidade de Nova Cruz, que se localiza na região agreste do Rio Grande do Norte e se destaca por apresentar aspectos econômicos, populacionais e educacionais de maior relevância dentre as cidades do Agreste Potiguar.

No aspecto econômico, a cidade desenvolve atividade agropecuária, destacando grande concentração de terra com atividade voltada para criação de gado leiteiro e comercial. Já na agricultura os produtos cultivados para a subsistência são mandioca, feijão, milho e algodão. Na atividade industrial, há algumas pequenas fábricas de bonés, camisetas, calçados e laticínios.

O comércio é muito diversificado, constituindo-se de lojas de roupas, calçados, distribuidoras de bebidas e cereais, supermercados, lanchonetes, panificadoras e outros serviços essenciais, gerando empregos formais na cidade. Grande parte da população sobrevive do comércio nas Feiras Livres da cidade e de cidades circunvizinhas, bem como de outras atividades informais e autônomas.

Nesse contexto, a escola campo da pesquisa tem como entidade mantenedora o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e está administrativamente vinculada à Secretaria da Educação e Cultura e à 3ª Diretoria Regional de Educação (DIREN). Funciona nos turnos matutino, vespertino e noturno e conta com um corpo discente de 1.169 alunos, oriundos das zonas rural e urbana, atendidos pedagogicamente por 43 educadores.

Ao traçarmos o perfil dos educadores que desenvolvem suas atividades pedagógicas na escola palco do estudo, percebe-se que conta em média 18 anos no exercício da sua profissão, muitas vezes com jornada dupla de trabalho e lecionam disciplinas condizentes com sua formação acadêmica.

Ao caracterizar o perfil dos alunos, constatamos que eles são oriundos de famílias de baixa renda, sendo a maioria filhos de agricultores e trabalhadores informais, residindo em geral na periferia da cidade e na zona rural, já se encontrando inseridos no mercado de trabalho informal.

Essa realidade concreta e histórica implica em uma visão restritiva e negativa dos alunos, conduzindo-os a sucessivas reprovações, evasões e problemas de aprendizagem, destituindo de possibilidades de trajetórias escolares de sucesso, por meio das múltiplas lacunas a que a sociedade os condena. Sendo assim, os alunos vivenciam percursos de exclusão social, onde eles são privados dos bens simbólicos que a escolarização deveria garantir.

O universo pesquisado é composto de 361 alunos matriculados nas turmas do Ensino Fundamental Regular e Educação de Jovens e Adultos, dos anos finais de escolaridade, especificamente 7º, 8º e 9º ano, no qual foi aplicado um questionário semiestruturado com perguntas fechadas e abertas. Como principais sujeitos da pesquisa, respondeu o questionário um grupo de 127 alunos de ambos os sexos, das turmas da referida escola.

2.5. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

O contexto do campo de investigação em que está inserida a escola que escolhemos para desenvolver a pesquisa. Tem um referencial histórico dos mais marcantes, em se tratando de escolas fora do eixo da capital potiguar e região metropolitana.

No dia 08 de janeiro de 1912, o governador do estado do Rio Grande do Norte veio à Vila de Nova Cruz, oficializando a criação do primeiro Grupo Escolar, compreendendo duas escolas elementares, uma para cada sexo, ou seja, uma para meninos e outra para meninas, constituindo-se uma escola mista.

Esta instituição de ensino foi a primeira a ser construída na cidade começando a educar o povo de Nova Cruz/RN a partir daquela época e hoje atende a comunidade novacruzense com profissionais responsáveis e preocupados com a educação de seus discentes, sendo referência, tendo grande prestígio perante a sociedade, considerando que nesses cem anos passaram figuras que se tornaram pessoas ilustres no cenário político estadual. Vale destacar que a pesquisa foi realizada no ano de 2012, ocasião que a escola completou cem anos de atividades pedagógicas.

Atualmente, a escola é administrada por uma equipe de professores eleitos pelo voto da comunidade escolar, atende à demanda nos três turnos: matutino, vespertino e noturno, oferecendo Educação Básica - Ensino Fundamental e Ensino Médio e a modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA. Dispõe de 13 salas de aula, uma biblioteca, um laboratório de informática e uma sala de recursos multifuncionais para atender alunos com necessidades educativas especiais.

Quanto à contextualização da escola na formação histórica do município, é possível afirmar que ela formou, dentro dos níveis de escolaridade que tem oferecido grande parte da população não apenas de Nova Cruz, mas também de pessoas de cidades circunvizinhas, uma vez que a existência desta instituição é anterior a emancipação política da cidade, pois quando o grupo escolar foi construído, a cidade tinha apenas *status* de Vila.

É importante ressaltar que, em seus primórdios, ela oferecia o nível máximo em educação e quando o aluno concluía seus estudos nessa escola teria que ir estudar na capital do Rio Grande do Norte ou em Recife/PE, como muitas pessoas relatam, porque a capital pernambucana era o polo educacional do Nordeste.

No entanto, a educação oferecida pela escola tinha excelência em sua qualidade, equiparando-se as melhores escolas particulares e proporcionando ao educando concorrer em

condições de igualdade com qualquer aluno, de qualquer instituição, a uma vaga nas Universidades Federais.

2.6. INSTRUMENTO DA PESQUISA

É importante ressaltar que o tema eleito para o estudo investigativo não faz parte de reflexões de forma efetiva no debate público, de outro modo vela-se, desvela-se e revela-se no cotidiano das pessoas.

Visando primar pela precisão e formalidade da pesquisa, elegemos o inquérito por questionário destacando a aplicabilidade e utilização pedagógica como dispositivo metodológico, com vistas a alcançar objetividade, fidedignidade e validade das informações coletadas na busca de encontrar respostas e elucidar a realidade articulada à problemática previamente definida.

O instrumento utilizado, constituído de perguntas fechadas, em sua maioria, e poucas de cunho mais aberto, favorece a obtenção dos dados quantitativos junto aos jovens inquiridos, indaga sobre os posicionamentos e concepções, possibilitando o recolhimento das informações, o que favoreceu o acesso às principais ideias que alunos e alunas têm referente à temática.

O nosso principal instrumento de recolha dos dados foi um questionário, que se encontra no apêndice deste trabalho.

O questionário procurou valorizar as experiências da pesquisadora em relação aos dos sujeitos e nos ajudou a formar o desenho da investigação. Ele foi aplicado nas salas de aula das turmas de 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental – Anos Finais, contando com a participação de 127 alunos-adolescentes de ambos os sexos, cujo grupo apresentou semelhanças básicas, como: idade, nível de escolaridade e condições socioeconômicas.

O questionário, dirigido aos alunos-sujeitos, foi constituído por perguntas que extraíram o grau de conhecimento dos participantes com relação à temática abordada neste estudo. É notório perceber que, entre os jovens, há dificuldade em diferenciar sexo de sexualidade; vivenciam a sexualidade sem ter acesso a informações concernentes à educação sexual quer no meio familiar quer na escola, tão importante para desfrutar uma vida saudável, tanto em aspectos físicos quanto emocionais.

Com base nessa concepção, o instrumento de pesquisa aplicado seguiu um roteiro que levou em consideração os seguintes aspectos: idade; média de idade; sexo; opinião quanto

à idade certa para o início da sexualidade; opinião quanto à idade específica para terminar a sexualidade; concepção de sexualidade; com quem gosta de conversar assuntos relacionados à sexualidade; o que é virgindade; o que significa relação sexual; a quem cabe prevenir a gravidez e as DSTs; quem deve ter a iniciativa sexual; as músicas com temática erótica induzem à sexualidade; os professores falam nas salas de aula sobre sexualidade; aprende alguma coisa na escola sobre sexualidade; temas que a escola desenvolve; o que sabe sobre DSTs; quem deveria abordar a temática da sexualidade com os jovens; a escola deveria desenvolver atividades/projetos de educação sexual; qual a disciplina que deveria desenvolver atividades/projetos de educação sexual; quais as principais dúvidas que possui sobre sexualidade.

Essas questões nortearam os caminhos trilhados na pesquisa, revelando o fascínio que envolve o universo adolescente, instigando aprofundar os conhecimentos teóricos, com vistas a compreender como a sexualidade e as relações de gênero são manifestadas no contexto educativo, através das percepções dos atores que compõem o corpo discente da escola.

As respostas obtidas mostram os percentuais correspondentes aos dados levantados, confrontando os resultados colhidos no questionário com o conhecimento científico apresentado por autores que tratam da temática e que são citados ao longo deste trabalho. Dessa forma, acreditamos que a pesquisa passa a ser validada, na medida em que traz as possíveis respostas para o questionamento principal da pesquisa em foco.

2.7. COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

A definição e combinação de métodos e técnicas, através dos quais coletamos e analisamos os dados consideramos suficientes para a feitura da dissertação.

O percentual da amostra obteve um grau elevado de aceitação por parte dos alunos-sujeitos entrevistados, o que nos deixou satisfeito. Os dados recolhidos são representados por meio de gráficos, permitindo-nos fazer algumas reflexões significativas quando do cruzamento desses elementos.

Por se tratar de um estudo de natureza quantitativa, muito embora não deixe de ter também um caráter qualitativo, entendemos ter em conta as questões da sexualidade discutida e perspectivada pelos jovens da escola alvo da pesquisa.

Os dados e mais concretamente as variáveis escolhidas foram analisados à luz dos teóricos que dão suporte aos questionamentos que necessitam de respostas no contexto escolar, de modo a permitir mudanças comportamentais sobre a temática, evitando conceitos preconcebidos e possibilitando melhor compreensão das relações de gênero e da sexualidade.

2.8. AMOSTRAS E PROCEDIMENTOS

O universo deste estudo é constituído por indivíduos de ambos os sexos, alunos e alunas da referida escola. Os 127 respondentes nos deram margem de compreender as variáveis por nós escolhidas ainda na fase de conhecimento do campo empírico da investigação. No projeto inicial, pensávamos em aplicar instrumentos a professores, porém, no decorrer do desenvolvimento da pesquisa, decidimos eleger só alunos como sujeitos o que, de fato, seria o suficiente para a nossa amostra.

O procedimento para o desenvolvimento empírico da pesquisa se constituiu pela técnica de aplicação do questionário, uma vez que o estudo visa verificar do ponto de vista quantitativo o conhecimento da temática da sexualidade e suas variantes na visão dos jovens-adolescentes da escola em estudo.

A pesquisa teve início com a consulta dos documentos arquivados na secretaria, as fichas de matrícula e diários de classes com a finalidade de melhor caracterizar os sujeitos e mapear o espaço pesquisado.

Num segundo momento, conhecendo o universo, valorizando a faixa etária e com o questionário prontamente elaborado, foi realizada uma reunião na escola com o intuito de apresentar e explicitar à comunidade escolar o trajeto do estudo investigativo acerca da sexualidade na escola campo da pesquisa.

Uma marca que delineia a pesquisa é a forma como foi aplicado o questionário, ou seja, respondido diretamente na sala de aula, onde foram esclarecidos os objetivos da pesquisa, a temática, a contribuição e a importância das respostas para a concretização do trabalho científico.

CAPÍTULO 3

A SEXUALIDADE REVELADA NA VISÃO DOS ALUNOS ADOLESCENTES

*Se não amo o mundo, se não
amo a vida, se não amo os
homens, não me é possível o
diálogo.*

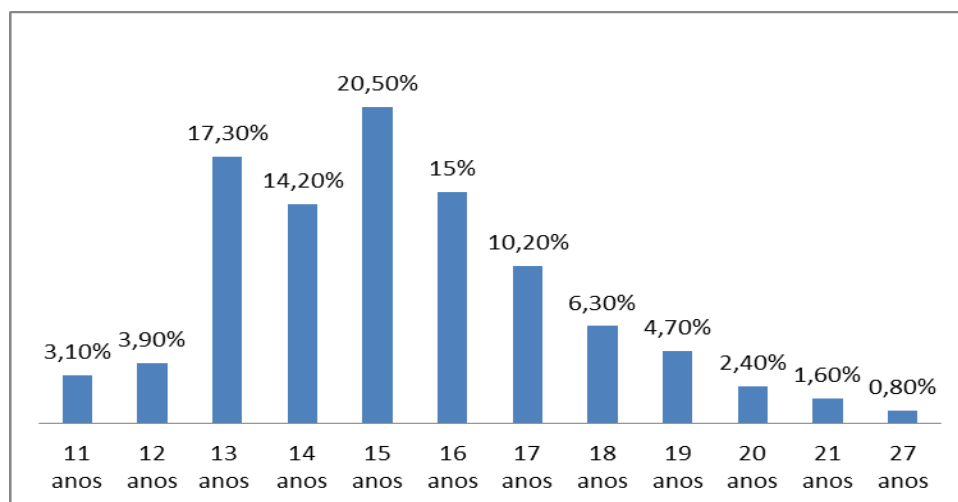
(Paulo Freire, 1983)

A análise e a interpretação dos dados da pesquisa constituem-se de gráficos que foram concretizados a partir da coleta dos dados junto aos alunos da escola em estudo, com aplicação de um inquérito de base populacional, incluindo 127 alunos e alunas, em um universo de 361 alunos que compõem este grupo, nestes anos de escolaridade no qual foram aplicados os questionários. Salientamos que essa seleção é composta de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental Regular e Educação de Jovens e Adultos, o que justifica o mencionamento da presença de alunos fora da faixa etária conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde ao conceituar adolescentes com idade entre 10 e 24 anos.

Experienciar processos de pesquisas e estudos com adolescentes nos aspectos que envolvem temas sobre a sexualidade humana, implica em optar pela flexibilização de concepções, disponibilização para reflexão, definição de postura, firmeza nos posicionamentos, escuta e abertura ao outro, incluindo sentimentos, intuições, medos, afetos, dúvidas, inseguranças, ternuras e impulsividades.

3.1. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS JUNTO AOS SUJEITOS DA PESQUISA

Gráfico 01 - Percentual de idade dos alunos-sujeitos



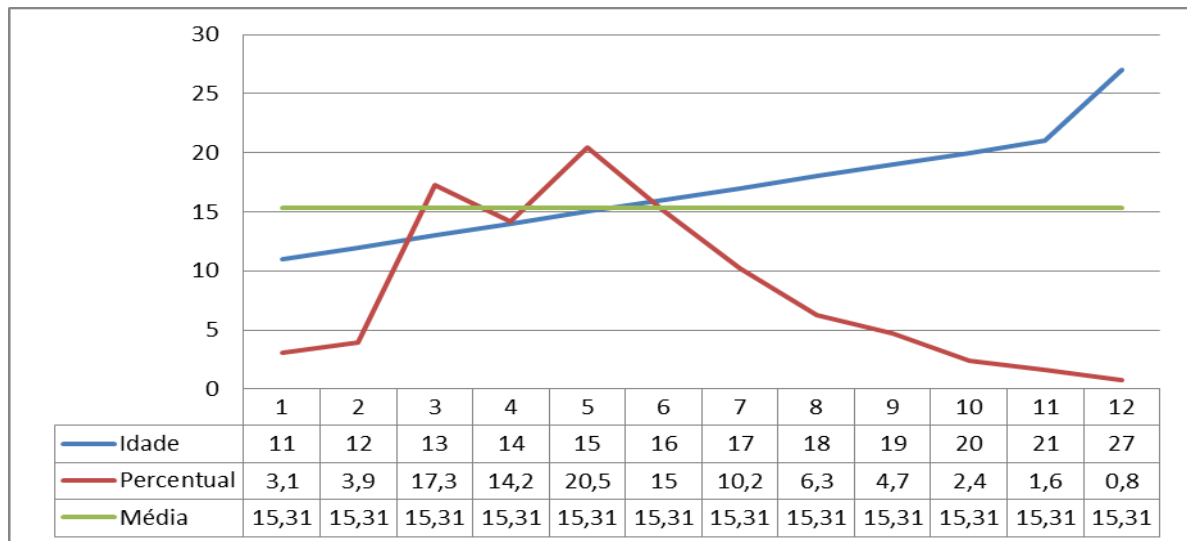
Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Quanto à idade e ao universo investigado, a pesquisa contou com um total de 127 alunos com idade de 11 a 27 anos, matriculados nos anos finais do Ensino Fundamental do Ensino Regular e Educação de Jovens e Adultos. Vale dizer que a presença de um aluno com idade superior a 24 anos, deve-se ao fato de no momento da aplicação do questionário, ele

fazer parte da turma de Educação de jovens e Adultos e contribuir com as informações, sendo incluída na pesquisa a sua opinião.

De acordo com a realidade exposta, percebemos que existe um alto índice de alunos fora de faixa etária, no que concerne à distorção idade e anos de escolaridade, conforme a legislação vigente normatiza. Esta situação se relaciona com as reprovações sucessivas, assim como as evasões ocorridas durante o ano letivo devido às saídas de suas cidades em busca de trabalhos em outras áreas. Isso se dá, também, devido à falta de crédito na instituição escolar, gerando a ausência de motivação, pois ocorre um desencontro entre os anseios da família que acredita que a educação favorece a ascensão social e as expectativas dos alunos que na convivência escolar não encontra estímulos para o desenvolvimento de suas capacidades.

Gráfico 02 - Média de idade dos alunos respondentes



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

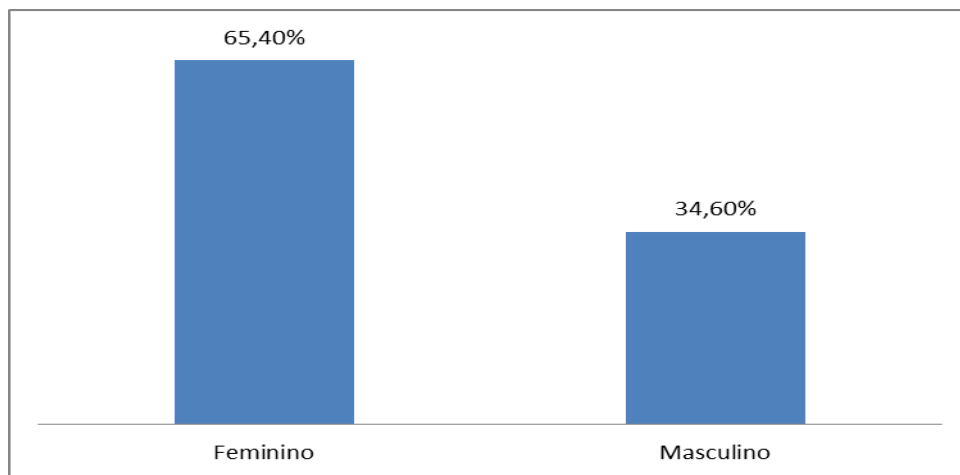
A média de idade dos respondentes apresenta um percentual mais elevado entre 13 a 16 anos correspondendo a 67% dos respondentes. Vale destacar que é nesta etapa cronológica que em geral intensificam-se as modificações físicas e também psicológicas, caracterizada como puberdade, compreendida também como fase em que os indivíduos tornam-se aptos para a procriação.

As transformações ocorrem visivelmente com as mudanças corpóreas, acontece o estirão do crescimento, o corpo “espicha”, iniciando pelos membros inferiores e superiores, pés e mãos, percebendo-se o aumento da altura. Acontece uma explosão hormonal, desenvolve-se o broto mamário (seios), assim como o surgimento de pelos na genitália e nas

axilas. Ocorre a primeira menstruação (menarca) nas meninas e nos meninos acontece a primeira ejaculação (polução noturna).

A vivência deste período cheio de alterações provoca nos adolescentes mudanças no humor, nos sentimentos, na forma de ver o mundo, e a si mesmo (a), ao mesmo tempo em que aumentam as atividades e responsabilidades e com estas as cobranças referentes a como devem comportar-se. É nesse universo que concretizamos nossa pesquisa.

Gráfico 03 – Sexo dos adolescentes respondentes



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Com base nessa análise, a maior parte da clientela pesquisada compõe o grupo do sexo feminino, com um percentual de 65,40% superior em relação ao grupo do sexo masculino que corresponde a 34,60%.

A reflexão que segue questiona tal situação, já que o número de matriculados em relação ao sexo não difere tanto quanto à situação dos respondentes, que apresenta uma maioria considerável do sexo feminino.

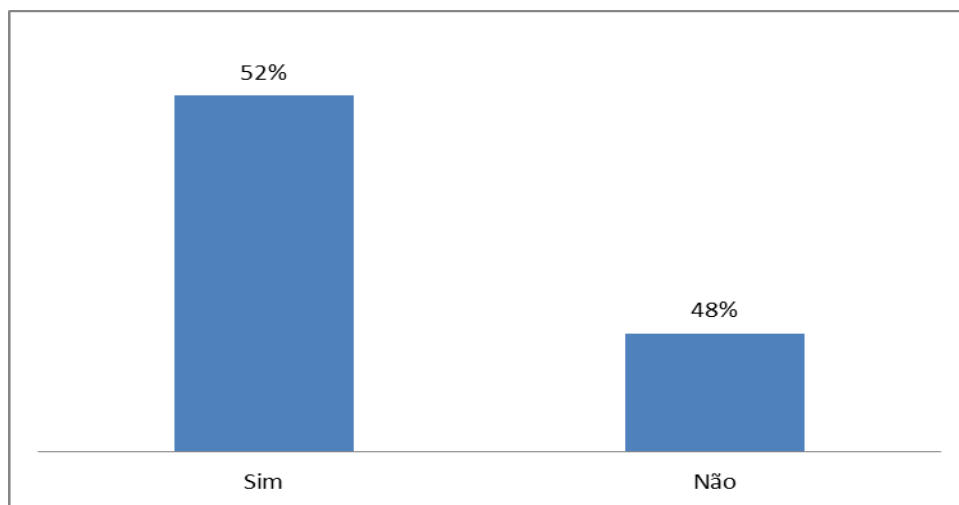
Podemos observar que o aluno do sexo masculino depara-se com mais frequência com aspectos que contribuem para a evasão escolar, como pensa Nascimento (2004) ao afirmar que o índice da evasão escolar atinge de alunos do sexo masculino em superação ao sexo feminino. Desse modo, destacamos, entre outros aspectos observados por ocasião da pesquisa, a inserção logo cedo no mercado de trabalho e o silêncio masculino sobre os afetos e as emoções desencadeando, por vezes, em comportamentos violentos.

Se considerarmos que as instituições da sexualidade e da violência são modalidades de controle dos corpos e afetos, torna-se importante que possamos escapar de dar a esses temas um tratamento estritamente científico ou técnico, principalmente porque a vocação

científica ou técnica inscreve-se com frequência no campo do controle e da normatização (Vicentin, 1997, p. 134).

Nesse sentido, a escola se preocupa com as atitudes de seus atores, quando o aluno fala ‘palavrões’, desafia os colegas e professores, esconde o material e rasga atividades dos colegas, agride os seus pares ou então usam subterfúgios para as manifestações prazerosas, lúdicas e sexuais, consideradas como pequenas delinquências. Com base nesses fatos a escola assume uma posição excludente através da suspensão, ou até mesmo a expulsão desses alunos do ambiente escolar.

Gráfico 04: Opinião dos adolescentes quanto à idade certa para o início da sexualidade



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Quando questionados se há idade para o início da sexualidade, 52% disseram “sim”, enquanto 48% responderam “não”, conforme gráfico nº 04, havendo uma diferença de apenas 4% entre os dados.

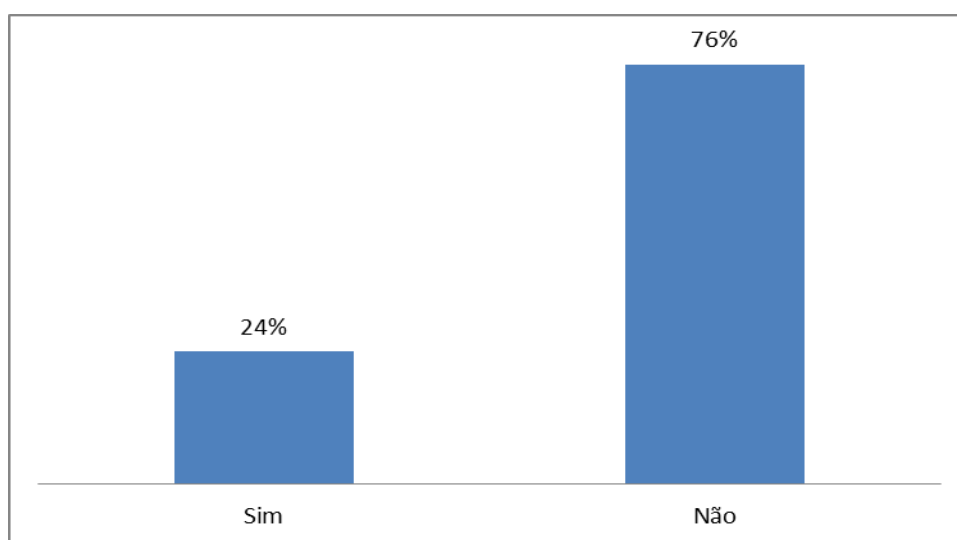
Ao enfatizar idades relativas ao período em que o aparelho reprodutivo está funcionando, as concepções concorrem para a negação da existência da sexualidade infantil e vivência da sexualidade na velhice, evoluindo o entendimento para as anomalias e desvios sexuais, minando negativamente o campo da sexualidade.

Assim, entendemos a sexualidade como uma dimensão humana que envolve o ser do nascimento até a morte. Essa compreensão desvenda caminhos que nos liberta do preconceito de que a sexualidade não existe apenas para idade específica. Assim, a sexualidade é entendida em ampla dimensão, por fazer parte dos nossos atos e das nossas vidas. Para Sayão (1997, p. 113), “A sexualidade, assim como a inteligência, será construída a partir das

características singulares e de sua articulação com o meio e a cultura”. É um elemento básico da personalidade determinada por um contexto que envolve aspectos culturais, políticos, sociais e individuais.

Desse modo, a sexualidade se manifesta através de emoções e sentimentos que expressam uma forma individual e particular de ser e comportar-se. Portanto, é a maneira como vivemos e expressamos os prazeres, não significa unicamente a prática sexual, mas a expressão de um estado interior que impulsiona a pessoa para a vida ao longo da sua existência.

Gráfico 05 - Opinião dos adolescentes quanto à idade específica para terminar a sexualidade



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

No tocante ao questionamento se existe ou não uma idade específica para o término da sexualidade, vimos que 24% afirmam que existe uma idade cronológica para o seu término, enquanto 76% dizem que não, pelo fato de ser uma particularidade relativa a cada ser.

Salientamos que, no momento da análise das respostas dadas a essa questão, consideramos o gênero do(a) respondente e a idade que eles citaram.

Conforme a análise dos dados coletados, as alunas responderam que para o homem a vida sexual termina em média aos 65 anos e para a mulher, aos 61 anos.

Em relação ao universo masculino pesquisado, conclui-se que a idade para o término da sexualidade do homem é 66 anos e a mulher, aos 64 anos.

Notamos que há uma diferença entre as concepções de alunos e alunas ao mencionar a idade que deve terminar a sexualidade para homens e mulheres, ficando claro que a idade dita para as mulheres é inferior à idade dos homens.

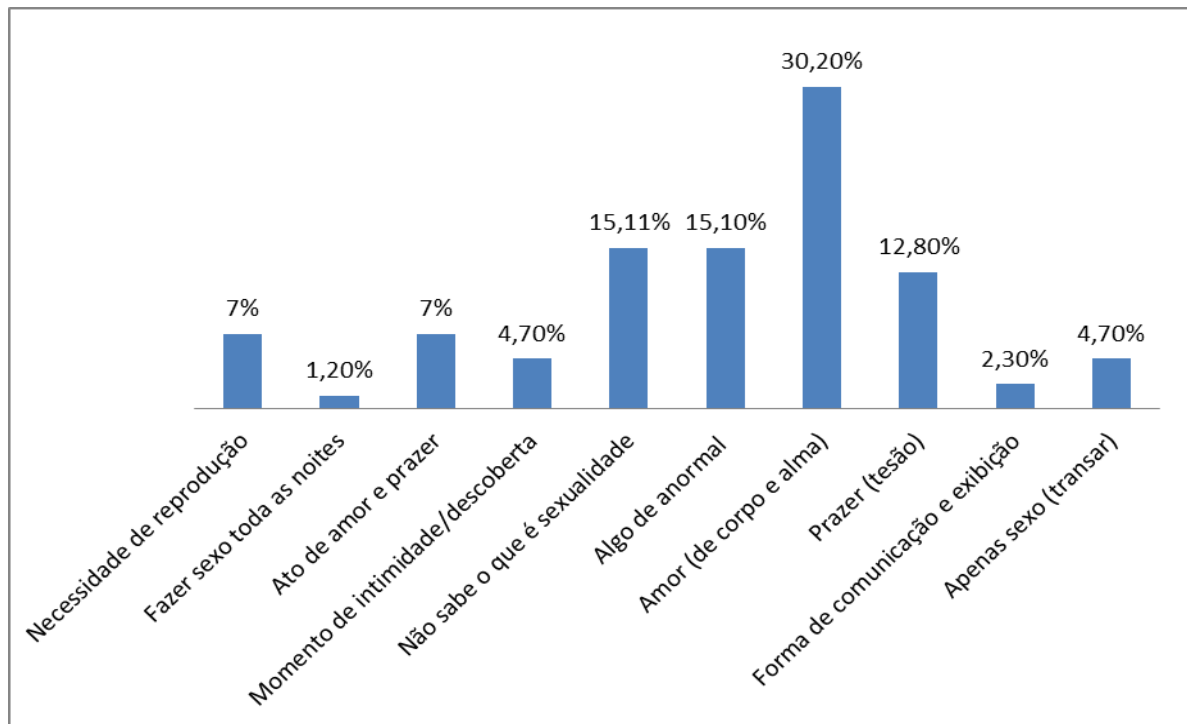
Compreende-se que tal situação denota sempre a mulher com dados inferiores ao homem. Desse modo, entendemos que há preconceito relativo às questões de gênero e sexualidade no que concerne a sua terminalidade, para o homem e para a mulher, e que se faz necessário ocultar essa ideia preconcebida de que a sexualidade feminina ou masculina tenha uma terminalidade num tempo próprio, visto que transparece a desigualdade em relação ao gênero mesmo que de forma tênue.

Segundo Giddens (2005, p. 105), “As diferenças de gênero não são biologicamente determinadas, são culturalmente produzidas. De acordo com essa visão, as desigualdades de gênero surgem porque homens e mulheres são socializados em papéis diferentes”. Conforme esse entendimento, os adolescentes retratam uma compreensão dos papéis sociais e sexuais apreendidos e, por conseguinte, construtores das identidades masculinas e femininas originadas de suas experiências com o meio.

Nesse contexto, percebemos que mesmo havendo evolução na concepção acerca do conceito de gênero, ainda denota-se que há resquícios de uma cultura patriarcal no que concerne à diferença exposta pelos jovens para homens e mulheres.

Ao fazermos um paralelo dos dados obtidos através dos gráficos 04 e 05, foi possível perceber, por um lado, que mais da metade dos jovens consideram que deve haver uma determinada idade (cronológica) para começar a vida sexual. Percebe-se que a compreensão exposta pelos alunos e alunas denota em sua maioria o entendimento de que a sexualidade está articulado ao período do exercício da sexualidade nos relacionamentos, incidindo nas fases em que os corpos estão prontos para reprodução, no que concerne ao funcionamento do aparelho reprodutivo.

Por outro lado, a situação se inverte completamente quando mais de 70% dos jovens adolescentes acreditam que não deve haver idade para terminar a sexualidade. Trata-se, portanto, de uma diferença bem significativa entre aqueles que acreditam que deve haver idade para iniciar a sexualidade e aqueles que consideram haver uma idade para terminar a sexualidade. Se entendermos a sexualidade como uma energia vital que envolve a pessoa desde a concepção até a morte, não podemos comungar com a ideia de que há um tempo específico para o seu fim, identificando a ampliação do conceito através da exposição dos adolescentes.

Gráfico 06 - Concepção de sexualidade dos alunos-sujeitos

Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Analisando o gráfico acima, sobre a concepção de sexualidade, 30,2% dos respondentes consideram a sexualidade como algo que se restringe a “amor” (entrega de corpo e alma); 15,1% entendem como algo “normal”; 4,7% afirmaram que a sexualidade corresponde a um momento de “intimidade e descoberta”; 7,0% acham que a sexualidade é tida como necessidade de reprodução; 1,2% responderam que sexualidade significa “fazer sexo toda noite”; outros 7,0% falaram que é relativo ao “ato de amor e prazer”; 15,11% disseram que não sabiam definir o que é sexualidade; enquanto que 2,3% compreendem a sexualidade “como forma de comunicação e exibição”; 4,7% apenas conceituam a sexualidade como uma “transa”; e, finalmente, 12,8% entendem sexualidade como “fonte de prazer e tesão”.

Nesse sentido, entendemos que a sexualidade apresenta diferentes significados para o adolescente e isso condiz com seu estilo de vida e suas peculiaridades culturais. Para Giddens (1993 p.33), “a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos do poder, e não simplesmente um conjunto de estímulos biológicos que encontra ou não uma liberação direta.” Vale salientar que essa energia que envolve o ser humano é tão antiga quanto a sua existência, assim como as variadas formas de vivenciá-las.

Destacamos o que preconiza Picazio (1998), no que se refere aos quatro pilares que sustentam a composição da sexualidade. No primeiro aspecto, destaca-se o sexo biológico em relação ao que nasce homem ou mulher como referencial na formação da identidade sexual do indivíduo. Assim caracteriza-se o segundo pilar a partir desta diferenciação, de tal modo que constrói a autoidentidade com base na incorporação dos valores disseminados pela família, escola, grupo de amigos, em fim a sociedade.

Os papéis sexuais, como terceiro pilar, atentam para os comportamentos atribuídos e vivenciados por cada um em relação às atividades sociais e vivências sexuais do masculino e do feminino. Esse comportamento é a interiorização da sua identidade, pois se um homem realiza tarefas domésticas e cuida das crianças, apesar de assumir um papel social considerado feminino, não significa que o mesmo seja homossexual. O que caracteriza esta condição é se o seu desejo estiver direcionado à pessoa do mesmo sexo, como diz Picazio (1998, p. 60), quando afirma que “não há correspondência entre os papéis sexuais que adquirimos e a nossa orientação afetiva sexual.”

O quarto pilar evidencia a orientação sexual direcionada ao sentimento de atração física, ou seja, o desejo pelo outro independente do que a sociedade irá lhe impor. Desse modo, entendemos que esses pilares canalizam a definição da sexualidade em sua estrutura, ação e forma de vivê-la.

Assim sendo, vale salientar que os meninos e meninas incorporam os conceitos acerca dos papéis sexuais que cada um vai desenvolver desde a infância afirmando ou negando suas condutas. Desse modo, as questões relacionadas ao gênero se sobrepõem sempre que discorremos sobre sexualidade e saúde sexual reprodutiva.

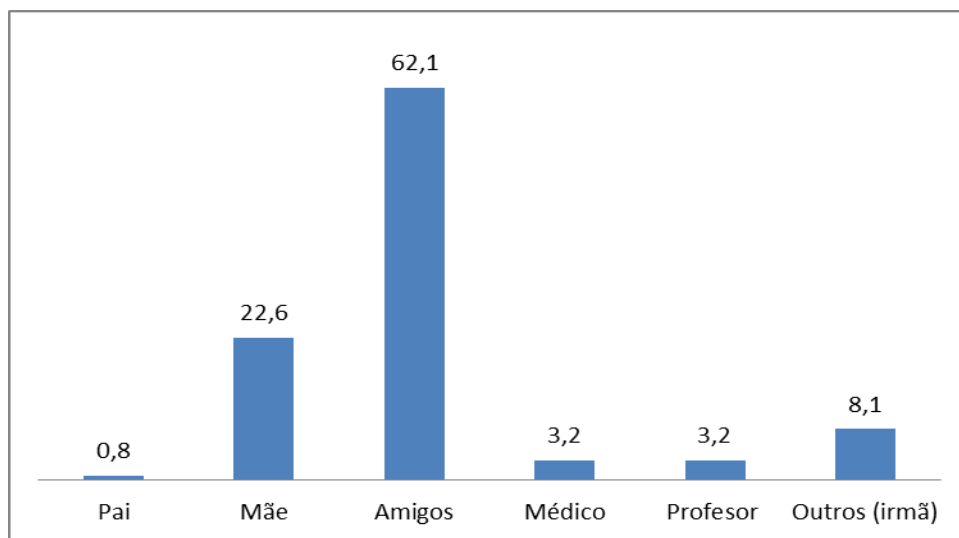
Denota-se uma relativa diversidade de conceitos atribuídos pelos jovens da pesquisa. Dentre as concepções, citaram: é amor, é algo normal, é intimidade relacionada à descoberta, é algo relacionado à reprodução humana, é a frequência sexual noturna, é algo relacionado ao amor e ao prazer, outros ainda disseram que a sexualidade é uma forma de comunicação e exibição, apenas uma transa e, por fim, seria uma fonte de prazer e tesão. Dentre estas expressões, podemos identificar algo que vai de encontro à definição da sexualidade.

Desse modo, destacamos algumas expressões que os pesquisados afirmaram como algo inerente à sexualidade: o comunicar, o expressar e o amor. Sexo é quando praticamos uma relação sexual com amor ou não. Sexualidade é sentir desejo e liberar-se de qualquer pudor. Não foi citada por nenhum dos grupos trabalhados a referência de sexo com sentido biológico de diferenciação entre os seres em machos e fêmeas, nem a sexualidade como uma

prática cultural envolvendo todos os aspectos da sexualidade onde o indivíduo se encontra inserido.

Vale salientar que na cultura brasileira ainda não se aceita/tolera o exercício da sexualidade dos jovens como algo natural, interferindo deveras na implementação de políticas e programas direcionados a esse público, tanto com referência à Educação Sexual quanto à Saúde Reprodutiva. Isso limita ainda mais o acesso às informações e serviços educacionais e de saúde relevantes para a prevenção e o autocuidado dos jovens.

Gráfico 07 - Com quem você gosta de conversar assuntos relacionados à sexualidade?



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

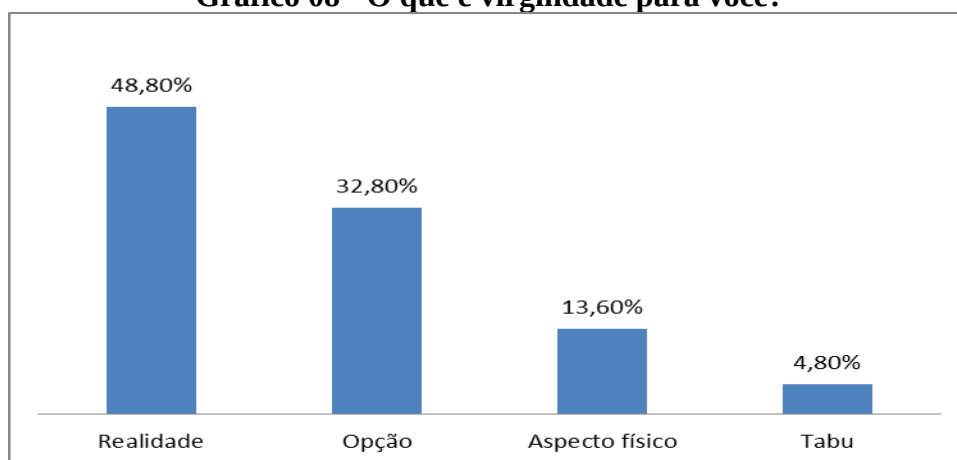
O gráfico nº 07 mostra o resultado da pesquisa que intermedia a pergunta sobre com quem o jovem prefere discutir a respeito de sexo. Do total das respostas obtidas 62,1% ataram “os amigos” como melhor opção para discutir o assunto, pelo fato de ser um público que se assemelha nas idades; 22,6% conversam com a mãe por ser a pessoa que mais confia; 8,1% citaram tios, namorado(a), irmã, mulher mais experiente, dentre outros; e 3,2% optam conversar sobre a sexualidade com o professor (a), por confiar que tenham maior conhecimento científico.

Desse modo, acreditamos que os grupos de amigos por apresentarem idades compatíveis favorecem a inter-relação, a afinidade e ainda compartilham os mesmos anseios, desejos, dúvidas, conflitos, dentre outros, conforme corrobora Heilborn (2006, p. 155) “Acredita que os adolescentes obtêm suas primeiras informações através dos grupos e das relações sociais as quais estão inseridos na sociedade”. É uma maneira pela qual os adolescentes de ambos os sexos são informados sobre sexualidade, gravidez, menstruação,

contracepção e AIDS pela família, grupos de amigos, escola, igreja, serviços de saúde, televisão, dentre outros.

É no grupo de amigos que acontece a socialização através do estabelecimento de vínculos, onde há o compartilhamento de ideias e pensamentos que vão se construindo e reforçando as identidades. São nestes relacionamentos que a visão de mundo vai se estruturando e solidificando o autoconceito, trilhando caminhos que ligam o ser ao querer, constituindo uma ponte entre o desejo e a viabilização desse mesmo desejo.

Gráfico 08 - O que é virgindade para você?



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

No trato do tema virgindade, ficou constatado que 48,8% responderam ser uma “realidade” na sociedade, com vistas aos aspectos sociais e culturais que interferem no entendimento da valorização da virgindade para a mulher; 32,8% dizem ser uma “opção”, por entender que a virgindade está intimamente ligada à personalidade individual; 13,6% relacionam ao “aspecto físico”, ou seja, compreendem que a virgindade diz respeito às questões físicas e biológicas; 4,8% consideram a virgindade como um “tabu”, relacionado ao preconceito existente no contexto no qual estão inseridos.

Giddens (2005, p.117) diz que “em todas as sociedades existem normas sexuais que aprovam certas práticas, enquanto desencorajam e condenam outras. Os membros de uma sociedade aprendem essas normas através da socialização”, daí se perceber que não há uma homogeneidade com relação ao entendimento do assunto.

Com base nessa maneira de pensar, os comportamentos relacionados à virgindade variam em diferentes culturas e ainda demonstram uma atitude conservadora na sociedade, ao longo do tempo. Na cultura brasileira, adotava-se o princípio de estimulação para a iniciação

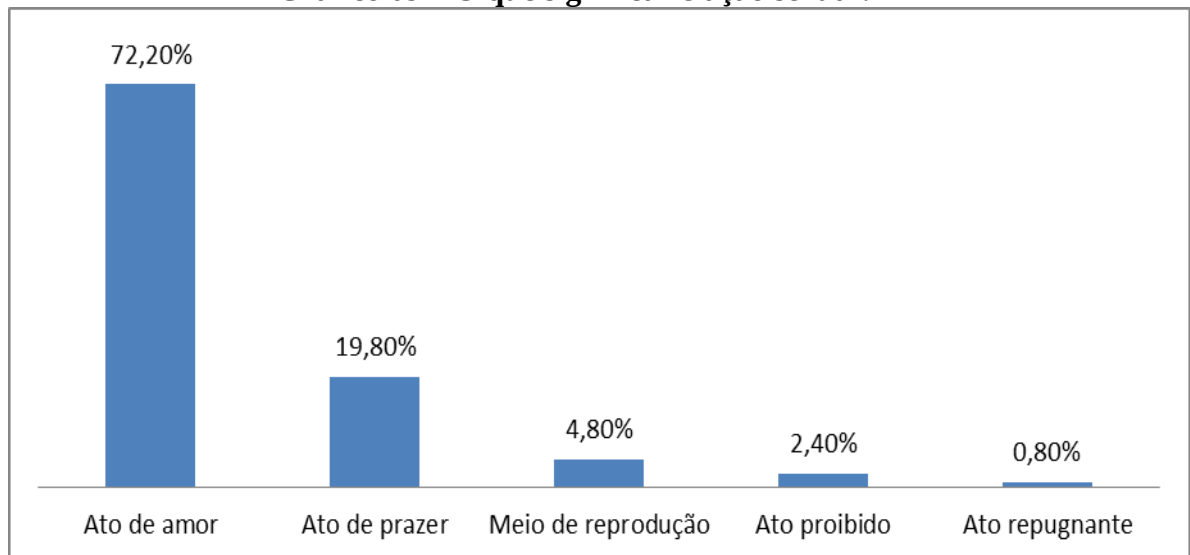
da atividade sexual para o homem e para a mulher, devendo esta permanecer virgem até o evento do casamento.

Até pouco tempo, esperava-se que a mulher apresentasse um comportamento de inexperiência com relação às práticas sexuais, enquanto o homem era responsável pela atitude e o conhecimento, todavia essa concepção sobre a virgindade vem visivelmente mudando. Vale salientar que, em nossa cultura, “virgem” é o homem que nunca teve relações coitais, ou a mulher que nunca sofreu penetração peniana vaginal, destacando que para as mulheres o conceito de virgindade refere-se à integridade do hímen.

Percebemos que os adolescentes desta geração, apesar das mudanças nos comportamentos em relação à iniciação sexual, denotam em suas respostas resquícios de conceitos de outrora veiculados pelos diversos grupos sociais, dentre eles a família. Segundo diz Abramovay, Castro e Silva (2004, p.73), “a virgindade ainda é um marco na diferenciação dos gêneros na cultura brasileira. Ela vem sendo resignificada frente a novos discursos, mas permanece uma referência que norteia comportamentos e delimita atitudes”.

Sendo assim, confirma-se a legitimidade da desigualdade dos gêneros com vistas à vivência sexual no campo da virgindade para homens e mulheres, cristalizando os papéis sexuais de ambos os sexos.

Gráfico 09 – O que significa relação sexual?



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Conforme o gráfico acima, 72,2% respondeu que “relação sexual” significa “ato de amor”; 19,8% falaram que relação sexual se define como “ato de prazer”; 4,8% dizem que

relação sexual está vinculada ao “meio de reprodução”; 2,4% consideram como “ato proibido”; e 0,8% expuseram como “ato repugnante”.

Percebe-se, através dos dados expostos, que a grande maioria dos entrevistados conceitua a relação sexual como ato de amor. Em segunda ordem, retrata o exercício da sexualidade como ato de prazer e, em seguida, constata-se apenas um pequeno grupo que vê como meio de reprodução, ato proibido e repugnante.

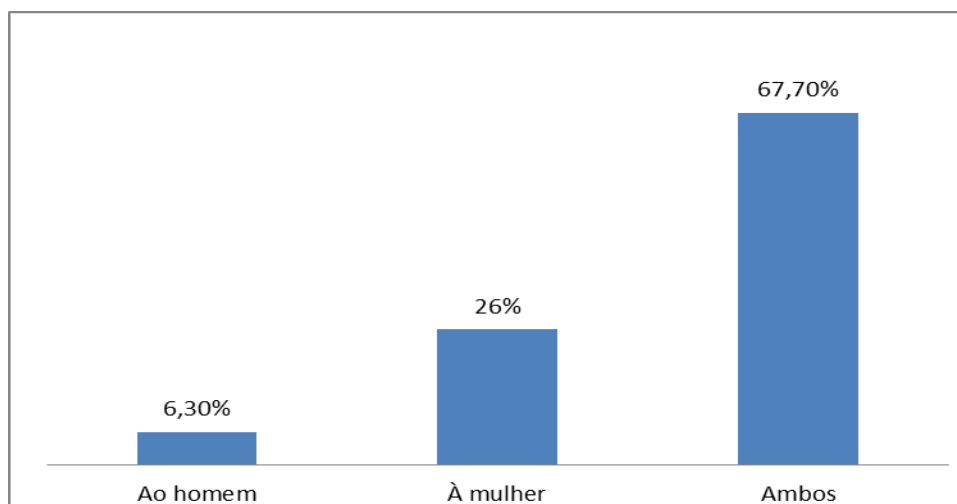
A reflexão desse contexto nos leva a compreender que a relação sexual engloba aspectos naturais e biológicos que envolvem o amor e o prazer, onde a sexualidade se concretiza na vida das pessoas num sentimento mútuo de entrega e de comunhão. Nesse prisma, as manifestações da sexualidade se concentram no ato de amor.

A sexualidade, por ser um conjunto de expressões e sentimentos que envolvem desejos, crenças, atitudes e valores nas diferentes dimensões do ser humano, exprime energias vitais capazes de elevar a autoestima. Esse sentimento dá sustentabilidade a uma convivência harmoniosa entre os humanos.

Conforme Giddens (2005) as atitudes da sexualidade humana são cheias de significado que se manifesta de diferentes formas. E a relação sexual é muito mais que biológica. É uma ação simbólica que favorece uma reflexão do que somos e as emoções que sentimos, através dos vínculos que estabelecemos. Segundo Meirelles (1997, p. 82) “Vínculo é a expressão concreta de uma experiência de encontro e apego, e tem uma dimensão biológica, simbólica, afetiva e social. Ele é vital e todos dependemos dessas ligações para sobreviver e crescer”.

Nessa visão, os princípios da sexualidade foram marcados de uma forma preponderante, inicialmente pela cultura judaico-cristã presente na sociedade enquanto norma e preceito. Por vários séculos, discriminavam homens e mulheres que assumissem um comportamento contrário a esse paradigma. Trata-se de um fenômeno que se desenvolveu ao longo do tempo causando nas pessoas medo e repressão, impedindo de viver a sua liberdade e autonomia sexual.

É notável fazer um paralelo ao posicionamento dos jovens sobre a evolução do conceito referente à relação sexual como forma de vivência do amor e do prazer, contrapondo-se ao entendimento superado acerca da relação sexual, apenas como meio de reprodução.

Gráfico 10 - A quem cabe prevenir a gravidez e as DSTs?

Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

O gráfico nº 10 mostra que 6,3% dos entrevistados responderam que cabe ao “homem” prevenir a gravidez e as doenças sexualmente transmissíveis; 26% atribuíram esse papel à “mulher”; e 67,7% afirmam que ambos têm o dever de fazer a prevenção, pelo fato de ser uma responsabilidade atribuída aos dois sexos.

Nota-se que o maior índice de respostas refere-se a ambos os sexos e, fazendo um paralelo entre o segundo e o terceiro índice, ressalta-se que há uma nítida diferença entre o percentual ‘homem e mulher’, atribuindo uma maioria considerável para a mulher como responsável pela prevenção. A este entendimento, relacionamos como frutos de uma concepção machista, que permeia ainda o imaginário dos adolescentes. Conforme resume Giddens (2005, p.117) “As atitudes ocidentais para o comportamento sexual foram moldadas, por aproximadamente 2 mil anos, pelo cristianismo”. Desta feita, compreendemos que guardamos resquícios das visões que perduraram por séculos.

Quando se refere que ambos têm a mesma responsabilidade no trato com a prevenção das DSTs, assim como também aos métodos contraceptivos, entendemos que houve uma evolução na formulação de conceitos relativos à vivência da sexualidade.

Os professores precisam incentivar os alunos na adoção de condutas preventivas (usar camisinha, calçar luvas ao lidar com sangue) e promover o debate sobre os obstáculos que dificultam a prevenção. A promoção da saúde e o respeito ao outro vinculam-se à valorização da vida como conteúdos importantes a serem trabalhados (Brasil, 2002, p. 326).

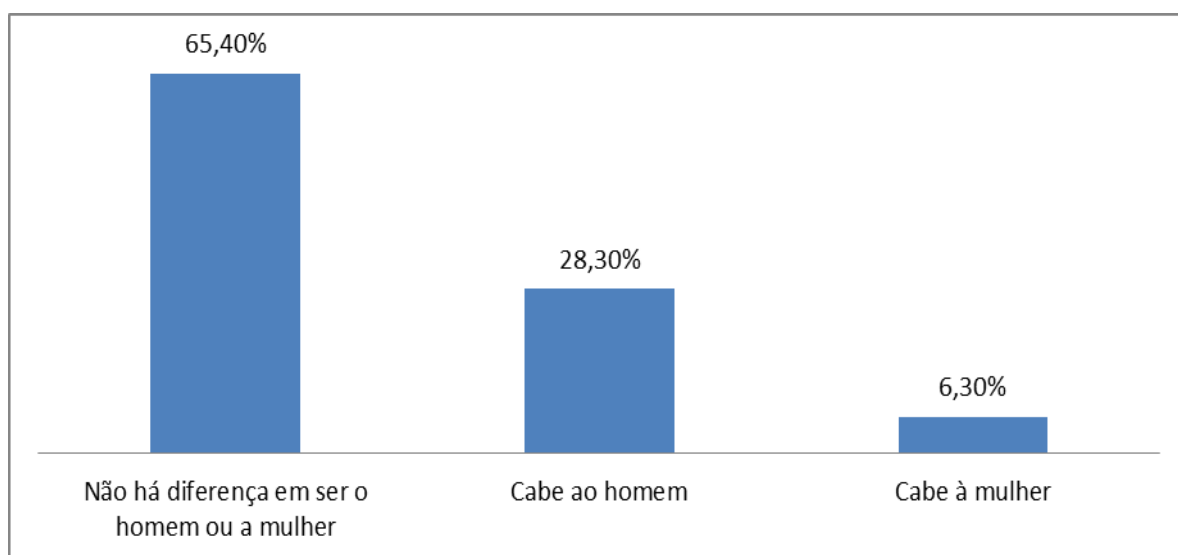
Os Parâmetros Curriculares Nacionais sugerem o ensino de temas transversais na escola básica, etapa do ensino que compreende alunos adolescentes que estão na busca da sua

identidade. Entre os temas sugeridos, destacamos o da orientação sexual, já que é de suma importância o jovem conhecer o seu corpo, valorizar e cuidar da sua saúde.

Sendo assim, é importante que a escola explore assuntos relacionados à sexualidade, tais como: homossexualidade, masturbação, gravidez, métodos preventivos, violência sexual, exploração sexual, pedofilia, questões relacionados ao gênero, entre outros, a fim de desvincular a sexualidade dos tabus e preconceitos.

Nesse sentido, é necessário desconstruir conceitos arraigados a uma cultura remota, na qual ainda prevalecem pensamentos imbuídos de preconceitos, tabus e interditos que dão sentido às práticas sexuais. Necessário se faz veicular informações que evitem situações desfavoráveis e concorram para uma concepção de sexualidade ligada ao prazer e à vida, associando ao exercício da sexualidade com responsabilidade.

Gráfico 11: Quem você acha que deve ter a iniciativa sexual?



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

De acordo com o gráfico acima, 65,4% apontam que não há diferença da iniciativa na relação sexual ser do homem ou da mulher; 28,3% denotam que cabe ao homem; e 6,3%, a mulher.

Notamos que a maioria revela que não há diferença no que concerne a quem deverá ter a iniciativa na relação sexual, refletindo as modificações e paradigmas que cercam a temática da sexualidade, observada nas últimas décadas do século XX. A consequência disso é notória, na medida em que é possível ver mudanças na conduta das pessoas, especificamente nas práticas sexuais.

Vemos, também, uma diferença significativa sobre a maioria que aponta a atitude do homem em detrimento da iniciativa da mulher, mostrando que o homem não conseguiu se libertar totalmente da visão patriarcal de sociedade. Com base nessa concepção, é importante destacar Bourdieu (1999, p. 18), quando afirma que “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la”.

Apesar desse índice, vemos, ainda, uma diferença significativa sobre a maioria que aponta a atitude do homem em detrimento da iniciativa da mulher. Percebemos, pois, que ainda existe resquício de uma cultura machista onde reforça a diferença na relação de poder entre homens e mulheres, refletindo preconceitos sobre a diferenciação de gêneros.

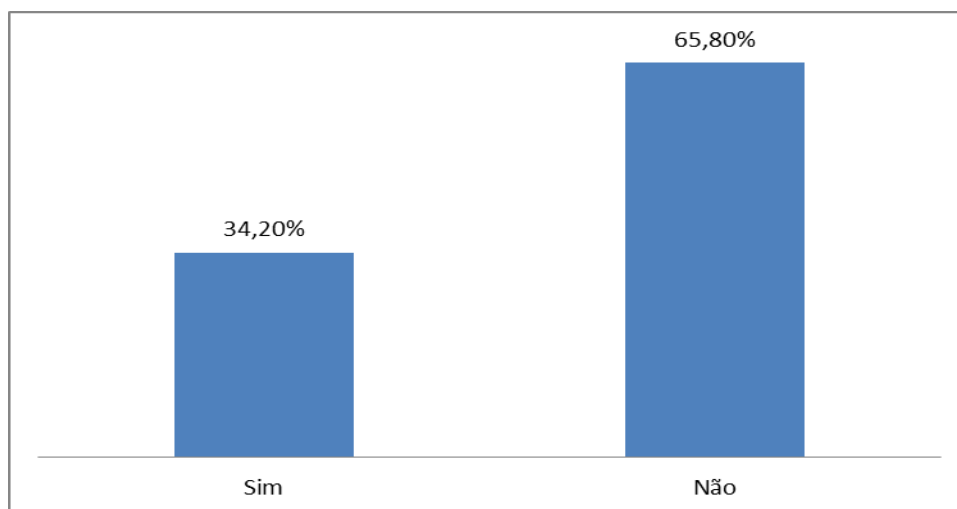
É importante ressaltar o modelo de educação que ainda predomina em nossa sociedade, a qual tende reforçar os valores tradicionais acerca do masculino e feminino, ficando evidente ainda a dominação do homem sobre a mulher.

Nesse sentido, o grau de autonomia e liberdade individual encontra-se associado às relações de poder, estabelecidas a partir das desigualdades e preconceitos, posicionando as pessoas em situação de inferioridade e intensificando a vulnerabilidade.

Pensar sobre essas questões possibilita sonhar com a desconstrução desse sistema simbólico masculino de poder, almejando a formação de uma nova ordem simbólica que possa minimizar as diferenças, buscando caminhos que os conduzam a relações em uma dimensão mais harmoniosa.

A superação das desigualdades nessas relações nos parece ser impossível ser de toda erradicada em um pequeno espaço de tempo, porém, podem ser minimizadas mesmo que de modo incipiente, tendo a família e principalmente a escola um papel importante na desconstrução de preconceitos, com vistas a humanização da sociedade.

Humanizar é o processo pelo qual todo ser humano passa para se apropriar das formas humanas de comunicação, para adquirir e desenvolver sistemas simbólicos, para aprender a utilizar os instrumentos culturais necessários para as práticas mais comuns da vida cotidiana, presentes nos diversos tipos de organização familiar, social e econômica.

Gráfico 12 – As músicas com temática erótica induzem à sexualidade?

Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Vimos que 34,2% consideram que as músicas com temática erótica induzem ao exercício da sexualidade, enquanto 65,8% responderam que não, já que, para eles, a música é um entretenimento que faz parte da vida do adolescente.

A leitura desse gráfico visualiza uma porcentagem significativa sobre a não indução da música erótica no comportamento sexual do ser humano. Salientamos que a música é uma linguagem presente especialmente na vida do adolescente e que constitui uma forma de sociabilidade, propiciando maior contato entre pessoas de origens e meios sociais diferentes.

A diversidade musical difundida em nosso país traz uma riqueza de ritmos, sons e letras que são apreciadas, intensificamente, na nossa cultura e expressam emoções e sentimentos, deixando fluir a energia vital da sexualidade através do ritmo sonoro, do jogo de palavras que compõem a letra da música, muitas vezes carregada por conotações vinculadas a termos relacionados à eroticidade e a sexualidade. Exemplificando, transcrevemos trechos da música “Ai Se Eu te Pego”, do cantor Michel Teló, gravada em 2011.

Nossa, nossa
Assim você me mata
Ai se eu te pego, ai, ai se eu te
pego

Delícia, delícia
Assim você me mata
Ai se eu te pego, ai, ai se eu te
pego

Sábado na balada
A galera começou a dançar
E passou a menina mais linda
Tomei coragem e comecei a
falar

Nossa, nossa
Assim você me mata
Ai se eu te pego, ai, ai se eu te
pego

Delícia, delícia
Assim você me mata
Ai se eu te pego, ai, ai se eu te
pego

Sábado na balada
A galera começou a dançar
E passou a menina mais linda
Tomei coragem e comecei a
falar

Nossa, nossa
Assim você me mata
Ai se eu te pego, ai, ai se eu te
pego

Delícia, delícia
Assim você me mata
Ai se eu te pego, ai, ai se eu te
pego

Essa música que tem uma grande repercussão no Brasil, onde é curtida por grande parte da população, vem sendo muito divulgada, ouvida, cantada e dançada por um número extremamente excessivo de pessoas de todas as idades. Longe de fazer uma análise sociológica da letra desta música, destacamos alguns trechos que está relacionado à sexualidade. Pontos que divertem, encantam, mas nota-se que instigam o comportamento sexual, conforme constatado na pesquisa, onde um percentual de 34,2% denota a indução da música.

Retomando os termos da música, “delícia, delícia” dá a ideia de alimento, lembrando que a sobrevivência de qualquer espécie depende da obtenção de alimento e o acasalamento reprodutivo. Desta feita, vale referenciar que

... é tão essencial que os humanos se deem uma descendência, que a natureza vinculou ao ato de procriação um prazer estritamente intenso; do mesmo modo que a necessidade de se alimentar e de assegurar, assim, sua sobrevivência individual, é lembrada aos animais pelo prazer natural ligado ao alimento e a bebida, assim também a necessidade de engendrar e de deixar atrás de si uma progenitura lhes é incessantemente lembrada pelo prazer e pelo desejo que são associados à conjunção dos sexos (Foucault, 1984, p. 61).

Daí a íntima associação entre alimento e sexo, onde, ambos evocam apetites fundamentais vinculados ao prazer. Já o termo “ai, ai, se eu te pego” vislumbra a ideia não só de prazer, mas, de posse, de caça, de objeto, refletindo assim, os aspectos congênitos da

sexualidade. Essa melodia provoca por meio da dança um gingado que expressa a sensualidade através dos movimentos do corpo, envolvendo as mais diferentes formas de prazer.

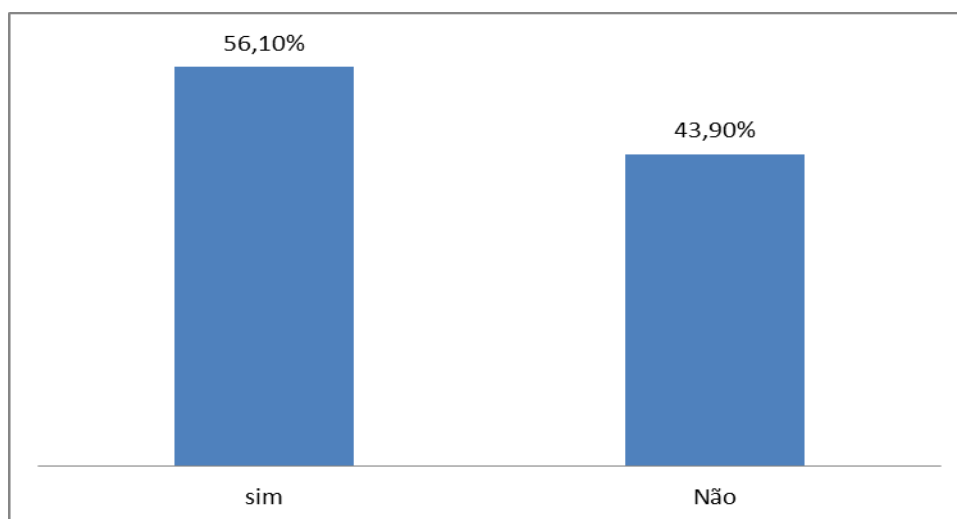
Referenciando Brasil (2001, p. 139), “O corpo é concebido como um todo integrado, de sistemas interligados e incluem emoções, sentimentos, sensações de prazer/desprazer, assim como as transformações nele ocorridas ao longo do tempo”. Percebemos que mesmo a música trazendo em texto um discurso que se contrapõe a “moral e os bons costumes” de certa forma, esta, é autorizada a entrar nas famílias, na escola, enfim, na sociedade, com liberação aonde a sexualidade e o desejo vão se introduzindo não se permitindo adentrar na disciplinarização generalizada.

A adolescência é uma etapa rica em possibilidades, novas experiências, descobertas do prazer que o corpo pode lhe proporcionar, interesse pelas relações afetivas e sexuais. O estudo, trabalho, namoro, ‘baladas e curtições’ faz parte da vida dos jovens. É no campo do lazer e da diversão que muitas das referências culturais vão se solidificando.

Nossos corpos têm o potencial de nos permitir sentir emoções, prazer, satisfação e desejo. O desejo sexual reflete a ânsia de amor e de prazer do ser humano. Mas a cultura, ou como nós aprendemos a simbolizar o desejo e o prazer em cada contexto, pode simplesmente evitar (ou “reprimir”) que o corpo responda a esse potencial, que não é experimentado por todos os seres humanos. Há pessoas que conscientemente buscam prescindir deste “uso” do corpo, como alguns religiosos. O desejo sexual surge a partir de estímulos psicológicos e físicos, que dependem de cada pessoa, e que produzem a ativação de um complexo sistema neuronal, na área que controla a emoção no cérebro (Peres et al. 2000, p. 42).

Nesse contexto, a sexualidade envolve o mundo adolescente estimulando e influenciando o comportamento sexual dos jovens através das mídias e os meios de comunicação de diversas maneiras. A mídia por meio das propagandas, novelas, músicas, filmes, programas de auditórios propaga modelos de comportamentos, reforça estereótipos sociais e preconceitos. Assim, do mesmo modo que amplia o espaço para expandir tais informações, abre também para uma erotização muitas vezes excessiva.

Igualmente, percebemos uma necessidade não verbalizada de discussão e de compreensão referente ao assunto, exposta na forma dos jovens utilizarem paródias de músicas, piadas, repetição de brincadeiras e ainda apelidos referenciando aspectos da sexualidade.

Gráfico 13 – Os professores falam nas suas salas sobre sexualidade?

Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Em consonância com o gráfico nº 14, pode-se observar que do universo pesquisado, um percentual de 56,1% afirmam que os professores falam a respeito de sexualidade na sala de aula.

Vemos que pouco mais de 50% responderam “sim”, todavia afirmaram que os professores restrinjam a discutir abertamente sobre o assunto. É preciso que a escola desenvolva essa função de abrir espaços para reflexão e debate aberto sobre questões inerentes à sexualidade, sem personalizá-las. Isso pode ajudar os adolescentes a transporem essa fase com menos angústias e turbulências, sem precisar armar uma couraça protetora/repressora ou transformar a sexualidade em expressão de rebeldia.

A sexualidade é uma das questões que mais têm trazido dificuldades, problemas e desafios aos educadores, no seu trabalho cotidiano de ensinar. A manifestação da sexualidade dos alunos no espaço escolar ou, mais comumente, na sala de aula está, de modo geral, exacerbada, tendo em vista a forma com a sociedade atual e os meios de comunicação, em especial, abordam-na. Temos observado forte instigação ao sexo, como também um rompimento com os valores morais e sexuais há muito estabelecidos (Figueiró 2006, p. 92).

Nesse contexto, as transformações que surgem na vida das pessoas interferem nas relações sociais, principalmente entre professor e aluno, além de se perceber que as manifestações culturais evoluem lentamente a partir de um movimento dialético, despertando o desejo e a curiosidade acerca de temas considerados relevantes para o amadurecimento do jovem.

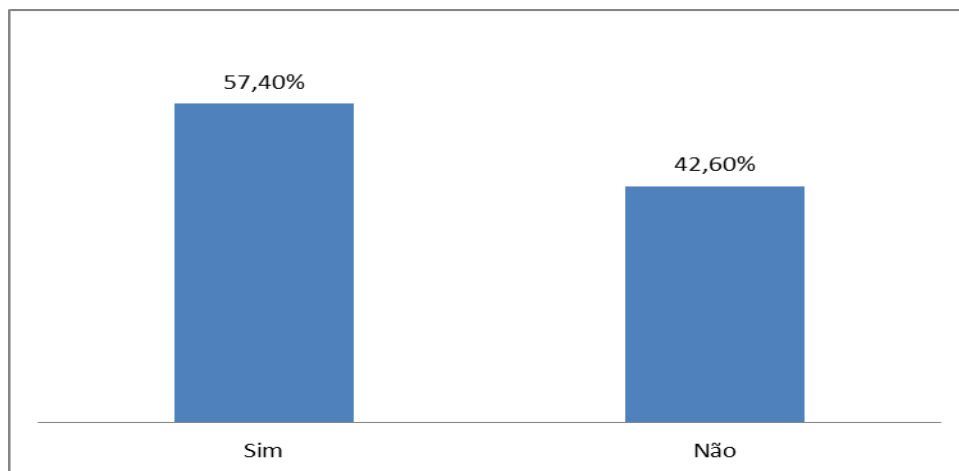
O desenvolvimento de temas como namoro, virgindade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos, aborto, violência sexual, entre outros,

podem ser discutidos em sala de aula por meio da exibição de vídeos, dramatização, teatro, músicas, tempestade mental, produção de textos, desenhos etc.

Se pensarmos que a finalidade maior da educação sexual é contribuir para que o educando possa viver bem a sua sexualidade, de forma saudável e feliz, e, ao mesmo tempo, contribuir para que ele esteja apto a participar da transformação social, em todas as questões ligadas direta ou indiretamente à sexualidade, podemos concluir que o professor que ensina sobre sexualidade, de forma humanizadora, está sendo um mediador de esperanças e de projetos de vida (Figueiró, 2006, p. 17).

Como educadores que almejamos melhorias na qualidade da educação de nossos alunos e alunas, precisamos eleger metodologias que considerem suas histórias de vida, a maturidade física, psíquica e social, a importância das relações na família, nas amizades e grupos de amigos, desenvolvendo atividades que elevem a autoestima e despertem o mútuo e autocuidado, contribuindo para que o exercício da sexualidade seja vivenciado de maneira saudável e responsável.

Gráfico 14 – Aprende alguma coisa na escola sobre sexualidade?



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Com relação ao gráfico nº 15, que questiona se aprende alguma coisa sobre sexualidade, 57,4% afirmaram que aprendem alguma coisa sobre sexualidade na escola, enquanto 42,6% responderam “não”. Embora a maioria tenha mencionado que aprende algo sobre sexualidade no âmbito educativo, percebe-se que essa aprendizagem se dá de forma incipiente, ou seja, informal, pois inexistem no currículo escolar projetos e ações direcionadas a esta área de conhecimento.

Sexualidade e escola, as duas vias, empírica e teórica, levam à conclusão de que a escola é o espaço da não-sexualidade. Não apenas nela vigora, explícita ou implicitamente, a interdição a qualquer manifestação da sexualidade juvenil, como também dela emanam, inevitavelmente, recomendações tendentes ao adiamento do seu exercício (Pinto, 1997, p. 49).

Ao observamos o ambiente escolar, constatamos que este espaço pouco tem contribuído com a formação do aluno a respeito da educação sexual. Diríamos que nem ao menos ultrapassam o nível da informação, por não considerar a individualidade de seus atores e, por isso, oculta as evidências das expressões de sentimentos e opiniões relativos à sexualidade.

Segundo o que preconiza os PCNs (Brasil, 2001, p. 123), “É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema”. Nossas escolas se dizem não preparadas para lidar com tal situação, pelo fato da ausência de uma política de formação continuada do educador, que proporcionasse o desenvolvimento de competências direcionadas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

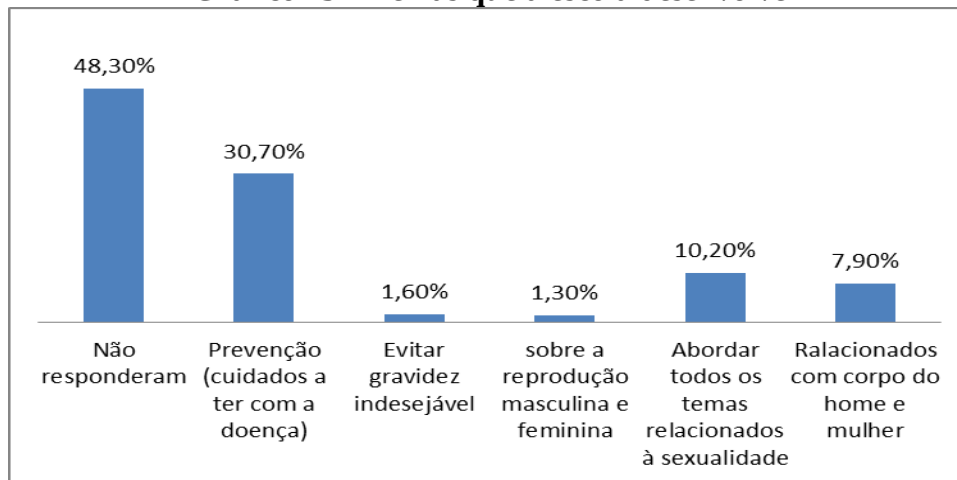
De acordo com Vianna (1997, p. 120) “As leis, as políticas educacionais relativas às condições de trabalho, salários, carreiras e formação de professores são aspectos fundamentais para construção de um projeto de melhoria dessa qualidade”.

Necessário se faz a implementação de um projeto educativo com vistas à melhoria da qualidade do ensino que vislumbre diferentes propostas, métodos e concepções pedagógicas, aspectos relevantes para a defesa da democratização do ensino público.

É preciso definir um projeto de qualidade que some as reivindicações específicas (quanto à política educacional que fomenta melhores salários, condições de trabalho, elaboração de métodos pedagógicos etc.) o reconhecimento da importância da etnia, da geração e do gênero nas relações escolares e na construção do conhecimento (Vianna 1997, p. 120).

Assim, a escola deve proporcionar a socialização e a articulação de conhecimento possibilitando o intercâmbio entre o que os educandos desejam aprender e o que a escola deve ensinar. Indivíduos e sociedade fazem parte da mesma trama, tecida pelas relações sociais.

As indagações que vêm das teorias e práticas apontam e sinalizam reorientações que fazem parte da dinâmica de nosso tempo. No coletivo as indagações mais constantes e instigantes, articulam e se reforçam entre si, auxiliando por vezes a superar estilos recortados e fragmentados de propostas curriculares, de abordagens do conhecimento e dos processos de ensino e aprendizagem.

Gráfico 15 – Temas que a escola desenvolve

Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

No tocante aos temas que a escola desenvolve, 30,7% responderam a “prevenção no trato aos cuidados a ter com doenças”; 7,9% mencionaram o “corpo do homem e da mulher”; 1,6%; disseram “evitar a gravidez indesejável”; 10,2% citaram a importância de abordar todos os temas relacionados à sexualidade; 1,3% indicaram o tema reprodução masculina e feminina; e 48,3% não responderam.

Com base nessa descrição, os temas citados pelos pesquisados dizem respeito a DSTs, cuidados e prevenção, gravidez não planejada, reprodução e conhecimento do corpo. Para eles a compreensão desses temas é importante para uma melhor qualidade de vida. Em seus discursos, pressupomos que há uma preocupação que os conteúdos desenvolvidos pela escola ainda não priorizam o ser humano na sua totalidade. O âmbito da sexualidade é extensivo ao corpo físico, ao corpo biológico, ao corpo pulsional, imbuído de energia e tensão.

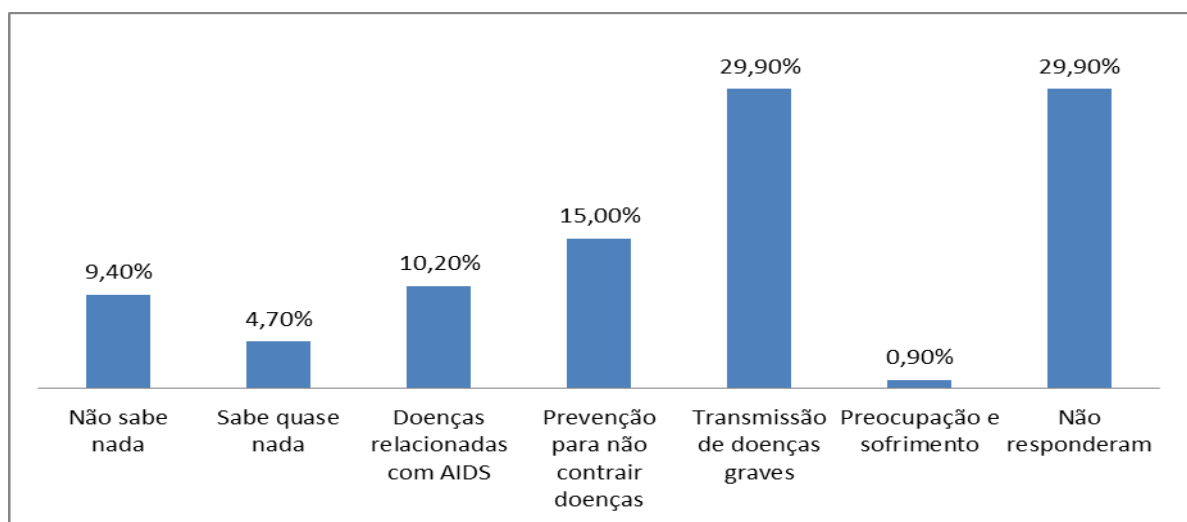
Como seres humanos, somos corpóreos – todos possuímos corpos. Mas o corpo não é só algo que possuímos e não é só algo físico que existe fora da sociedade. Nossos corpos são profundamente afetados por nossas experiências sociais, assim como pelas normas e pelos valores dos grupos a que pertencemos (Giddens, 2005, p. 130).

Portanto, constitui-se o corpo de matéria e sentimento, onde o aluno precisa ser considerado a partir de sua singularidade. Esse corpo precisa ser conhecido, amado e protegido, o que implica em uma mudança de entendimento, atitudes e comportamentos que influenciam a qualidade de vida do ser humano.

Cabe ressaltar que, no ato das respostas, registra-se um dado relevante sobre os que não emitiram opiniões a respeito dos temas. Isso nos inquieta, porque os alunos se recusam a

falar ou a escrever optando pelo silenciamento. Foucault (2009) faz referencia à disciplina presente na escola, que invoca tanto o campo do saber quanto um mecanismo de controle, de exercício do poder. Para ele, a escola funciona como um conjunto de dispositivos e estratégias capazes de subjetivar ou construir os sujeitos, criticando a hipótese repressiva que agiria pela negação da sexualidade e de seu silenciamento. Assim, o papel da escola é o de promover debates que viabilizem o trânsito dessas informações na perspectiva de ir ao encontro das dúvidas explícitas ou implícitas das pessoas que estão no espaço educativo.

Gráfico 16 - O que você sabe sobre DSTs?



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

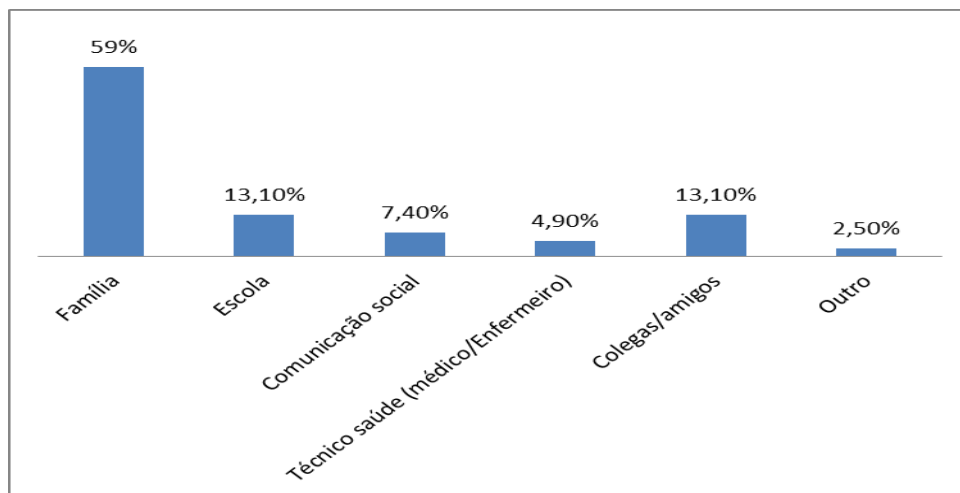
Analisando o gráfico de nº 17, que indaga acerca do que se sabe sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis, 9,4% disseram que “não sabe nada”; 4,7% falaram que sabe “quase nada”; 10,2% expuseram que “são doenças relacionadas com AIDS”; 15% acreditam que são doenças “relacionadas à prevenção para não contrair doenças”; 29,9% acham que é “transmissão de doenças graves; 0,9% mencionaram como preocupação e sofrimento; e 29,9% optaram por não responder, levando a crer que não têm conhecimento ou não quiseram emitir opinião pelo tema no qual foi evocado.

A questão sobre DSTs incita o aluno expor uma tempestade de ideias ao citar tópicos referentes a “doenças relacionadas com AIDS”; além de “prevenção para não contrair doenças”; “transmissão de doenças graves”; “preocupação e sofrimento”. Um número relevante dos que optam por não expor suas concepções nos faz pensar sobre a insegurança que eles demonstram devido ao não conhecimento.

Geralmente se demonstra a necessidade de desenvolver um projeto de educação sexual na escola, tendo em vista levar informações de cunho científico ao aluno, de modo a tratar acerca das causas, consequências, sintomas, formas de contágio e tratamento sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis. Tal justificativa precisa atender também as questões subjetivas que envolvem a sexualidade.

A discussão desses temas com os alunos favorece o acesso ao conhecimento, contribui para promover a saúde, o bem estar individual e coletivo, implicando em mudanças de comportamento e adoção de condutas preventivas, já que a sistematização de conteúdos é relevante para a desmistificação de tabus e preconceitos que revestem o conhecimento advindo do senso comum.

Gráfico 17 - Quem deveria abordar a temática da sexualidade com os jovens?



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Também foi questionado quem considera que deveria abordar a temática da sexualidade com os jovens. Nesse contexto, a maioria dos educandos destacou que é na família que deveria ser suscitada essa temática, relevando um índice de 59,0%; a escola 13,10%; colegas e amigos, 13,10%; 7,40% citaram a comunicação social ou mídias; 4,9% atribuíram ao técnico de saúde ou médico e enfermeiro (a); 2,5% responderam que deveria ser outros; e 05 alunos deixaram de responder.

A família exerce um papel importante no processo de socialização, pois é através dela que os conceitos são construídos, transformando-se ao longo do tempo. Conforme a proposição dos alunos, a família assume a posição majoritária, sendo seguida da escola e dos amigos. Dessa forma, compreende-se que a família enquanto o primeiro grupo social do qual

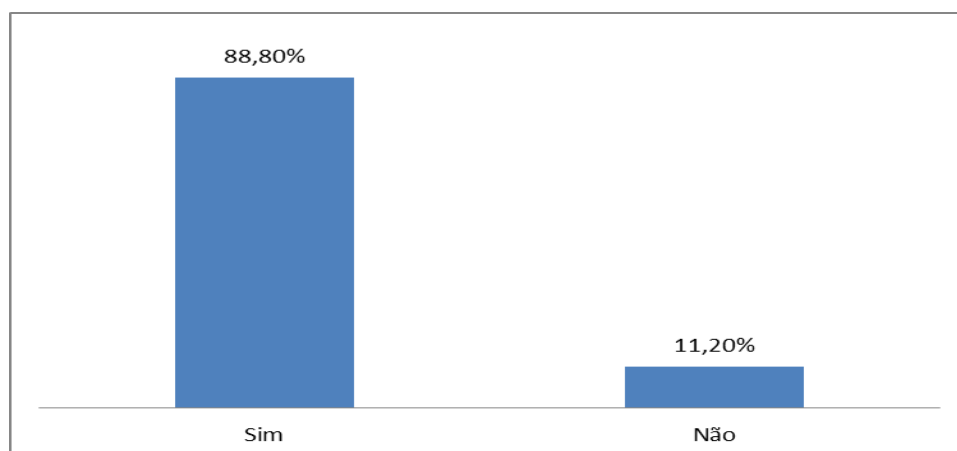
o ser faz parte ensina sobre a sexualidade de forma explícita ou implícita, ou seja, mesmo aquelas que nunca falam claramente a respeito do assunto.

A aprendizagem se dá através da conduta dos pais entre si, na relação com os filhos, na forma de cuidados recomendados, nas expressões, gestos e proibições que definem e são incorporados de valores, articulados à sexualidade. No dizer de Meirelles (1997, p. 71), “Os seres humanos e seu contexto – a família – constituem sistemas próprios nos quais a sexualidade e a educação são processos associados à criação, à conservação, à transformação e à evolução”. A escola, por sua vez, não deve anular os conhecimentos advindos da família, mas articular a estes os conhecimentos científicos considerando seus valores, costumes e cultura.

Ao destacar os amigos e a escola evidencia-se a importância desse espaço e a relação de iguais que se estabelece no grupo de amigos, facilitando a troca de ideias e conhecimentos sistemáticos e assistemáticos propagados entre seus pares. Dessa forma, a educação sexual é disseminada a partir dos valores conservadores, progressistas e liberais veiculados pelos grupos imbuídos dos diversos marcadores sociais.

Conforme evidencia Duarte (2007), saber se expressar, consultar, questionar, planejar, decidir, estabelecer compromissos e partilhar tarefas são aspectos que devem estar presentes na vida social dos jovens. Assim, as classes enquanto espaços de trabalho coletivo possibilitam a construção conceitual e afetiva onde se desenvolvem afinidade, confiança, compartilhamento de aprendizagem e a integração entre os diferentes códigos culturais dos alunos.

Gráfico 18 – A escola deveria desenvolver atividades/projetos de educação sexual?



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Em seguida, os pesquisados foram interrogados se concordam que a escola deveria desenvolver atividades/projetos de educação sexual. Referendando este questionamento, 88,80% responderam que “sim”; 11,20% afirmaram que “não”. Fica evidente que as respostas emitidas pelos alunos retratam que é necessário a escola desenvolver essas atividades para que os alunos tenham acesso a esse conhecimento.

A escola, nesse sentido, deve desenvolver uma proposta pedagógica que divulgue informações claras e objetivas, elegendo uma metodologia holística, de modo a envolver os conteúdos curriculares em uma amplitude interdisciplinar, sobretudo em relação aos temas transversais.

Dada a sua organização e estrutura, a escola, como instituição social, tende a homogeneizar esses aspectos múltiplos da cultura na sala de aula, ignorando-os, reprimindo-os ou “engessando” as diferenças e contradições. Nesse contexto, a liberdade como uma dimensão da sexualidade, não encontra condições para emergir e se expressar. A ressignificação da sexualidade só será possível se a própria sala de aula for ressignificada, passando a se constituir como espaço realmente democrático, onde as opiniões, incertezas, divergências e diferenças forem consideradas, discutidas, e, quando possível, superadas (Lorencini, 1997, p. 93).

O contexto escolar como ambiente de ensino e aprendizagem constitui-se em espaço de debates, confrontos de ideias, ideologias, reflexões, atitudes, aonde as pessoas vão sistematizando concepções a partir da própria experiência. Nesse entendimento, o compromisso da educação escolar com a formação integral do aluno incluindo a educação sexual é algo que precisa ser repensado a partir da construção de novos conceitos com vistas ao resgate de valores éticos e morais.

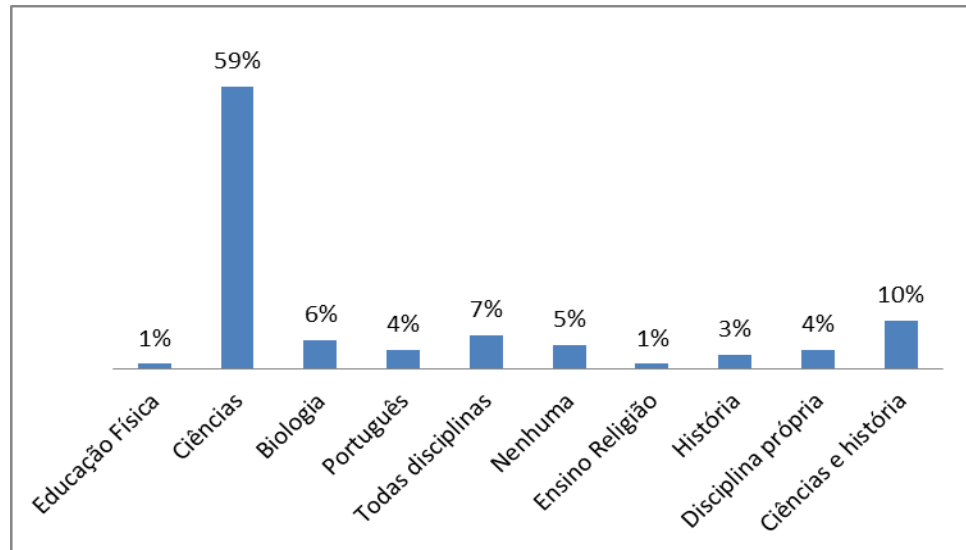
A educação sexual no âmbito escolar poderá ser considerada como um processo de transformação e mudança, que parte de um projeto coletivo e atinge os indivíduos, cada qual com sua busca particular do(s) sentidos(s) da sexualidade.

Vê-se, assim, o contributo para a construção coletiva de diferentes modelos de relacionamentos consigo e com os outros, que se expressam pela comunicação e o afeto que vivenciamos, caracterizando em uma “construção sociocultural”, em uma inter-relação dos valores, condutas e padrões presentificados na forma pela qual interferimos na natureza num determinado tempo e espaço do qual fazemos parte.

No tocante ao contexto da relação e da distância cultural, percebe-se que a aprendizagem advém de circunstâncias provocativas e envolve as emoções e as relações intersubjetivas e interculturais por intermédio do eixo estabelecido entre os atores envolvidos

na ação didática, tendo em vista as diferenças culturais, entre famílias – sexos – gerações, assim como nas relações sociais.

Gráfico 19 – Qual a disciplina que deveria desenvolver atividades/projetos de educação Sexual?



Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Nota-se que 59,0% dos alunos citaram o componente curricular de Ciências para o desenvolvimento de atividades/projetos de educação sexual; 6,0% responderam ser Biologia; 4,0% disseram que o assunto deveria ser abordado em Língua Portuguesa; 1,0% mencionou Ensino Religioso; 3,0% atribuem a responsabilidade à História; 7,0% afirmaram que todas as disciplinas deveriam abordar esse tema; 5,0% citaram “nenhuma”; 4,0% sugeriram que deveria ser uma disciplina própria para o desenvolvimento dos projetos de Educação Sexual; 10,0% mencionaram História e Ciências como as disciplinas ideais para a implementação de projetos e atividades.

A linha de percepção apresentada pela maioria de alunos e alunas imersos na pesquisa foi à disciplina Ciências. Acreditamos que esta atribuição se dá mediante aos conteúdos abordados na escola, os quais contemplam o estudo do corpo humano em suas anatomias internas e externas, relacionando também à reprodução humana. Ao mencionarem outras disciplinas, percebemos que os alunos visualizam possibilidades das temáticas relacionadas à sexualidade serem veiculadas e transversalizadas no currículo escolar.

Necessário se faz ressaltar a relevância de introduzir aos conhecimentos a parte subjetiva, os quais envolvem os sentimentos, as emoções e o pensamento que se produz e se expressa a partir dele, constituindo-se a individualidade de cada um, tornando-a única.

A sexualidade na escola muitas vezes tem sido silenciada, o que aumenta cada vez mais a desinformação relativa ao assunto, evitando que os alunos tenham acesso a esse conhecimento.

O conteúdo nos livros didáticos destinados ao aluno apresenta matéria relativa ao conhecimento da anatomia e fisiologia do organismo. Desse modo, distancia-se da concepção de sexualidade que é uma dimensão inerente ao ser humano que está presente em todos os atos de sua vida e encontra-se marcada pela cultura, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se com singularidade em cada sujeito.

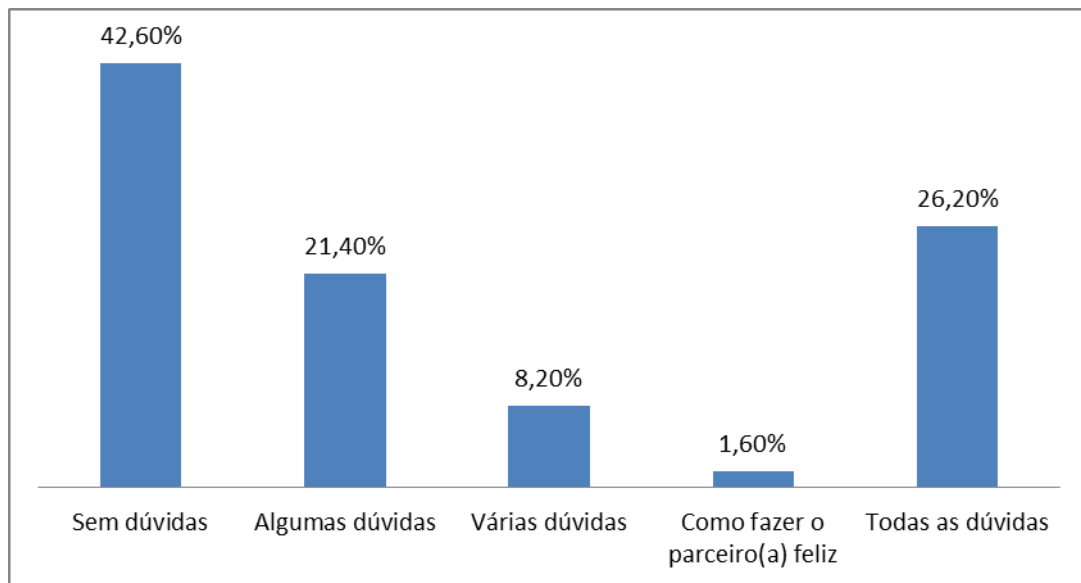
É relevante compreender a educação sexual escolar como um processo de intervenção didático-pedagógica que tem por fim difundir conhecimentos, informações e problematizar questões referentes à sexualidade, abrangendo os valores a ela articulados, assim como os tabus, crenças, posturas e preconceitos com enfoque nas dimensões sociológicas, psicológicas e fisiológicas da sexualidade.

Nesse contexto, os professores se configuram como promotores da cultura de respeito à garantia dos direitos humanos, da equidade étnico-racial, de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja uma instituição de reprodução de preconceitos.

Na perspectiva de atender as curiosidades e ansiedades do aluno é premente desenvolver os projetos e atividades incluindo as dimensões culturais, afetivas e sociais, de modo que a sexualidade seja discutida em todas as disciplinas numa perspectiva de transversalização dos conteúdos. Por essa via, o tratamento didático dado a esses temas considerados de relevância social amplia as possibilidades de inclusão de saberes extraescolares na inter-relação da interdisciplinaridade, contribuindo de forma significativa para a apropriação de saberes.

O sistema escolar, assim como a sociedade, vai avançando para o ideal democrático de justiça e igualdade, de garantia de direitos sociais, culturais e humanos para todos.

Ainda há indagações que exigem respostas e propostas mais firmes para superar tratos desiguais, lógicas e culturas excludentes na possibilidade de construir estruturas mais igualitárias e menos seletivas.

Gráfico 20 – Quais as principais dúvidas que possui sobre sexualidade?

Fonte: Questionário do aluno – agosto/2012

Finalizando, indagou-se sobre as principais dúvidas que os alunos têm sobre sexualidade. Ficou exposto que 42,60% disseram “não tenho dúvida”; 21,40% afirmaram “ter algumas dúvidas”; 8,20% mencionaram ter “várias dúvidas em tudo”; 1,60% tem dúvida em “como fazer o parceiro (a) feliz”.

O gráfico apresenta a opinião dos alunos sobre as dúvidas relativas à sexualidade, revelando que 42,60% dos respondentes dizem não ter dúvidas sobre o assunto. Porém, se somarmos os outros percentuais observamos um percentual significativo de mais de 50% revelaram ter dúvidas concernentes à sexualidade.

Quanto às dúvidas que os jovens têm sobre sexualidade na escola, podemos considerar que os dados demonstraram concepções e questionamentos semelhantes, esclarecendo que de acordo com a experiência da pesquisadora no trato com adolescentes em relação a esta temática, em diferentes espaços de sala de aula e tempos diversos, as dúvidas apresentadas nessa faixa etária são constituídas praticamente do mesmo teor, como fica evidente na fala de nossos alunos e das nossas alunas. Vejamos alguns questionamentos expressos: a) É possível engravidar quando a mulher está menstruada? b) Quais os tipos de doenças causadas pelas DSTs?; c) As DSTs só se transmitem através do sexo?; c) É verdade que sexo sem camisinha sente-se mais prazer?; d) Como deve ser a primeira transa quando os dois são virgens, com preservativo ou não?; e) O que devemos fazer para não pegar AIDS?; f) A gravidez acontece na primeira transa?; Um homem com 80 anos consegue ter relação sexual?

Nesse sentido, podemos perceber que as dúvidas apresentadas por alunos e alunas retratam um conhecimento elementar, devendo questionar até que ponto os adolescentes têm consciência do conhecimento sobre sexualidade nas suas diferentes dimensões. Ao expressar suas dúvidas, sentimos a ausência da compreensão do conceito da sexualidade de uma forma mais ampla e científica.

A sexualidade, portanto, deverá ser compreendida em seus aspectos biopsicossocial e tridimensional, ou seja, como modo de reprodução da vida e perpetuação da espécie, como meio de obter prazer e como meio de comunicação.

Em linhas gerais, estes dados que ora descrevemos, dão-nos uma ideia do que pensam os jovens (alunos adolescentes) sobre as questões relativas à sexualidade. No entanto, foi possível perceber algumas lacunas e limitações que o estudo identificou. Como todo trabalho científico, os temas e as discussões sobre eles são sempre inesgotáveis e a partir de um estudo dessa natureza suscita levantar uma série de questões, tais como: Se o questionário fosse aplicado a outro universo, ou em outra escola, será que teríamos respostas semelhantes? O que pensam os jovens de outra comunidade diferentes da qual trabalhamos? As diferenças de gênero são altamente significativas quanto à percepção da temática da sexualidade? Esse conjunto de questões nos fez refletir sobre esta temática e apontamos a sexualidade como algo que pode ser visto por vários pontos de vista, sobretudo quando se indaga aos jovens adolescentes de uma escola pública do Rio Grande do Norte. Desse modo, concluímos que seria de grande valia para os adolescentes a institucionalização da Educação Sexual na escola.

CONCLUSÕES

Desejamos, no percurso da nossa trajetória educacional, enquanto aluna, educadora e mulher, pesquisar sobre a sexualidade humana. Este trabalho possibilitou a reflexão, o registro, historicizando acerca desta temática no espaço da escola pública, por meio da convivência com meninos e meninas repleta de dúvidas, questionamentos, observações, preconceitos, diálogos, encantamentos, excitação, decepção e sonhos que expressam o desejo de recriar a realidade.

No processo de gestação da dissertação, vale destacar as contribuições acrescidas não só das informações e questionamentos dos teóricos, mas tudo que vimos, observamos, experienciamos e pesquisamos, no que se refere ao tema deste trabalho.

Foi trilhando caminhos investigativos compostos por múltiplas facetas existentes na convivência humana que possibilitou visualizar a riqueza que compõem o cotidiano dos adolescentes. Porém, no momento de registrar as considerações conclusivas deste trabalho, deparamo-nos com a inquietação no que concerne ao que deixou de ser registrado. De repente, nos damos conta de que nem tudo que foi vivenciado está contido neste texto, tornando impossível traduzir tudo que foi observado, vivido, refletido e analisado.

É impossível restituir, no texto, o sentido originário do que foi dito em campo, pois o texto se constitui sempre como um novo contexto. Aliás, do ponto de vista bakhtiniano, o sentido original não existe, pois tudo que é dito é dito a alguém e deste alguém dependem a forma e o conteúdo do que é dito. Além disso, alguém irá relatar esse diálogo e isto vai ser feito em uma outra enunciação dirigindo-se a um outro alguém e assim sucessivamente. (Amorim, 2002, p. 9)

No entanto, tencionamos que esta abreviação desperte em educadores e educadoras o querer, a aspiração e inspiração em desenvolver pesquisas, saberes em relação à Sexualidade Humana. É importante que isso seja realizado numa perspectiva de vivência da sexualidade individual e coletiva de modo mais amplo, profundo e que respeite a diversidade, permitindo o alargamento da liberdade de expressão, visando ao exercício da cidadania.

Não obstante nosso objeto central do estudo ser perspectivado pelos alunos-adolescentes acerca da sexualidade, a realização desta pesquisa permitiu-nos que se fizesse um estudo a respeito da educação sexual segundo o ponto de vista dos jovens (alunos) de uma escola pública estadual. A nosso ver, as concepções teóricas dos autores consultados também contribuíram para a ampliação dos conceitos de gênero, sexo, sexualidade, educação sexual, entre outros inerentes ao contexto escolar e à sala de aula.

Fazer parte do mundo adolescente tendo como foco a sexualidade é antecipar-se e disponibilizar-se para a aprendizagem, enfatizando as habilidades de ouvir, estabelecendo uma relação dialógica onde se inscreve o respeito, a amizade e a experiência do amor. Assim sendo, o educador torna-se parceiro no ato de aprender e ensinar, contribuindo para a construção de valores nos quais constituirão seres humanos participativos, protagonistas, imbuídos de diferentes reações e pluralidades de sentimentos.

A escola se constitui em espaço de vivências, ditas democráticas, sistematizando conhecimentos, ampliando conceitos familiares, desempenhando papel relevante na formação dos educandos a partir da realidade que estão imersos. Nesta perspectiva, a Educação Sexual, enquanto encaminhamento teórico metodológico na escola poderá ser abordada em todas as disciplinas, de forma interdisciplinar, transversalizando os conteúdos a serem ministrados.

A temática da sexualidade transversaliza o espaço educativo, mesmo nos últimos tempos percebida numa visão hedonista e erótica, apresenta possibilidades de ser refletida e discutida e conseqüentemente reelaborada, modificando concepções incorporadas culturalmente, visando trilhar caminhos que proporcionem a vivência de novos papéis sociais na sociedade, com vistas à alteridade onde o masculino e o feminino se complementam mutuamente.

Dessa forma, necessário se faz que a temática em questão seja apresentada nos cursos de Formação Profissional Docente, na perspectiva de nortear as intervenções educativas, possibilitando uma interlocução entre os aportes teóricos e a práxis, de modo a habilitar os professores a inovarem suas práticas e de incorporarem novos conceitos. A finalidade é que se desvencilhem dos discursos normativos sobre Sexualidade Humana, o que inclui, em se tratando do espaço escolar, autoestima, métodos anticoncepcionais, gravidez na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis, orientação sexual, gênero, entre outros presentificados nos corpos matriculados nas escolas.

A visibilidade da diversidade pelos educadores é relevante para a concretização de mudanças. A identificação e valorização das capacidades pessoais, compreendidas como algo que contribui para engendrar a caracterização da escola, possibilita a identificação dos problemas, buscando meios para seu enfrentamento. Nota-se que as práticas conservadoras persistentes no âmbito educativo se constituem em resistência, face à apresentação de intervenções com propósito de transformação.

A representação da distância entre a realidade e o que é desejado incide no eixo utopia/realidade, ressaltando-se que onde a cultura é mais idealista os projetos inovadores são mais acolhidos.

Nesse sentido, necessário se faz implementar ações que trilhem caminhos na perspectiva de ampliar o debate e a reflexão, oportunizando esclarecer as dúvidas acerca das questões inerentes à sexualidade e gênero, versando sobre a complexidade das relações de poder que perpassam os currículos presentes no contexto escolar, enfocando os papéis sociais e sexuais que homens e mulheres desempenham e as desigualdades eminentes nas relações sociais.

Ressaltamos a relevância do Projeto Político Pedagógico enquanto instrumento viabilizador de práticas educativas inovadoras, possíveis de construir novos sujeitos históricos, com vistas ao desenvolvimento de competências e habilidades, baseadas num currículo integrado, ou seja, que eleja uma formação geral e profissional, concorrendo para uma intervenção nos fundamentos pedagógicos, estruturais e organizacionais que alicerçam o funcionamento da escola atual.

A escola, enquanto espaço de convivência e de relacionamento, precisa aprender a lidar com a expressão da sexualidade, de acordo com seus princípios e normas implícitas e explícitas, onde cabem sonhos, curiosidades, desejos, medos, ideias, afetos, política e conhecimento.

Foi a partir deste campo, portanto, que visualizamos esse quadro pintado por diversas mãos, evidenciando cores e diversos matizes, no qual retrata o mundo do saber e do viver, onde percebemos que o casamento precoce, a gravidez, o aborto, a prostituição, o uso de drogas e situações corriqueiras, observadas no âmbito escolar, têm concorrido para elevar consideravelmente o índice de alunos e alunas que deixam de frequentar a sala de aula.

Nesse sentido, compreender a sexualidade numa abordagem histórico-cultural, referenciando Michel Foucault (1984), no que concerne à complexidade das relações de poder que perpassam o currículo, é de se entender que o entrelaçamento deste referencial teórico com os dados empíricos da pesquisa nos permite dizer que faz toda a diferença.

A sexualidade é histórica e cultural e se manifesta de diferentes formas, possui significados distintos para os sujeitos, traduzidos em estilos de vida. Assume lugar fundamental na vida das pessoas e se configura em ações e práticas afetivas a partir da singularidade de cada ser.

A partir dessa compreensão, tanto teórica como empírica, vê-se que a Sexualidade se inscreve historicamente por meio das relações que estabelecemos consigo e com as outras pessoas, mediatizada pelos nossos desejos e costumes. Ela se apresenta, pois, como forma de expressão, comunicação e afeto que se manifesta por meio de um gesto, um olhar ou uma ação. É a energia que nos motiva a encontrar o amor, contato e intimidade, sendo característica básica da personalidade que influencia o indivíduo no modo particular e individual de ser, manifestar-se, comunicar-se, de sentir, de expressar e de viver o amor.

É premente destacar a relevância desta pesquisa, enquanto instrumento viabilizador de interlocução nas práticas educativas, com vistas à percepção dos discentes, concorrendo para uma reflexão acerca das possíveis mudanças. Elas devem ser entendidas como necessárias para a construção de conceitos de novos sujeitos históricos, priorizando o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentadas num currículo integrado.

Faz-se necessário considerar o redimensionamento dos princípios pedagógicos, estruturais e organizacionais que alicerçam o funcionamento da escola, na intenção de eleger proposições que possibilitem aos alunos e alunas ampliarem as suas visões de mundo quanto às maneiras de operar nele e modificá-lo.

Ressaltamos, ainda, que a temática da sexualidade, situada num quadro teórico, de modo geral e, em particular no contexto da escola e da sala de aula, seja de suma importância para se entender o que pensam os jovens e os adolescentes de uma escola pública sobre a complexidade do tema em causa.

As concepções reveladas pelos sujeitos da pesquisa são pautadas em dúvidas e questionamentos acerca da sexualidade o que nos possibilita perceber a necessidade de tornar a sala de aula espaço de articulação de conhecimentos, onde o que é velado seja revelado e o diálogo aconteça em uma dimensão pública, favorecendo a institucionalização da Educação Sexual na escola.

Esperamos que, além da realização deste estudo e a partir dele, possam suscitar outros estudos, uma vez que não foi nossa pretensão esgotar a temática. Com isso, esperamos que o nosso trabalho tenha contribuído, tanto para a escola de ensino básico como para o conhecimento acadêmico e científico, em especial no Brasil e em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abramovay, M., Castro, M. G., & Silva, L. B. (2004). *Juventude e sexualidade*. Brasília: Ministério da Educação.
- Albertini, P. (1997). A sexualidade e o processo educativo: uma análise inspirada no referencial reichiano. In: Aquino, J. G. (org.). (1997). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. pp. 53-70.
- Amorim, M. (2002). Vozes e silêncio no texto de pesquisa em Ciências Humanas. *Cadernos de Pesquisa*, nº 116. São Paulo, julho, pp. 7-19.
- Aquino, J. G. (org.). (1997). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus.
- Aquino, J. G. (2002). *Diálogo com educadores: o cotidiano escolar interrogado*. São Paulo: Moderna.
- Bock, A. M. B., Furtado, O. & Teixeira, M. L. I. (2002). *Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia*. São Paulo: Saraiva.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brasil. (1998). Secretaria da Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais*. Brasília, DF: MEC/SEF.
- Brasil. (2001) Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural: e orientação sexual*. Secretaria da Educação fundamental. 3. Ed. – Brasília.
- Brasil. (2002). Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais. (1998). Orientação sexual*. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília.
- Brasil. (2005). *Ministério da Saúde. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes*. Brasília: Ministério da Saúde.
- Carrara, S. & Heilborn, M. L. [ogr.] (2009). *Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília.
- Cerezer, C. & Outeiral, J. (2011). *Autoridade e mal-estar do educador*. São Paulo: Zagadoni.
- Cooper, R. D. & Schindler, P. S. (2003). *Métodos de pesquisa em Administração*. 7ª Ed. Porto Alegre: Bookman.
- Dalbério, M. C. B. (2009). Neoliberalismo, políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade. – São Paulo: Paulus.

Duarte, J. B. (2007). Conferência-debate da Escola Secundária de Conde de Oeiras: Da uniformidade à diversidade metodológica ou a diferenciação pedagógica numa escola para todos. Portugal.

Fachin, O. (2006). *Fundamentos de metodologia*. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva.

Faraco, C. E. [et al] (2004). *O Jovem, a escola e os desafios da sociedade atual*. São Paulo: Fundação Victor Civita.

Figueiró, M. N. D. (2004). *Educação sexual: como ensinar no espaço da escola*. Florianópolis - SC. Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Figueiró, M. N. D. (2006). *Formadores de educadores: adiar não é mais possível*. Campinas, SP : Mercado de Letras; Londrina, PR: Eduel.

Foucault, M. (1984). *História da Sexualidade v. 2; o uso dos prazeres*/Michel Foucault; tradução de Maria Tereza da Costa Albuquerque; Rio de Janeiro, Edições Graal.

Foucault, M. (2009). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 36. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Freire, M. (1992). O sentido dramático da aprendizagem. In: Grossi, Esther Pillar; Bordin, Jussara (Org.). *Paixão de aprender*. Petrópolis: Vozes, pp. 13-14.

Freire, P. (1994). *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Freire, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Furtado, H. D. (2010). José bezerra Gomes e a agonia da masculinidade. In: Santos D. (org.) *Dizeres díspares: ensaios de literatura e linguística*. João Pessoa: IDEIA.

Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas/*; tradução de Magda Lopes, - São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Giddens, A. (2005.) *Sociologia* / Antony Giddens; tradução Sandra Regina Netz. – 4.ed. Porto Alegre: Artmed.

Gil, A. C. (2008). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas.

Gonçalves, A. L. (2006). *História & gênero*. Belo Horizonte: Autêntica.

Guimarães, I. (2002). *Educação sexual na escola: mito e realidade*. 2. ed. Campinas, SP: Mercado das letras.

Guirado, M. Sexualidade, isto é, intimidade: redefinindo limites e alcances para a escola. In. Aquino, J. G. (org.). (1997). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. pp. 25-42.

- Heilborn, M. L. (2006). *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*/ Maria Luíza Heilborn (et al) Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz.
- Jarussi, Pe Gerardus. (1971) Bíblia Sagrada. Editora. AVE – MARIA Ltda. SP Brasil.
- Lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília.
- Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC/SEF, 1996. (Art. 36, p. 22).
Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Libâneo, J. C. (2002). *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Edições Loyola
- Lorencini, J. A. (1997). Os sentidos da escolaridade: natureza, cultura e educação. In: Aquino, J. G. (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. p. 87-96.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Machado, J. C. F. (1995). *Sexo com liberdade*. São Paulo: Vozes.
- Maia, M. B. (1994). O profissional de saúde e a educação sexual. In: Lopes, G. et al. *Patologia e terapia sexual*. Rio de Janeiro, Medsi, 1994. pp. 209-218
- Malik, L. (2002). A sala de aula enquanto espaço de construção numa perspectiva biográfico-pedagógica. In: Lemos, M. S. & Carvalho. T. R.. *O aluno na sala de aula*. (pp. 59-75). Porto: Porto Editora.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (1995). *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas.
- Meirelles, J. A. B. (1997). Os ETs e a gorila: um olhar sobre a sexualidade, a família e a escola. In: Aquino, J. G. (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. pp. 71-86.
- Morin, Edgar. (2003) *Os sete saberes necessários a educação do futuro*. 8, ed. – São Paulo: Cortez; Brasília DF UNESCO.
- Muraro, R. M. & Boff, L. (2002). *Feminino e masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças* - Rio de janeiro: Sextante.
- Nascimento, M. (2004). (Re) pensando as “masculinidades adolescentes”: homens jovens, gênero e saúde. In: *Construções da Sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de AIDS*. / Anna Paula Uziel/ Luís Felipe Rios/ Richard Guy Parker (Orgs.) – Rio de Janeiro. IMS/UERJ e ABIA.
- Peres, C. et al. (2000). *Fala Educadora! Educador!* Secretaria do Estado de São Paulo: São Paulo.
- Picazio, C. (1998). *Sexo secreto: temas polêmicos da Sexualidade*. São Paulo: Summus

Pinto, H. D. S. (1997). A individualidade impedida: adolescência e sexualidade no espaço escolar. In: Aquino, J. G. (org.). (1997). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. pp. 43-52.

Roesch, S. M. A. (1999). *Projetos de estagiários de pesquisa em administração*. 2ª Ed. São Paulo: Atlas.

Sayão, Y. (1997). Orientação sexual na escola: os territórios possíveis e necessários. In: Aquino, J. G. (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. pp. 107-118.

Scott, J. (1992a) Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpos.

Scott, J. (1992b) História das mulheres. In *A Escrita da história: novas perspectivas*. Peter Burke (org); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP.

Scott, J. (1994) Prefácio à gender and politics of history. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: Núcleo de Estudo de Gênero/UNICAMP, n.3 p. 11 – 28.

Silva, M. A. I & Pereira, B. O. (2009). A violência como factor de vulnerabilidade segundo os adolescentes. Estudo em contexto escolar. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, ano 43-2, pp. 125-140.

Souza, M. C. C. C. (1997). Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: Aquino, J. G. (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. pp. 11-24.

Souza, H. P. (1999). *Orientação sexual na escola: a importância da psicopedagogia nessa nova realidade*. São Paulo: Editora Gente.

Tomasi, N. D. (1997). *Sociologia para o ensino médio*. São Paulo: Saraiva.

Vergara, S. C. (2007) *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 8 ed. São Paulo: Atlas.

Vianna, C. (1997). Sexo e gênero: masculino e feminino na qualidade da educação escolar. In: Aquino, J. G. (org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. pp. 119-130.

Vicentin, M. C. G. (1997). O educador bilíngue: nas fronteiras da sexualidade e da violência. In: Aquino, J. G. (org.). (1997). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus. pp. 131-143.

Vieira, C. M. V. (2007). *Educação familiar. Estratégias para a promoção da igualdade de gênero*. Lisboa: Sociedade Industrial Gráfica Ltda.

Vitiello, N. (1993). *Manual de Apoio ao Educador*. Editora IGLU, São Paulo.

Vitiello, N. (1997). *Sexualidade quem educa o educador*. Editora IGLU, São Paulo.

APÊNDICES

ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL
Estudos sobre Educação Sexual na Escola
Mestranda: Marinalva de Oliveira Gomes da Silva

GUIÃO – QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS

1 Nome:

Idade: _____ Sexo: F () M ()

2 Considera que há idade de início da Sexualidade?

Sim () Não ()

Se SIM, qual? Homem: _____ Mulher: _____

3 Na sua opinião, existe uma idade específica para terminar a Sexualidade?

Sim () Não ()

Se SIM, qual? Homem: _____ Mulher: _____

4 Para você, o que é Sexualidade?

5 Com quem você gosta de conversar assuntos relacionados a Sexo?

() Pai () Mãe () amigos () médico () professor () Outros. Quais?

6 Virgindade para você é:

() tabu () realidade () aspecto físico () opção

7 Relação sexual significa:

() ato de amor () meio de reproduzir () ato repugnante () ato proibido.
() ato de prazer

8 A quem cabe prevenir a gravidez e as DSTs?

() ao homem () à mulher () ambos

9 Quem você acha que deve ter a iniciativa na relação sexual?

() o homem () a mulher () não há diferença

10 As músicas com temática erótica induzem à vivência da sexualidade?

Sim () Não ()

Explique:

11 Os professores falam nas suas salas sobre sexualidade?

Sim () Não ()

12 Você aprende alguma coisa na escola sobre sexualidade?

Sim () Não ()

13 Quais os temas que a escola desenvolve?

14 O que você já sabe sobre DST's?

15 Quem considera que deveria abordar a temática da Sexualidade com os jovens?

() A família () A escola () A comunicação Social () Um técnico de saúde (médico/enfermeiro) () Os colegas/amigos () Outro

16 Concorda que a Escola deveria desenvolver atividades e projetos de Educação Sexual?

Sim () Não ()

17 Na sua opinião, em que disciplina(s) deveria ser abordada esta temática?

18 Quais as principais dúvidas que você possui sobre Sexualidade?
